

# anômala



Revista do Grupo de Pesquisa Anômalos/UFCAT/CNPQ

V.1, N.2 JUL/DEZ 2021



ENCRUZILHADAS  
EPISTÊMICAS

**Interseccionalidades em Debate II**

A **RAL – Revista Anômalas** (ISSN: 2674-4200) é um periódico editado pelo Grupo de Pesquisa e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça (ANÔMALOS) e também pela Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Catalão, que tem por objetivo a publicação de artigos, entrevistas, documentos, resenhas, ensaios e dossiês temáticos, que contemplem os estudos que atravessam o eixo produzido pelos distintos marcadores sociais da diferença a partir da utilização da categoria interseccionalidades, ressaltando a capacidade contestatória dos grupos, sujeitas, sujeitos e sujeites para além da norma.

#### **Editora Chefe (2021-2023)**

Eliane Martins de Freitas (UFCAT)

#### **Editor Gerente (2021-2023)**

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto (PPGH-UFSC)

#### **Diagramação**

Editora Autografia

#### **Conselho Consultivo (2021-2023)**

Alejandra Oberti (UBA)

Ana Maria Colling (UFGD)

James Naylor Green (BROWN)

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Olga Magalhães (UNIVERSIDADE DE ÉVORA)

Renan Honório Quinalha (UNIFESP)

Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior (UERJ)

#### **Conselho Editorial (2021-2023)**

Anne Caroline Fernandes Alves (FES-GO)

Débora de Faria Maia (ANÔMALOS - UFCAT)

Eriziane de Moura (ANÔMALOS - UFCAT)

Flávia Pereira Machado (IF-GOIANO)

Getúlio Nascentes da Cunha (UFCAT)

Guilherme Passamani (UFMS)

Janaina Ferreira dos Santos Silva (UFF)

Jorge Luiz da Silva Alves (PPGH - UFSC)

Keides Batista Vicente (UEG)

Marcos Marinho (UFG)

Marcos Vinícius da Silva (ANÔMALOS - UFCAT)

Rodrigo Espíúca dos Anjos Siqueira (UFRGS)

Santiago Joaquin Insausti (UAM)

Vinícius Correia Zanoli (FU-BERLIN)

#### **Comitê de Avaliadores 2021**

Allana Leticia dos Santos, Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Anne Caroline Fernandes, Cristiano Nicolini, Danielle Silva Moreira dos Santos, Eliane Martins de Freitas, Elisa Silva Caetano, Emmanuela Hakassara Rodrigues de Lima, Eriziane de Moura, Euzébio Fernandes de Carvalho, Flávia Pereira Machado, Fabiana Jordão Martinez, Getúlio Nascentes da Cunha, Henrique de Cintra Santos, Janaina Ferreira dos Santos Silva, Jackeline de Oliveira Silva, Jefferson Augusto da Cruz, Kaoana Sopelsa, Keides Batista Vicente, Kenia Medeiros, Losandro Antônio Tedeschi, Luiz Morando, Marcos Vinícius da Silva, Max Lanio Martins Pina, Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, Ricardo Gomes Assunção, Ronald Canabarro, Rubens Mascarenhas Neto, Sara Pinho Silva, Vinícius Correia Zanoli.



# Encruzilhadas Epistêmicas: Interseccionalidades em Debate II

REVISTA ANÔMALAS, Catalão – GO, v.1, n.2, p.1-176, jul./dez 2021



Universidade Federal de Catalão

A P O I O

Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais - UFCAT

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
<i>Jorge Luiz da Silva Alves e Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto</i>	

## Dossiê

QUEER INDIGENOUS STUDIES: OU COMO “DEIXEI” DE SER INDÍGENA PARA SER GAY .....	12
<i>Jean Baptista</i>	

INTERSECCIONALIDADES IMPRESSAS: MULHERES LETRADAS E ESCRAVIDÃO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO DE MEADOS DO OITOCENTOS .....	27
<i>Isadora de Mélo Escarrone Costa</i>	

OS MONUMENTOS EM HOMENAGEM AOS BANDEIRANTES EM GOIÂNIA: O(S) PASSADO(S) GOIANO(S) .....	48
<i>Janaina Ferreira dos Santos da Silva</i>	

MASCULINIDADES NO CONTRABANDO A PARTIR DO FILME <i>EL BAÑO DEL PAPA</i> .....	69
<i>Hariagi Borba Nunes</i>	

SÉCULO XIX, A ESCRITA FEMININA EM JORNAIS, SUAS TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS... COMO O CONTO DE MARIA LÚCIA INDICA ISSO? .....	93
<i>Mariana Silva Rodrigues</i>	

## Artigos

FORA DO ARMÁRIO: FOUCAULT E O PENSAMENTO QUEER .....	110
<i>André Malinksi</i>	

INTIMIDADES: SIGNOS DA MORTE COMO EXPRESSÃO DO EROTISMO E DA TRANSGRESSÃO EM CONTOS DE AUTORIA FEMININA .....	134
<i>Kézia Viana da Silva e Luciana Borges</i>	

## Resenha

CLIO SAI DO ARMÁRIO E APESAR DAS LUTAS, JÁ TEM MUITO O QUE FESTEJAR .....	156
<i>Jackeline Albuquerque da Rocha</i>	

## Entrevista

GÊNERO SOB PERSPECTIVA: JOANA MARIA PEDRO .....	165
<i>Sarah Pinho da Silva</i>	

# CONTENTS

PRESENTATION .....	7
<i>Jorge Luiz da Silva Alves and Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto</i>	

## Dossier

QUEER INDIGENOUS STUDIES: OR HOW I "STOPPED" FROM BEING INDIGENOUS TO BE A GAY.....	12
<i>Jean Baptista</i>	

PRINTED INTERSECTIONS: LITERATE WOMEN AND SLAVERY IN THE COURT OF RIO DE JANEIRO IN THE MID-19TH CENTURY .....	27
<i>Isadora de Mélo Escarrone Costa</i>	

THE MONUMENTS IN HONOR OF THE BANDEIRANTES IN GOIÂNIA: THE GOIANO(S) PAST(S) .....	48
<i>Janaina Ferreira dos Santos da Silva</i>	

MASCULINITIES IN SMUGLING FROM THE FILM <i>EL BAÑO DEL PAPA</i> .....	69
<i>Hariagi Borba Nunes</i>	

XIX CENTURY, THE FEMALE WRITING IN A PRIODICS, ITS TRANSFORMATIONS AND PERSPECTIVES... HOW DOES MARIA LÚCIA'S NOVEL INDICATE IT? .....	93
<i>Mariana Silva Rodrigues</i>	

## Articles

OUTSIDE THE CLOSET: FOUCAULT AND THE QUEER THINKING.....	110
<i>André Malinksi</i>	

INTIMACIES: DEATH SIGNS AS AN EXPRESSION OF EROTICISM AND TRANSGRESSION IN FEMALE-AUTHORED TALES.....	134
<i>Kézia Viana da Silva and Luciana Borges</i>	

## Review

CLIO COMES OUT OF THE CLOSET AND DESPITE THE STRUGGLES, SHE ALREADY HAS A LOT TO CELEBRATE .....	156
<i>Jackeline Albuquerque da Rocha</i>	

## Interview

GENDER UNDER PERSPECTIVE: JOANA MARIA PEDRO .....	165
<i>Sarah Pinho da Silva</i>	

# SUMARIO

PRESENTACIÓN .....	7
<i>Jorge Luiz da Silva Alves y Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto</i>	

## Dossier

ESTUDIOS QUEER INDÍGENAS: O COMO "CAMBIÉ" DE SER INDÍGENA A SER GAY .....	12
<i>Jean Baptista</i>	

INTERSECCIONES IMPRESAS: MUJERES ALFABETIZADAS Y ESCLAVITUD EN LA CORTE DE RÍO DE JANEIRO A MEDIADOS DEL SIGLO XIX. ....	27
<i>Isadora de Mélo Escarrone Costa</i>	

LOS MONUMENTOS EN HOMENAJE A LOS BANDEIRANTES EN GOIÂNIA: EL (LOS) PASADO(S) GOIANO(S). ....	48
<i>Janaina Ferreira dos Santos da Silva</i>	

MASCULINIDADES EN EL CONTRABAND DESDE LA PELÍCULA <i>EL BAÑO DEL PAPA</i> .....	69
<i>Hariagi Borba Nunes</i>	

SIGLO XIX, LA ESCRITURA FEMENINA EN LOS PERIÓDICOS, SUS TRANSFORMACIONES Y PERSPECTIVAS... ¿CÓMO LO INDICA EL CUENTO DE MARIA LÚCIA? .....	93
<i>Mariana Silva Rodrigues</i>	

## Artigos

FUERA DEL ARMARIO: FOUCAULT Y EL PENSAMIENTO QUEER .....	110
<i>André Malinksi</i>	

INTIMIDADES: SIGNOS DE MUERTE COMO UNA EXPRESIÓN DEL EROTISMO Y DE LA TRANSGENERACIÓN EN CUENTOS DE AUTORÍA FEMININA .....	134
<i>Kézia Viana da Silva y Luciana Borges</i>	

## Reseña

CLIO SALE DEL ARMARIO Y A PESAR DE LAS LUCHAS, YA TIENE MUCHO QUE CELEBRAR. ....	156
<i>Jackeline Albuquerque da Rocha</i>	

## Entrevista

GÉNERO BAJO PERSPECTIVA: JOANA MARIA PEDRO .....	165
<i>Sarah Pinho da Silva</i>	

# ENCRUZILHADAS EPISTÊMICAS: INTERSECCIONALIDADES EM DEBATE II

*EPSTEMIC CROSSROADS: INTERSECCIONALITIES UNDER DEBATE II*  
*ENCRUCIJADAS EPISTÊMICAS: INTERSECCIONALIDADES EN DEBATE II*

Jorge Luiz da Silva Alves<sup>1</sup>  
Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto<sup>2</sup>

Estou farta de preencher suas lacunas  
Farta de ser seu seguro contra  
A isolamento de suas autoimpostas limitações  
Farta de ser a louca nos jantares do fim de ano  
Farta de ser a estranha nos almoços de domingo  
Farta de ser a única amiga negra de 34 pessoas brancas  
Encontre outra conexão para o resto do mundo  
Encontre algo mais para te legitimar  
Encontre outra forma de ser político e descolado  
Eu não vou ser a ponte para sua feminilidade  
Sua masculinidade  
Sua humanidade<sup>3</sup>

— Donna Kate Rushin (1981)

.....

1. Mestranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás. É cofundadora do ANÔMALOS – Grupo de pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e etnicidades/raça vinculado à Universidade Federal de Catalão. É membra do IEG/UFSC – Instituto de Estudos de Gênero. Atualmente a pesquisadora tem se aprofundado nos debates em torno da Teoria queer, aplicativos de pegação, homonormatividades, História Global e queer marxismo. E-mail: [jorgeluizdasilvaalves@gmail.com](mailto:jorgeluizdasilvaalves@gmail.com)
2. Doutorando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. É cofundador do ANÔMALOS – Grupo de pesquisas e estudos em gênero, sexualidades, classe e etnicidades/raça vinculado à Universidade Federal de Catalão. Atualmente realiza pesquisa sobre movimentos homossexuais de primeira onda na América Latina e a formação da nova homonormatividade. [rhaniellypereira@hotmail.com](mailto:rhaniellypereira@hotmail.com)
3. Tradução nossa.

Nos encontramos em um processo complexo de caracterização e revisão dos instrumentos que compõem a caixa de ferramentas nas mais distintas áreas da humanidade. A interseccionalidade, como já dissemos na apresentação do primeiro número desta revista, é este movimento de refletir e desterritorializar. A segunda parte de nosso dossiê estabelece a necessidade de se pensar as alianças, os desafios e a capacidade de construir pontes a partir das sujeitas e sujeitos atravessados pela potência e também pelas problemáticas que recortam a opressão interseccional.

Este dossiê surge na medida em que são observados os esforços violentos de manutenção de estruturas já empoeiradas, colocadas como irremediavelmente consolidadas. O que as autoras e autores desta segunda parte de nosso dossiê representam é, exatamente, o refutar da generalização e das formações dominantes sobre a ação, a transformação e a observação do mundo. Neste sentido a “interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal” (Carla AKOTIRENE, 2019, p.20).

O panorama aberto por esta categoria e também abordagem nos permite desatar alguns nós que vez ou outra aparecem em nossas escritas. Ao descortinar as vivências das mulheres negras como nos coloca Akotirene, a interseccionalidade também permite um descortinar das experiências de outras sujeitas localizadas não só à margem, como também para além dela.

Deste modo, construir o ponto de vista e de ação política interseccional é, ao mesmo tempo interrogar à outridade e também a si mesma. O processo de elaborar a pergunta é visto aqui como um exame de destruição e reconstrução dos saberes. Entendendo que estes últimos são, não apenas construídos, como também afetados por jogos de poder que ultrapassam as formas mais óbvias da visibilidade política como já demonstrou Donna Haraway (2009).

O que se coloca aqui como o outro é um jogo discursivo de desmobilização das narrativas já constituídas em um jogo dialético como hegemônicas. Seja a construção de uma normativa quanto às sexualidades, o gênero, a raça e até o ponto de partida no qual a ciência se cristaliza. Nestes termos, as narrativas compostas neste dossiê são produzidas a partir de uma análise que se coloca como contra a corrente neoliberal que assola os nossos dias. Aqui, o que está em jogo é uma esquematização sobre como as regras deste jogo funcionam e quais são as sujeitas, sujeitos e sujeites que mobilizam

uma resistência implacável aos processos de docilização e disciplinarização do ser, saber e poder como bem desenvolveu Aníbal Quijano (2009).

Não havendo a possibilidade de efetuar uma distribuição mais igualitária da violência, como já discutimos a partir do trabalho de Jota Mombaça (2021) na primeira parte deste dossiê na primeira edição desta revista. Resta a nós um processo de eleição e atuação política que não apenas revela os processos que limitam a nossa capacidade de estar vivas como ampliam as possibilidades de construção de um futuro que não só expande um horizonte de expectativa<sup>4</sup> como um processo de combate ao tempo do capital como também reorienta a atuação política, científica e epistêmica para a gestão de um mundo em que sonhos se tornem possíveis outra vez.

Deste modo a interseccionalidade é ferramenta e ao mesmo tempo o exercício cognitivo de se fazer ouvir, ver e entender a multiplicidade e complexidade das formas de opressão. Muitas intelectuais têm se desdobrado em uma tarefa árdua de reconhecer a necessidade da ampliação dos esforços analíticos provenientes do ato interseccional. Sem sombra de dúvidas, este é um avanço que viabiliza a quebra entre formulações já insustentáveis na academia.

Iniciando os trabalhos da segunda parte deste dossiê, Jean Baptista nos presenteia com o texto *Queer Indigenous Studies: ou como “deixei” de ser indígena para ser gay*, uma reflexão crítica que mescla indagações pessoais com pontos levantados acerca do projeto “Entre o Arco e o Cesto”. Demonstrando que o pessoal é político, o autor reflete sobre questões ligadas à sua sexualidade e etnicidade, ao passo que nos apresenta o projeto referido e discute questões teórico-metodológicas e práticas ligadas ao projeto, ao mesmo tempo que delinea as principais características da abordagem *Queer Indigenous Studies*.

Já no segundo texto, *Interseccionalidades impressas: mulheres letradas e escravidão na corte do Rio de Janeiro de meados do oitocentos*, Isadora de Mélo Escarrone Costa nos apresenta textos da imprensa carioca escritos por mulheres letradas que participaram da construção do ideal civilizacional inspirado no modelo europeu e instalado no Brasil em meados do século XIX. O *Jornal da Senhoras* (Rio de Janeiro; 1852-1855) é analisado a partir de sua especificidade em possuir apenas redatoras mulheres. A autora nos leva

.....

4. O que estamos definindo aqui como horizonte de expectativa, obedece a formulação de Reinhart Koselleck na qual o horizonte de expectativa é sentido, também, como uma categoria meta-histórica e antropológica de fazer sentir a potência e a possibilidade do futuro. Ver Koselleck 2014.

pelas relações de tensões e interações construídas entre as mulheres do periódico, destacando a participação de Santos, um cativo guarda-portão, que passou a ser um dos informantes de uma das colaboradoras do periódico. Assim a autora analisa tais relações a partir do contexto escravista, por meio das chaves teórico-metodológicas do gênero e das interseccionalidades.

Esta contribuição permite ampliar as reflexões acerca do contexto escravista de meados do século XIX, promovendo uma análise rica a partir das categorias gênero e interseccionalidades. A produção nesse sentido, promove algo que é intrínseco ao trabalho das historiadoras, a reparação histórica a partir de outras leituras, chaves de análise e inserção de sujeitas esquecidas na malha do tempo. É a partir dos debates mais recentes sobre reparação histórica e história pública, que Janaína Ferreira dos Santos da Silva constrói a sua contribuição.

Em seu texto *Os monumentos em homenagem aos bandeirantes em Goiânia: o (s) passado (s) goiano (s)*, Janaína Ferreira dos Santos da Silva arquiteta sua análise a partir das problematizações recentes em torno das narrativas construídas em monumentos. Apontando divergências entre as histórias públicas e os interesses populares, a autora parte dos debates realizados a respeito do monumento do bandeirante Borba Gato, para discutir as contestações e defesas que circundam as disputas pelo passado goiano a partir de políticas de memória.

Já em *Masculinidades no contrabando a partir do filme El Baño del Papa*, Hariagi Borba Nunes edifica sua contribuição a partir dos conceitos de masculinidade hegemônica e masculinidade subalterna, analisando a construção de masculinidades no contrabando a partir das dinâmicas apresentadas no filme *El Baño del Papa*. A partir das categorias gênero e interseccionalidades, a autora constrói seu argumento relacionando masculinidades, contrabando e negócio.

Fechando o nosso segundo volume, Mariana Silva Rodrigues nos contempla com o texto *Século XIX, a escrita feminina em jornais, suas transformações e perspectivas... Como o conto de Maria Lúcia indica isso?* A autora analisa a escrita metafórica de Maria Lúcia Romariz a partir de um conto publicado em 1888 em São Paulo. Ponderando sobre o crescimento da escrita feminina nos jornais das províncias brasileiras, a autora discute as transformações sociais e seu impacto no cenário da escrita feminina do final do século XIX, interseccionando as categorias gênero e classe.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Editora Cobogo, 2021.

KATE RUSHIN, Donna. *The Bridge Poem* | *Donna Kate Rushin (1981)*. Disponível em: <https://www.historyisaweapon.com/defcon1/thebridgepoem.html>. Acesso em 12 de out. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p.73-117.

# QUEER INDIGENOUS STUDIES: OU COMO “DEIXEI” DE SER INDÍGENA PARA SER GAY

QUEER INDIGENOUS STUDIES: OR HOW I “STOPPED”

FROM BEING INDIGENOUS TO BE A GAY

ESTUDIOS QUEER INDÍGENAS: O COMO “CAMBIÉ” DE SER INDÍGENA A SER GAY

Jean Baptista<sup>1</sup>

## Resumo

Ao partir de indagações pessoais sobre minha ancestralidade indígena e o modo como “deixei de ser indígena”, este artigo apresenta o projeto “Entre o Arco e o Cesto” e sua crítica pautada na abordagem *Queer Indigenous Studies*. Para tal, o artigo está dividido em três momentos analíticos: a) uma reflexão sobre minha trajetória pessoal, em especial no que diz respeito ao conflito entre etnicidade ancestral e sexualidade dissidente nascido tanto nas experiências com a sociedade envolvente, quanto familiares; b) em seguida, apresento o projeto referido, indicando sua base teórico-metodológica, as principais autorias em discussão, suas problemáticas norteadoras e alguns resultados esperados tanto práticos quanto reflexivos; por fim, indico alguns resultados preliminares sobre as questões metodológicas, teóricas e práticas levantadas até o momento, procurando delinear as principais características da abordagem *Queer Indigenous Studies*, em um esforço de caracterização inicial. Reservam-se para as considerações finais uma reflexão conjunta sobre estudos *Queer* e questões indígenas na História e contemporaneidade.

**Palavras-chave:** História Indígena; Queer Indigenous Studies; Teoria Queer; Sexualidade

## Abstract

Based on personal inquiries about my indigenous ancestry and the way in which “I stopped being indigenous”, this article presents the project “Between the Arch and the Basket” and its criticism based on the *Queer Indigenous Studies* approach. To this

.....

1. Doutor em História Ibero-Americana com estágio pós-doutoral no Institute for Gender, Sexuality and Feminist Studies (IGSF), McGill University, Montreal, Canadá (2019), onde também foi professor visitante. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde leciona no Bacharelado em Museologia, no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). É pesquisador do Grupo de Pesquisa em gênero e sexualidade Ser-Tão (UFG) e do Grupo de Pesquisa CLOSE (UFRGS). Realiza pesquisas e ações de extensão sobre Museologia, História e Democracia relacionadas a minorias políticas.

end, the article is divided into three analytical moments: a) a reflection on my personal trajectory, especially with regard to the conflict between ancestral ethnicity and dissident sexuality born both in experiences with the surrounding society, as well as family members; b) then, I present the referred project, indicating its theoretical-methodological basis, the main authors under discussion, its guiding issues and some expected results, both practical and reflective; finally, I indicate some preliminary results on the methodological, theoretical and practical issues raised so far, seeking to outline the main characteristics of the Queer Indigenous Studies approach, in an initial characterization effort. A joint reflection on Queer studies and indigenous issues in History and contemporaneity is reserved for the final considerations.

**Keywords:** Indigenous History; Queer Indigenous Studies; Queer Theory; Sexuality

### **Resumen**

A partir de consultas personales sobre mi ascendencia indígena y la forma en que “dejé de ser indígena”, este artículo presenta el proyecto “Entre el arco y la canasta” y su crítica basada en el enfoque de los *Queer Indigenous Studies*. Para ello, el artículo se divide en tres momentos analíticos: a) una reflexión sobre mi trayectoria personal, especialmente en lo que se refiere al conflicto entre etnicidad ancestral y sexualidad disidente nacida tanto en vivencias con la sociedad circundante, como con familiares; b) a continuación, presento el proyecto referido, indicando su fundamento teórico-metodológico, los principales autores en discusión, sus ejes rectores y algunos resultados esperados, tanto prácticos como reflexivos; Finalmente, indico algunos resultados preliminares sobre las cuestiones metodológicas, teóricas y prácticas planteadas hasta el momento, buscando delinear las principales características del enfoque de los Queer Indigenous Studies, en un esfuerzo inicial de caracterización. Una reflexión conjunta sobre los estudios queer y las cuestiones indígenas en la Historia y la contemporaneidad se reserva para las consideraciones finales.

**Palabras clave:** História Indígena; Queer Indigenous Studies; Teoria Queer; Sexualidad

Este artigo reúne um conjunto de reflexões que falam, a princípio, de uma trajetória pessoal: como “deixei” de ser indígena para ser gay. Em seguida, apresento o projeto “Entre o Arco e o Cesto”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, pesquisa onde discuto a crise operada entre as categorias de gênero e sexualidade ocidentais quando empregadas entre os povos originários. Por fim, discorro sobre características gerais da abordagem *Queer Indigenous Studies*, de modo a apresentar alguns resultados preliminares do projeto sobre a análise de obras próprias desta abordagem. Vale apontar que as reflexões aqui desenvolvidas estão sendo publicadas em diversos em diversos artigos pertencentes ao projeto, então, em pleno andamento.

## Como “deixei” de ser indígena para ser gay

Muito do que meus ancestrais indígenas possuíam lhes foi tirado.

As terras, os nomes, a língua, os laços familiares...

Deles não herdei muita coisa. Sei muito mais sobre a única pessoa branca em minha família, uma avó descendente de austríacos, do que dos ancestrais indígenas.

Meu avô insistia que devíamos nos reconhecer enquanto “índios”. Ele nos passava de modo insistente o entendimento de que a Lua, os animais, as plantas e os espíritos possuíam sua própria perspectiva, que a música e a dança eram centralidade das relações sociais, que cada um de nós era, em verdade, um ser coletivo, que os nomes dado aos filhos vinham do mundo espiritual por meio de sonhos e por isso reproduziam o nome de seres celestes, entre tantos outros elementos.

Seus ensinamentos, contudo, não eram uma reprodução cultural de uma cultura pré-colombiana, como comumente se espera de um sujeito indígena no senso comum que concebe os povos originários enquanto mármore, e não murta, para recuperar metáfora de Eduardo VIVEIROS DE CASTRO (1992). Meu avô, assim como seus pais e seus descendentes, era um sujeito indígena que, como qualquer outro, vivia a história, e por isso trazia novos elementos próprios dos contextos que experimentava. A longa evangelização cristã, a indústria cultural, as relações sociais nas periferias de Porto Alegre (para onde fora morar quando tinha apenas 13 anos), sua proximidade com o candomblé, entre outros elementos, sem dúvida marcavam sua visão de mundo e seus ensinamentos.

Era, portanto, como sujeito histórico que meu avô insistia para que nos reconhecêssemos cotidianamente como indígenas. De fato, em qualquer lugar onde eu e minha mãe fôssemos, éramos tratados como indígenas. Na escola, meu apelido sempre foi índio, e quando se alcançava o 19 de abril, lá estava eu pintado, com cocar e até mesmo saiotas, o que sempre apreciei. Do mesmo modo, meus tios e primos sempre foram chamados por apelidos que remetiam a sujeitos indígenas do imaginário popular. Quando entre alemães do Rio Grande do Sul, nos chamavam de “negros sujos”, não raro éramos “bugres”, entre outras possibilidades.

Para mim, portanto, não havia a menor dúvida durante minha infância sobre o que mais tarde entenderia ser sobre identidade: ela era mutável, construída socialmente e se não tivéssemos cuidado, poderia ser um monstro detrativo.

Por outro lado, na escola, toda vez que se falava sobre indígenas, havia uma profunda contradição: os povos indígenas eram constantemente apresentados como extintos. Esta palavra, "extinto", hoje percebo, sempre me provocou um profundo impacto. Em primeiro lugar porque jogava o discurso de meu avô em um lugar senil e confuso. A palavra de mais de um professor, sujeitos que havia aprendido a respeitar como autoridades, desmoralizavam integralmente tudo o que ele discursava.

Em seguida, quando a puberdade se aproximava e percebia minha sexualidade dissidente aflorando, percebia que todos os discursos deste núcleo familiar sobre identidade indígena associavam-se com a da masculinidade hegemônica. Ser membro daquela família era sinônimo de ser macho, valente, aguerrido, incapaz de qualquer ato que ferisse a virilidade coletiva. Em churrascos dominicais recheados de bebidas alcoólicas, carne, falas altas e gargalhadas, havia uma ênfase constante em depreciar sujeitos que não compartilhassem da mesma masculinidade que os demais homens enquanto as mulheres lavavam, cozinhavam e serviam os mesmos.

O ódio que possuíam contra as pessoas homossexuais já havia sido empregado sobre mim por esta família. Quando tinha algo como sete anos, no que constitui a memória mais recuada de minha infância em relação a minha percepção sobre meu corpo, assisti Ney Matogrosso no Fantástico cantando "América do Sul". Eu jamais havia visto algo como aquilo. Imediatamente, dancei do mesmo modo, rebolei ali, na sala, em frente a todos os machos. Além de ser xingado pela primeira vez de "bichinha", apanhei de alguém, que não lembro de quem foi. Tratou-se, aliás, da primeira vez que apanhei de alguém de minha família pelo meu corpo, trejeitos e fala não máscula. A primeira vez de muitas, incessantes e intermináveis abusos que sofreria entre eles.

Até que quando estava com 14 anos, comendo no chão enquanto os homens riam na "mesa dos homens", ávidos por contarem piadas sobre "viados" e "bichinhas" por mais de uma hora (havia cronometrado), eu me ergui e lhes disse: "Ainda bem que existem os viados, assim vocês têm sobre o que falar em um almoço de domingo". Ao que responderam coisas "mas é só brincadeira", mas já não lhes dei mais ouvidos. Naquele dia decidi que não pertencia mais àquela família. E com esta decisão foi-se minha identidade indígena. Pois se para ser indígena era preciso subalternizar minha própria sexualidade e mulheres, preferia não sê-lo. E fui viver minha vida gay.

Ingressar na universidade não foi muito diferente. Ainda que tentasse pesquisar outros temas, foi justamente o estudo sobre os povos indígenas

que a academia considerou mais adequado que eu pesquisasse. Havia apenas uma professora não-germânica ou ítala no curso onde estudei, casualmente a estudar o tema, e com ela me agreguei. Os debates sobre a Lei 11.640, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura indígena, estavam se construindo e quando vi passei a ser mais um pesquisador sobre o tema.

O campo da História Indígena não possuía qualquer menção às sexualidades indígenas. Na verdade, a História Indígena construída no Brasil de então sequer discutia as questões de gênero, fenômeno que resultou em muitos estudos onde nem mesmo existia a palavra “mulher” ou, quando havia, ali estavam apenas como coisas de homens. Sexualidades dissidentes então, nem pensar. Do ponto de vista dos estudos de gênero e sexualidade, a História Indígena brasileira era uma história dos homens indígenas e da reprodução do modelo cristão-ocidental de família, sem espaço, portanto, para dissidências dessa matriz.

Argumento semelhante encontrei nas primeiras saídas de campo que realizei entre indígenas aldeados. “Se dois rapazes se tornarem namorados, terão que deixar a aldeia”, me disse um cacique quando conversávamos sobre o tema. A resposta conflitava com muito do que via em campo. Em verdade, entre os homens indígenas de diversas etnias, sobretudo os jovens, é comum a manifestação de afeto em público, como abraços e amparos. E quanto mais convivía com sujeitos indígenas, maior era a quantidade de indivíduos que conhecia que transitavam pelo “mundo gay”, ainda que sujeitos que se denominassem “indígenas e gays” encontraria apenas na segunda década de nosso século. De fato, quando realizei uma pesquisa em Asunción, em 2018, por lá conheci diversas pessoas que se denominavam com orgulho como “indígenas gays” ou “travestis indígenas”, do mesmo modo que o movimento social o faz (ver figura 1). Quando realizei meu Pós-doutoramento na McGill University, em Montreal, ao longo do ano de 2019, tive a oportunidade de conhecer trabalhos de pessoas *Two Spirits* e sua produção artística e intelectual, ao que me deparei com uma realidade epistemológica que em muito afetaria meus estudos, aquela que de modo geral é chamada de *Queer Indigenous Studies*.



**Figura 1:** Grafitti de Oz Montonia, na sede do grupo SomosGay, em Asunción, Paraguai. Disponível em: <http://somosgay.org/paraguay>

### Entre o arco e o cesto

O projeto “Entre o Arco e o Cesto”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Goiás, pensa a História Indígena a partir de uma abordagem *Queer Indigenous Studies*. Ou seja, interpela-se tal História a partir de uma crítica *Queer* aos parâmetros brancos, cis e heterocentrados comumente aplicados ao passado de povos originários.

Trata-se de uma difícil tarefa, permeada de deslizos anacrônicos e riscos de violências epistemológicas, tal qual se vê em qualquer tentativa de aplicar parâmetros analíticos exóticos de modo cru às sociedades e culturas que não pertencem ao universo cristão-ocidental.

Para tal, é preciso compreender que aqui se entende cultura, sociedade e identidade indígena enquanto fenômenos históricos, ao que se vê tais povos a viverem as “novas realidades através da negociação de valores, tradução cultural e da reelaboração”, como bem aponta Daiara SAMPAIO TUKANO (2018, p. 49). Pesa, assim, menos o pensamento de brancos, comumente presos a análises racistas e etnocêntricas, e mais a epistemologia do pensamento ameríndio, mormente “atraído pelas diferenças”, conforme nos lembra Ailton KRENAK (2019), indicando, com isso, sua “abertura ao Outro”, como prefere Claude LÉVI-STRAUSS (1993, p. 14).

Ao que parece, entre os povos indígenas são os regimes corporais que estão acima dos órgãos biológicos na hora de se definir papéis sociais (ver Cecília

MCCALLUM, 2013; BELAUNDE, 2015). Ainda, parece mesmo que ao longo da história diversos povos canibalizaram as concepções cristã-ocidentais na colônia e pariram um novo mundo pautado em novas concepções de gênero e sexualidade a caracterizar o cenário atual latino-americano. Desse modo, o “patriarcado de alta intensidade”, conforme define Rita SEGATO (2012), é um fenômeno próprio da colonização, bem como a heterossexualidade compulsória. Como se demonstrará, tanto esse novo patriarcado quanto essa sexualidade compulsória tornaram-se meios de ingresso ao mundo colonial, mesmo que já não fossem mais o que o Ocidente inicialmente sonhou em aplicar nessas terras.

Aliás, a categoria de sexualidade, conforme Michel FOUCAULT (1999), pertence a contextos sócio-históricos próprios. Do mesmo modo, a invenção da categoria de gênero, como demonstra MCCALLUM (2013), manifesta-se enquanto violência epistemológica quando aplicada entre povos indígenas, uma vez que esses não possuem uma relação isonômica com os modelos ocidentais. Afinal, como se vê em estudos antropológicos desde Marilyn STRATHERN (2006) — e, no caso Guarani, desde Graciela CHAMORRO (2009) — considera-se que sociedades e culturas possuem categorias e termos próprios utilizados na concepção de corpos, corporalidades e práticas.

Já para nós historiadoras, o papel da colonização acrescenta ao debate importantes aspectos. É possível, por exemplo, estabelecer uma cronologia da colonização a partir do choque provocado pelo cristianismo e as concepções ameríndias. Desse choque, nasceria o conjunto de relações de gênero e sexualidade a caracterizarem atualmente os territórios colonizados. Uma das possibilidades de se investigar este cenário que se desenha é a partir dos corpos que surgiram no mundo colonial, invenções abjetas que retratam o lugar que foi reservado a todas pessoas que não corresponderiam à matriz ocidental de sexualidade e gênero.

É neste ponto que se concentra o projeto “Entre o Arco e o Cesto”: a produção de corpos abjetos indígenas. A partir disso, tem como objetivo a demonstração que tais corpos abjetos indígenas são resultantes do processo colonizador, e não das sociedades e culturas nativas, ao mesmo tempo que representam o esforço de diversas populações em ingressarem no mundo colonial a partir de um papel ativo na forja dessas abjeções.

O projeto, assim, procura pensar as possíveis implicações da categoria de sexualidade quando aplicada à reflexão histórica sobre o passado indígena, bem como identifica eventos históricos por meio de pesquisa documental em fontes coloniais onde é possível verificar a invenção de corpos indígenas

abjetos. Vale apontar que algumas publicações anteriores demonstram os resultados parciais do projeto (ver Jean BAPTISTA; Tony BOITA, 2019; BAPTISTA, Camila WICHERS, BOITA, 2019; BAPTISTA, 2021a; BAPTISTA, 2021b). A previsão de encerramento do projeto é em 2023.

### **Práticas indígenas em fontes coloniais, Sociologia, Antropologia e História (Brasil)**

Até o momento, o projeto tem investido na identificação de fontes históricas coloniais e na revisão bibliográfica sobre a temática. Evidencia-se, assim, que o interesse por estudos relacionados a práticas indígenas compreendida pelos brancos como sexuais é tema constante sobre nossos povos.

Múltiplos documentos coloniais desde os primeiros europeus que por cá estiveram assim o atestam. Em busca de seus próprios pecados, os cronistas coloniais localizaram em um conjunto de práticas indígenas o que chamam de “sodomia”, “pederastia”, “afeminização”, “masculinização”, entre outros temas próprios de olhos tomados de culpa, terror e desejo. Tal como demonstrado anteriormente (BAPTISTA, 2021; Ivo D’EVREUX, 1874, p. 230-234), o levantamento destas fontes coloniais demonstra não apenas como eram existentes práticas que envolviam sujeitos biologicamente pertencentes ao mesmo sexo, mas, sobretudo, que tais práticas não desfrutavam entre os povos originários de condenações morais isonômicas às cristãs, fenômeno que somente passou a ocorrer após a colonização. Ainda conforme demonstrado anteriormente e para além de tal constatação recorrente nos estudos indígenas que percebem o impacto da colonização, também se nota que os povos indígenas tão logo em contato com as categorias ocidentais de sexo, pecado, gênero e hierarquia, não poucos perceberam a necessidade de canibalização de tais categorias de modo que pudessem ingressar com segurança no novo mundo que se abria (BAPTISTA; WICHERS; BOITA, 2019; BAPTISTA, 2021).

Do mesmo modo, as ciências humanas brasileiras se interessaram pela temática, como bem se vê na Antropologia e Sociologia. Estes importantes campos do saber parecem ter se visto obrigados a tratar de determinadas práticas que escapavam do estereótipo do *bom selvagem*, mas o fizeram com muitas ressalvas. Dois exemplos entre tantos: Kurt NIMUENDAJU (1987, p. 66) introduz um precioso relato Apapokuva sobre cópula entre os másculos Sol e a Lua afirmando “por pouco que seja, quero acrescentar aqui o que mais consegui aprender sobre o sol e a lua”; aquele que parece ser a

inclusão do tema pela primeira vez em um estudo sociológico, encontramos em Florestan Fernandes o esforço reducionista em duas páginas: “parece-me que as práticas sodomíticas dos Tupinambá devem ser encaradas em termos dessas dificuldades na obtenção de parceiras sexuais” (Florestan FERNANDES, 1963, p. 159-161). Quando o assunto é sexualidade indígena, como se percebe, parece mesmo que as autorias são tomadas por uma “cegueira ontológica”, como bem classifica Rafael FERNANDES (2015, p. 277).

No campo da História, o projeto está a construir um artigo que demonstra o papel dos historiadores no apagamento do tema, fenômeno que resultou na consolidação de uma História Indígena assexuada, agênera e avessa à diversidade sexual ameríndia.

Esse esforço dos intelectuais dedicados aos povos indígenas em apagar qualquer vestígio das práticas sexuais por eles consideradas imorais levou à construção de uma representação genocida. Trata-se daquilo que denominei inicialmente como um anti-objeto de pesquisa, o dos *indígenas heterocentros* ou *cisheteronormatizados* (BAPTISTA, 2021). Nessa representação construída, historiadores, antropólogos, arqueólogos e literários trataram de reduzir ou apagar qualquer dissidência entre o acro e o ceto, tratando o masculino e o feminino como isonômicos aos modelos ocidentais: aos homens, as matas e suas aventuras; às mulheres, os cuidados com o universo doméstico. Ao confundir concepções sobre os papéis sociais ameríndias com os recortes biológicos ocidentais, a ciência tratou de imaginar que dissidências sexuais eram assunto de brancos, e não de indígenas, argumento que comumente ainda se vê não apenas no senso comum ou na academia, mas até mesmo a circular entre lideranças indígenas contemporâneas.

O anti-objeto dos *indígenas cisheteronormatizados* faz parte de um conjunto de estratégias genocidas tanto contra indígenas quanto contra a população LGBT. Além de invisibilizar tais sujeitos indígenas dissidentes em uma série de aspectos sócio-culturais, um exemplo significativo dos estragos que esse anti-objeto causa pode ser percebido durante a difusão sem controle do vírus HIV por meio de uma combinação de preconceitos. Estimulado por uma Política Pública que entendia que o vírus atingia somente homossexuais ao mesmo tempo em que se supunha não existir indígenas homossexuais, o vírus encontrou vasto campo para se esparrar entre os povos originários e causou — e segue a causar — milhares de mortes indígenas, homossexuais ou não (ver PONCE; MUÑOZ; STIVAL, 2017).

Foi somente nos anos 90 que pesquisas antropológicas no Brasil passaram a demonstrar que determinadas práticas e corporalidades indígenas possuíam estatuto moral de difícil classificação aos olhos atuais e que, de fato, longe estavam de implicar em uma correlação à abjeção até a colonização alterar tal cenário, como se vê em Manuela Carneiro da CUNHA (1992) e Luiz MOTT (1994). No que diz respeito aos estudos de Mott, um texto próprio está a ser produzido, mas por agora vale apontar que seu interesse foi o de compilar uma série de documentos coloniais para comprovar a existência de uma homossexualidade universal, conforme prerrogativa da época, quando com muita frequência se dizia que tal sexualidade era um fenômeno meramente contemporâneo e capitalista.

Pesa, contudo, o silêncio da historiografia brasileira sobre o tema. Afora episódios relacionados a processos inquisitoriais, como se vê na abordagem de Ronaldo VAINFAS (2007), muito pouco se investiu sobre os povos indígenas no campo da sexualidade. Em uma rápida passada pela historiografia interessada em povos indígenas, é fácil perceber que ela é majoritariamente assexuada, quando muito está considerar questões de gênero. Sexualidade, homossexualidade, lesbianidade e transexualidade indígena não estão na pauta da História Indígena. Fico a imaginar a potência que a Lei 11.645, que versa sobre a obrigatoriedade sobre o ensino de História Indígena, como já citado, poderia assumir ao se associar ao combate da LGBTfobia. Talvez este esquecimento fale muito mais do meio historiográfico brasileiro do que propriamente dos povos indígenas e das fontes documentais.

### **Queer Indigenous Studies**

Poucos anos antes dos primeiros estudos de Mott, nos Estados Unidos, publicam-se as pesquisas do historiador Will ROSCOE (1988; 1991) — estudos de fôlego, Roscoe inspirou uma geração de pesquisas onde a sexualidade indígena passaria a ser tema central. De lá para cá, o campo que pode ser chamado de *Queer Indigenous Studies* promoveu a sexualidade indígena enquanto objeto na medida em que este serve como porta analítica contemporânea tanto na América do Norte, por meio da identidade *Two Spirits*, quanto no Brasil, por meio do diálogo com o movimento social ou com a sigla LGBT e suas variantes (ver Qwo-Li DRISKILL; Cris FINLEY; Scott MORGENSEN, 2011; FERNANDES, 2015; Diógenes CARIAGA,

2015). Em parte, estes resultados foram comunicados na ANPUH 2021 (BAPTISTA, 2021b)

Esta abordagem *Queer* dialoga particularmente com outra, a *Queer of Color Critique*. Tal proposição, apresentada anteriormente (BOITA; BAPTISTA; WICHERS, 2020 e 2021), pressupõe que nós sujeitos BIPOC (Black, Indigenous and People of Color) podemos sim produzir interpretações sobre o passado de nossos ancestrais por meio de uma metodologia própria.

Neste sentido, o projeto está a investigar uma série de publicações levantadas durante meu pós-doutorado na McGill University, Montreal, Canadá, onde fui bolsista Muriel Gold ao longo do ano de 2019. Na ocasião, pude estabelecer diálogo com sujeitos que se reconhecem como *Two-Spirits*, ao mesmo tempo que aprofundar o acesso a uma vasta bibliografia do campo *Queer* indígena. Ao sistematizar estes livros e artigos, estou a perceber a potência de uma leitura propriamente indígena quando o assunto é o que para muitos se chama de sexualidade, mas bem pode ser entendida como espiritualidade, tal qual sugerem as autorias estudadas.

Neste sentido, percebo que há algumas características próprias desses estudos que estou a sistematizar em artigo próximo, mas que por agora valem ser indicadas:

- a) a defesa da autoria indígena, opondo-se, assim, que tal tema venha a ser sobrepujado por autores brancos;
- b) o entendimento de que espiritualidade e construção histórica não são experiências opostas, mas, sim, que se complementam;
- c) o exercício permanente da resiliência e da reconciliação, não apenas em relação aos brancos, mas, sobretudo, em relação às sociedades indígenas que se viram tomadas pela aversão à diversidade sexual;
- d) um modo próprio de utilizar fontes históricas, onde não apenas documentos coloniais ou oficiais são utilizados, mas também sonhos, narrativas, poemas, performances e leituras cosmológicas que se opõem ao modo do estudo das *mitologias* propostas por autores brancos;
- e) o combate quase exaustivo e repetitivo aos estereótipos que pesam contra os povos indígenas, onde a defesa de uma sexualidade fluída e uma vivência urbana se expressa como seu principal pilar narrativo;
- f) ao contrário do que se vê na construção textual de brancos, tais estudos não procuram detalhar as práticas sexuais dos antepassados ou atuais, assegurando, assim, uma dimensão do segredo e intimidade, uma vez que

o que está em jogo não é explorar práticas sexuais, mas, sim, concepções espirituais;

g) uma crítica constante ao movimento LGBT global, comumente compreendido como um agrupamento racista, de onde se vê a cobrança da inclusão do número 2 (de *Two Spirits*) à sigla, a saber, LGBT2;

Há, ainda, dois desdobramentos que o projeto está a apresentar.

Uma vez que a crítica *Queer* indígena não se restringe aos procedimentos tradicionais da produção historiográfica, o projeto também está a mapear e analisar a produção de artistas indígenas que produzem uma perspectiva própria do passado indígena. Neste sentido, as obras de Kent Monkman e de Urya Sodoma destacam-se como expressões contemporâneas no campo das artes plásticas e performáticas como um exemplo de uma crítica que serve para ilustrar o quanto as pessoas indígenas dissidentes da matriz cisheterossexual estão a expressar sua visão da História;

Em seguida, o projeto também procura pensar o quanto certa juventude indígena brasileira está a se apropriar dos termos dos estudos *Queer* indígenas do norte, ao mesmo tempo que canibaliza e produz novos saberes destes conceitos, como bem se vê no importante projeto Papo de Índio e no coletivo de estudantes universitários Timbira.

Entre outras características, os artigos futuros do projeto objetivam demonstrar detalhadamente as autorias, obras e epistemologias que caracterizam este campo.

## Considerações finais

Deste ponto em diante, está sendo possível pensar o impacto na construção de uma História e uma Museologia indígena pautada por uma abordagem *Queer*. Certamente, não será uma linhagem *Queer* indiferente aos debates raciais, como comumente se vê em outros campos, onde tal nomenclatura, ao fim, vale apenas para neutralizar as tantas intersecções que permeiam os sujeitos com sexualidades dissidentes da matriz branca, cis e heterossexual vigente.

Os resultados do projeto têm sido apresentados em eventos, publicações, capítulos de livros, entre outros meios acadêmicos. Além disso, projeta-se a realização de uma disciplina nos programas de pós-graduação onde leciono sobre o tema, até o momento com o título provisório *Corpo, Gênero, Sexualidade e Povos Indígenas: uma abordagem Queer aos estudos indígenas*. Esta

disciplina está sendo construída em diálogo com pesquisadores indígenas de diversas partes do mundo que se reconhecem como dissidentes da matriz cisheterossexual.

Ao longo dessa trajetória, a pesquisa tem apresentado a possibilidade de se pensar a relação entre História, povos indígenas, corporalidades e sexualidades. Tais relações trazem ao fazer historiográfico uma série de indagações, riscos de anacronismos e forças colonizadoras. Há muito o que se desvendar sobre isto e cada etapa do projeto pretende enfrentar seus desafios.

Por conseguinte, empreender tais estudos tem provocado um impacto em minha própria pessoa: o reconhecimento de uma identidade dissidente, uma localização entre o mundo dos brancos, indígenas e LGBT, a constituir, assim, um não-lugar identitário capaz de enfrentar a subalternização imposta a sujeitos como eu.

## Referências

- BAPTISTA, Jean. “Machorras” e “afeminados” indígenas: corpos abjetos nas Missões e Paraguai. *Revista Estudos Feministas*, [no prelo].
- BAPTISTA, Jean. Entre o arco e o cesto: notas Queer sobre indígenas heterocentros nos museus e na Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 61, n. 17, 2021a.
- BAPTISTA, Jean. Entre o arco e o cesto: uma abordagem Queer of Color Critique. XXXI Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021b.
- BAPTISTA, Jean. *O Temporal*. Dossiê Missões. Brasília/São Miguel das Missões: Instituto Brasileiro de Museus/Museu das Missões, 2015. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2015/09/Dossie\\_missoes\\_Temporal.pdf](https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2015/09/Dossie_missoes_Temporal.pdf).
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 14(1), 2019.
- BAPTISTA, Jean; WICHERS, Camila; BOITA, Tony. Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado. *Revista Estudos Feministas*, 27, 2019.
- BELAUNDE, Luisa. “O estudo da sexualidade na etnologia”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 24, n. 24. 2015.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Roudedge, 1993.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARIAGA, Diógenes. “Gênero e sexualidades indígenas: alguns aspectos das transformações nas relações a partir dos Kaiowa no Mato Grosso do Sul”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 24, p. 441-464. 2015.

- CHAMORRO, Graciela. *Decir el cuerpo*. Asunción: Tiempo de Historia, 2009.
- CLASTRES, Pierre. “O Arco e o Cesto”. In: *A Sociedade contra o Estado*. Francisco Alves, p. 71-89, 1978.
- CONNELL, Robert. “Globalization, Imperialism, and Masculinities”. In: KIMMEL, M. S; HEARN, J.; CONNELL, Robert (orgs.). *Handbook of Studies on Men and Masculinities*. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 71-89.
- CUNHA, Manuela. “Introdução a uma história indígena”. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.
- D’EVREUX, Ivo. *Viagem ao norte do Brasil feita nos annos de 1613-1614*. Maranhão: Typ. do Frias, 1874.
- DRISKILL, Qwo-Li; FINLEY, Brian Joseph Gilley; MORGENSEN, Scott Lauria. *Queer indigenous studies: critical interventions in theory, politics, and literature*. Tucson: Arizona Press/ University of Arizona, 2011. p. 97-111.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo, Difusão Europeia, 1963.
- FERNANDES, Rafael. *Decolonizando sexualidades*. 2015. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Estudos Comparados sobre as Américas do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas) — Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GÂNDAVO, P. *Tratado da terra do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 2008.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MCCALLUM, Cecília. “Nota sobre as categorias ‘gênero’ e ‘sexualidade’ e os povos indígenas”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.41, 2013.
- MOTT, Luiz. “Etno-História da Homossexualidade na América Latina”. *Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios*, 1994.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos apapocúva-guarani*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- PONCE, P., MUÑOZ, R., STIVAL, M.. *Pueblos indígenas, VIH y políticas públicas en latinoamérica*. *Saúde Coletiva*, 13, 2017.
- RAMOS, Antônio. *Tribunal de gênero*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- ROSCOE, Will. *Living the Spirit: A Gay American Indian Anthology*. Nova York: St. Martin’s Press, 1988.
- ROSCOE, Will. *The Zuni Man-Woman*. University of New Mexico Press, 1991.
- SAMPAIO TUKANO, Daiara Hori Figueroa. *Ukushe kiti niishe. Direito à memória e à verdade na perspectiva da educação cerimonial de quatro mestres indígenas*. 2018. Mestrado (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, DF.

SEGATO, Rita. "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial". *E-Cadernos Ces*, n. 18, p. 105-131. 2012.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: EDU Unicamp, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. "Inquisição como fábrica de hereges". In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, Lana (orgs.). *A Inquisição em Xequê*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 35, 1992.

*Recebido em 30 de agosto de 2021.*

*Aprovado em 25 de setembro de 2021.*

# INTERSECCIONALIDADES IMPRESSAS: MULHERES LETRADAS E ESCRAVIDÃO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO DE MEADOS DO OITOCENTOS

PRINTED INTERSECTIONS: LITERATE WOMEN AND SLAVERY IN  
THE COURT OF RIO DE JANEIRO IN THE MID-19TH CENTURY  
INTERSECCIONES IMPRESAS: MUJERES ALFABETIZADAS Y ESCLAVITUD  
EN LA CORTE DE RÍO DE JANEIRO A MEDIADOS DEL SIGLO XIX

Isadora de Mélo Escarrone Costa<sup>1</sup>

## Resumo

Em meio a década de 1850, o Império do Brasil buscou formas de se adequar ao ideário de progresso e de civilização baseando-se, sobretudo, no modelo europeu. Tratava-se de um período de inserção de novos hábitos e representações sociais. Nesse contexto, algumas mulheres letradas do Império do Brasil buscaram cooperar com o ideal civilizacional por meio da publicação de textos na imprensa; caso das redatoras e colaboradoras do *O Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro; 1852-1855). Diferentemente de outros jornais, esse periódico apresentou apenas redatoras e, devido a isso, apresentou uma trajetória de críticas, mas, também, de artimanhas, táticas editoriais para conseguir credibilidade e preencher suas, em média, oito páginas de conteúdo. Uma dessas estratégias foi desempenhada por uma pessoa que respondia pelo nome de Santos, um cativo guarda-portão, que passou a ser um dos informantes da colaboradora que escrevia os textos publicados sob o título “Crônica da Semana” para *O Jornal das Senhoras*. Assim, o presente trabalho busca compreender as tensões e interações das mulheres entusiastas do *Jornal das Senhoras* e o contexto escravista que as cercavam. Além disso, pretende-se enfatizar a importância de Santos para a perpetuação desse periódico. Para isso, recorre-se à *História dos Livros e dos Impressos*, à perspectiva dos estudos de *Gênero* e de *Interseccionalidades* como quadro teórico-metodológico de compreensão desse impresso.

**Palavras-chave:** Oitocentos; Rio de Janeiro; O Jornal das Senhoras; Cativo Santos.

## Abstract

In the middle of the 1850s, the Empire of Brazil sought ways to adapt to the ideals of progress and civilization based, above all, on the European model. It was a period of

.....

1. Doutoranda pelo PPGH-UERJ ; [isadoramc95@gmail.com](mailto:isadoramc95@gmail.com).

insertion of new habits and social representations. In this context, some literate women from the Empire of Brazil sought to cooperate with the civilizational ideal through the publication of texts in the press, which was the case of the editors and collaborators of *Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro; 1852-1855). Unlike other newspapers, this periodical featured only female writers and, because of that, presented a trajectory of criticism, but also of trickery, editorial tactics to gain credibility and fill its, on average, eight pages of content. One of the activities was performed by a person who answered by the name of Santos, a captive gatekeeper, who became one of the contributors' informants who wrote the texts published under the title "Crônica da Semana" for *O Jornal das Senhoras*. Thus, the present work seeks to understand the tensions and interactions of the enthusiastic women of *Jornal das Senhoras* and the slavery context that surrounded them. Furthermore, it is intended to emphasize the importance of Santos for the perpetuation of this periodical. For this, the History of Books and Prints is used, the perspective of gender and intersectional studies as a theoretical-methodological framework for understanding this print.

**Keywords:** Press; Eight hundred; Rio de Janeiro; *O Jornal das Senhoras*; Captive Santos.

### Resumen

A mediados de la década de 1850, el Imperio de Brasil buscó formas de adaptarse a los ideales de progreso y civilización basados, sobre todo, en el modelo europeo. Fue un período de inserción de nuevos hábitos y representaciones sociales. En este contexto, algunas mujeres alfabetizadas del Imperio de Brasil buscaron cooperar con el ideal civilizacional a través de la publicación de textos en la prensa, como fue el caso de las editoras y colaboradoras de *Jornal das Senhoras* (Río de Janeiro; 1852-1855). A diferencia de otros periódicos, este periódico solo contó con editores y, por eso, presentó una trayectoria de crítica, pero también de engaños, tácticas editoriales para lograr credibilidad y llenar sus, en promedio, ocho páginas de contenido. Una de las actividades fue realizada por una persona que respondió por el nombre de Santos, un portero cautivo, quien se convirtió en uno de los informantes del colaborador que redactó los textos publicados bajo el título "Crônica da Semana" para *O Jornal das Senhoras*. Así, el presente trabajo busca comprender las tensiones e interacciones de las mujeres entusiastas de *Jornal das Senhoras* y el contexto de esclavitud que las rodeaba. Además, se pretende enfatizar la importancia de Santos para la perpetuación de este periódico. Para ello se utiliza la Historia del Libro y el Grabado, la perspectiva de los estudios de género y las interseccionalidades como marco teórico-metodológico para la comprensión de este grabado.

**Palabras llave:** Ochocientos; Rio de Janeiro; *O Jornal das Senhoras*; Santos cautivos.

### Introdução

A primeira década da segunda metade do século XIX se caracterizou por um período de calma política, melhorias urbanísticas, técnicas e nos sistemas de ensino. Houve a valorização de novos hábitos, gostos e costumes.

Esses, cada vez mais indicavam o ideário de progresso e civilização como o melhor caminho a ser seguindo. Nesse contexto, o periódico feminino *O Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro; 1852-1855) afirmava:

Por ventura a América do Sul, ela só, ficará estacionária nas suas ideias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade?

Ora! Não pode ser. A sociedade do Rio de Janeiro, principalmente, Corte e Capital do império, Metrópole do Sul d'América, acolherá de certo com satisfação e simpatia *O Jornal das Senhoras* [...] (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, n.1, p. 1).

Essa postura otimista em relação ao progresso moral e material da sociedade não era algo restrito a esse periódico voltado para as leitoras da corte do Império do Brasil. O cenário cultural, iniciado na década de 1850, reverberava entusiasmo quanto à crença no progresso, assim como na apropriação de novos gostos e hábitos vistos como civilizados. Não à toa, nessa conjuntura era valorizada a própria imprensa periodista pela carga de civilidade que comportava (Ana Luiza MARTINS, 2008).

No período, as principais cidades do Império expandiram as suas lojas, as casas de impressão, os clubes particulares, as bibliotecas e os teatros. Até mesmo as fachadas das casas se transformaram. Ao lado de locais fechados, com varandas finas, rentes às calçadas, como os sobrados, os mais favorecidos tomaram preferência por casas sinuosas e verticais, com varandas para as moças, escritórios, salões para bailes e mirantes de observação (Lúcia Maria Pereira das NEVES, Humberto MACHADO; 1999).

A própria iluminação de alguns lares se transformara, facilitando o incremento de práticas vistas como civilizadas, dentre elas a intensificação do hábito da leitura silenciosa. Nas pinceladas de Almeida Júnior<sup>2</sup>, jardins, varandas e janelas mostravam-se os locais favoritos, sobretudo, para as mulheres letradas que privadas, muitas vezes, do escritório, achava nesses espaços silêncio, iluminação e conforto, ainda que continuassem sendo vigiadas pela figura de seu pai ou de seu marido.

.....

2. Como as telas: *Moça com livro, s.d.* José Ferraz de Almeida Jr (Brasil,1850-1899), óleo sobre tela, Dimensões 50.00 cm x 61.00 cm. Acervo Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (SP)/ *Repouso*. José Almeida Júnior (Brasil,1850-1899), óleo sobre tela, Dimensões 85.00 cm x 115.00 cm. Acervo Particular. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra943/repouso>>. Acesso em: 08 de abr. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

Assim, embora a maioria da população continuasse analfabeta e os setores mais baixos da sociedade continuassem a morar nos sobrados e em habitações comunitárias, como os cortiços, pode-se dizer que no período da década de 1850 eram acentuados os desejos por símbolos que projetassem certa burguesia em ascensão. Os saraus, os teatros, as livrarias, os cafés, os bailes e os passeios ao ar livre emergiam como de bom tom entre os indivíduos da “boa sociedade”. No compreender de Sérgio Buarque de Holanda, tratava-se de um contexto de “liquidação mais ou menos rápida” de certa “herança colonial” e buscas por modelos de comportamento próximos às nações vistas como “socialmente avançadas” (Sérgio Buarque de HOLANDA, 1995, p. 79). No entanto, vale destacar que essa inserção de novos hábitos foram colocadas em voga com a incidência de muitas heranças e permanências, como a própria presença e manutenção da escravidão (HOLANDA, 1995).

No período da década de 1850, com o processo de abolição do tráfico transatlântico de escravos, muitos fluminenses buscaram novas aquisições de cativos no nordeste brasileiro (Mary C. KARASCH, 2000). Assim, as ruas do Rio, embora a contragosto de alguns membros da elite, eram tomadas por escravos que exerciam todas as atividades manuais e de carregamentos de pessoas e objetos, “ocupações braçais sem especialização ou semi-especializadas” (KARASCH, 2000, p. 259). Inclusive, trabalhavam na “difícil arte da litografia e impressão” de livros e periódicos (KARASCH, 2000, p. 282).

Foi nesse cenário de tensões, distinções e interações entre diferentes camadas sociais e os próprios papéis desempenhados e construídos como característicos do feminino e do masculino na época que o *Jornal das Senhoras* foi inaugurado, mais precisamente no ano de 1852, com periodicidade quinzenal até 1855. Assim, nesse artigo, pretende-se usar tal jornal como fonte e objeto, de modo a analisar o cenário de transformações da primeira década da segunda metade do século XIX, lançando luz às táticas editoriais femininas presente nas páginas do *Jornal das Senhoras*. Além disso, busca-se enfatizar a presença de Santos, um cativo mensageiro que é citado no processo de produção do *Jornal das Senhoras* num processo que nos permite compreender as formas de interseções e distinções de hierarquias e desejos por liberdades.

Por mobilizarmos o periódico *O Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro; 1852-1855) tanto como fonte quanto como objeto de estudo, recorre-se à Nova História Cultural e seus aportes em torno dos estudos da História dos Livros

e dos Impressos. Além disso, utilizaremos aportes teórico-metodológicos dos estudos de Gêneros e das Interseccionalidades. Ou seja, ao analisar *O Jornal das Senhoras*, também iremos adentrar as categorias que ligam as fronteiras entre “mulheres, raça e classe” (Djamila RIBEIRO, 2016, p. 13).

Segundo Roger Chartier, a história cultural “tem por principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler” (Roger CHARTIER, 2002, p. 17.). Em sua abordagem, livro e impresso são tratados como objetos históricos, transformando-se em instrumentos tanto da difusão do saber, quanto da criação de novas culturas políticas, da formação de sociabilidades e de representações de *status*. Devido a isso, utilizaremos muitos de seus ensinamentos para se compreender as redes em torno do livro e dos impressos, as formas de construção e propagação de ideias presentes no periódico *O Jornal das Senhoras*.

Por apresentar trechos de fontes que abordam relações entre homens e mulheres, suas aproximações e divergências, o presente artigo também se centra na perspectiva dos Estudos de Gênero. Segundo Joan Scott “gênero” pode ser definido como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, [assim] o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Joan SCOTT, 1990, p. 14). Dos estudos de Gênero, utiliza-se dos modos de se compreender as fronteiras imaginárias e reais do que são considerados próprios do feminino e do masculino nessa sociedade heterormativa da segunda metade do século XIX.

Por fim, vale destacar a interdependência das relações entre raça, gênero e classe. Ou seja, vale destacar a Interseccionalidade, termo cunhado pela afro-americana Kimberlé W. Crenshaw em 1989, que será utilizado nesse artigo como forma de compreensão das múltiplas interações e intersecções da sociedade oitocentista brasileira. O “conceito de interseccionalidade reconhece o modo como diferentes eixos de opressão estão articulados produzindo desigualdades e situações adversas de múltiplas discriminações” (Michely Peres de ANDRADE, 2018, p. 84). Esse conceito ganhou força nos anos 1980, através de feministas negras norte-americanas que chamaram a atenção para o fato que existe uma relação de raça, classe, sexualidade e gênero que distinguem os indivíduos e, nesse sentido, distinguem as próprias mulheres e os homens de determinado tempo histórico.

Assim, embora este trabalho foque nas relações entre mulheres letradas brancas e um escravo homem negro, utiliza-se da interseccionalidade para

demarcar as diferentes expressões do feminino e do masculino construídos nessa sociedade oitocentista. A interseccionalidade, portanto, será usada como forma de compreender como o gênero foi construído, também, de forma racializada (Kimberlé W. CRENSHAW, 1989) e como dentro dos periódicos pode-se achar um universo de interseções entre diferentes categorias sociais que se intersectam e interagem na conjuntura da década de 1850, na corte e capital política do Império Brasileiro.

### **O Jornal das Senhoras: Redatoras, público-alvo e conteúdo**

Vindo a público na corte do Rio de Janeiro em 1º de Janeiro de 1852, *O Jornal das Senhoras* apresentou como sua primeira redatora a argentina Joana Paula Manso de Noronha, uma mulher branca, letrada e exilada da ditadura de Juan Manuel Rosas. No Brasil, Manso teve contato com os costumes e hábitos da corte imperial e conheceu pessoas que atuavam no cenário cultural fluminense, como a tradutora Violante Bivar e o violinista português Francisco Sá Noronha, com quem Manso se casou (Luiza LOBO, 2009).

Depois, quando Joana Manso de Noronha volta para a argentina, ainda em 1852, a redação do *Jornal das Senhoras* passou para as mãos de Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Velasco, filha de Violante Lima de Bivar e do conselheiro imperial, bacharel em direito formado em Coimbra, redator e presidente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro Diogo Soares da Silva Bivar, o que, sem dúvidas, cooperava para o interesse e o acesso de Violante nos assuntos literários, teatrais e jornalísticos de seu tempo (Hélio VIANNA, 1946).

Por último, entra na redação desse impresso Gervasia Nunesia Pires dos Santos Neves, esposa de Antônio José dos Santos Neves, taquígrafo do Senado, funcionário do Ministério de Guerra, poeta e compositor em teatros na corte do Rio de Janeiro, o que também dava condições dessa redatora manter o periódico (Everton BARBOSA, 2018).

A historiografia destaca que, nesse contexto de meados do século XIX, poucas mulheres eram letradas e uma parte ainda menor dessas apresentavam a liberdade de agir no meio público da palavra impressa. Essas mulheres, em geral, “tinham pouca liberdade para saírem sozinhas, e menos ainda para gastar o orçamento doméstico” dificultando, muitas vezes, a aquisição dos jornais ou de outros objetos por conta própria, sem a presença de seus pais ou maridos (Tania FERREIRA, 2005, p. 7).

Assim, percebe-se que Manso de Noronha, Violante Bivar e Gervasia Nunesia eram mulheres privilegiadas por serem “uma das primeiras mulheres a exercerem funções de direção na imprensa brasileira” (MARTINS, 2008, p. 68). Além disso, vale destacar que as mesmas apresentaram redes familiares e de amizade que possibilitavam não somente que elas pudessem escrever em jornais, como serem redatoras-chefes.

O jornal se destinava às mulheres ditas “inteligentes”. Isso é, se destinava a aquelas mulheres que, assim como as redatoras, eram mulheres letradas, cultas, abastadas e que desejavam o progresso da civilização. Assim, durante os quatro anos de circulação do *Jornal das Senhoras*, essas Joana, Violante e Gervasia colocaram a públicas temáticas que tinham como finalidade alcançar os objetivos os anseios de seu público leitor e de sua própria camada social. Elas tinham como objetivo defender a emancipação moral da mulher, sua igualdade intelectual ao homem, o conhecimento de seus direitos e sua missão em sociedade (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, n.2).

Tratava-se de uma busca por melhorias à condição dessas mulheres letradas. Defendiam a equidade intelectual e conquista de espaço, sobretudo, espaço no mercado do livro e dos impressos. Vale lembrar que, enquanto essas mulheres brancas estavam reivindicando sua inserção ao mundo do trabalho, as negras e indígenas, ao contrário, já estavam familiarizadas com a vulnerabilidade e distinção de funções, hierarquias e papéis que este mesmo mercado acarretava outras funções menos abastadas, como costureira, cozinheiras, passadeiras e outras.

Como era destacado no subtítulo que acompanhou boa parte das capas de publicação, as principais temáticas trabalhadas no *Jornal das Senhoras* eram: Modas, Literatura, Belas-Artes e Teatro. Essas temáticas acompanhavam os anseios e interesses das escritoras e leitoras dos impressos voltados às mulheres letradas e de elite e, certamente, tinha o intuito de atualizar seus hábitos ao que seria mais apropriado para uma mulher vista como inteligente e civilizada. Embora fossem assuntos destinados a camadas sociais específicas, de modo algum o impresso ficou alheio ao contexto que o cercava, inclusive, não ficou alheio ao cenário escravista.

Em relação à moda, as redatoras do *Jornal das Senhoras* publicaram diversos números que continham figurinos franceses que eram retirados do periódico *Moniteur de La Mode* (Paris; 1843-1913). Esses eram copiados e reapropriados ao clima, acessórios e tecidos presentes na corte imperial (BARBOSA, 2018 p.196). Era um conteúdo dispendioso que necessitava

de planejamento em estabelecer os trâmites dos acordos firmados em ambos os lados do Atlântico. Também era preciso esperar a chegada das encomendas de modo rápido, já que o jornal dependia delas para a publicação dos números. Mas todos esses riscos não assustavam as colaboradoras dos textos relacionados à moda (O JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.4), muito menos as redatoras que mantiveram esse padrão durante todo o período de circulação do impresso. O periódico justifica o esforço da seguinte forma:

[O figurino] Não é feito aqui no Rio de Janeiro, porque Deus não nos deu o *dom* especial de idear, combinar, executar modas com essa graça, originalidade e gosto delicado, que para elas tem os Parisienses, e ninguém mais.

Temos sim atualmente quem os possa copiar com perfeição (já não é tão pouco), mas a invenção é, e será sempre dos Franceses (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, n.5, p. 2).

Tal como apontava *O Jornal das Senhoras*, ao buscar o termo “Modista” na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional* é possível identificar, no ano da citação, mais de duas dezenas de anúncios de casas dedicadas à produção de vestimentas somente se analisarmos *O Correio Mercantil* e *O Jornal do Comércio* (Isadora COSTA, 2021). De fato não eram poucas as formas de copiar esses figurinos. Além disso, nesses anúncios podemos encontrar trechos que citavam os nomes dos donos dos estabelecimentos ou outras características, como a cor da pele, bons requisitos para a costura, ou venda de uma vestimenta específica. A cor de pele branca, boa índole e a nacionalidade francesa era o que mais era valorizado quando se destacava uma casa de moda feminina.

No entanto, vale destacar que, embora nos anúncios, prevalecessem a preferência por modistas brancas e francesas conviviam, nesse mesmo mundo da modernização das condutas de “bom tom”, “costureiras escravas”, como transparecem os anúncios abaixo.

Carolina Remy, costureira, recebeu ultimamente um sortimento de fazendas francesas, camisinhas [...], lenços de cambraia, vestidos e toucas de batizados, rendas pretas e brancas, filó preto, etc; na rua do Ourives n. 101. Também precisa-se de costureiras escravas (CORREIO MERCANTIL; 1852, n. 34, p. 4).

Uma senhora estrangeira, modista, faz vestidos do último gosto sobre figurinos. Aceita mais algumas negrinhas para ensiná-las a esse ofício. Precisa-se também

de preta para o serviço ordinário de casa, e não a quer de casa de comissão; na rua dos Latoeiros n. 48, sobrado (JORNAL DO COMÉRCIO, n. 241, p. 1).

E no *Jornal das Senhoras* não era diferente. O jornal adentrava ao meio cultural de seu tempo, suas contradições, tensões e omissões. Nesse sentido, a escravidão também estava presente. Durante os textos destinados a tratar da moda, é possível encontrar uma reclamação da colaboradora do periódico a respeito de um escravo barbeiro do vizinho que “atormentava a vizinhança que não partilhava de *seu bom gosto*”<sup>3</sup> (O JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n. 21, p. 1). A colaboradora da seção moda não buscava fazer referência à escravidão, mas aos grandes bailes e a moda parisiense. Quando tratava de cativos, negros ou libertos demonstrava que seus gostos eram o inverso do “bom tom”, distinguindo, certamente, aqueles que compartilhavam dos mesmos códigos e representações sociais que ela e aqueles que ela não se identificava.

Ao lado da moda, que seguia os figurinos franceses como modelos de inspiração, os textos literários também tiveram papel de destaque no *Jornal das Senhoras* e nas produções femininas de seu tempo. Como evidenciavam títulos e subtítulos da imprensa destinada às mulheres leitoras da época, faziam sucesso as histórias de amor, os textos leves e as poesias de cunho romântico.

Por isso, quem assinava o *Jornal das Senhoras* podia ter acesso a traduções e textos originais além das poesias que corriqueiramente eram publicadas em cada edição do periódico. Havia relatos de viagens, artigos acerca da educação, poesias e romances folhetins feitos por homens e por mulheres. Todos esses eram publicados, muitas vezes, sob completo anonimato ou com pseudônimos, o que, certamente, dificulta a identificação de autoria. Porém, podemos supor que todas essas pessoas faziam parte de uma elite letrada e, possivelmente, eram pessoas brancas ou compreendidas com tal status dentro das hierarquias da segunda metade do século XIX. Afinal, a historiografia destaca que a chamada imprensa negra teve sua primeira aparição em 1833, com *O Homem de Cor ou O Mulato*, publicado pela Tipografia Fluminense de Paula Brito, num período de radicalismo político (Ana Flávia Magalhães PINTO, 2006). A incidência dessa imprensa negra acompanhou os movimentos políticos e não teve grande incidência nessa década de calmaria política de 1850. Além disso, uma autoria feminina negra só foi possível no final da década de 1850, quando foi lançado o romance *Úrsula*, por

.....

3. Destaque da própria fonte.

Maria Firmino dos Reis. Úrsula, inclusive, foi uma exceção às publicações da época, pois foi “o primeiro romance abolicionista e antirracista, ao realizar uma forte crítica à escravidão e retratar personagens negras sem recorrer a estereótipos” (ANDRADE, 2018, p. 87).

Nas revistas e jornais voltados para as mulheres de elite de meados do século XIX, principalmente dentro da corte imperial, o teatro também era comumente apontado como de interesse das leitoras. As resenhas teatrais faziam parte dos títulos da imprensa brasileira, sejam nos impressos voltados para as mulheres letradas da época, sejam aqueles voltados para público em geral.

Nas páginas do *Jornal das Senhoras*, os diferentes teatros da corte não foram silenciados, mas exaltados em páginas que não apenas exibiam a presença de determinado evento, mas, de fato, tinha o objetivo de encorajar seu desenvolvimento, já que o teatro brasileiro ainda estava “por levantar seus alicerces”, na visão do próprio periódico (*O JORNAL DAS SENHORAS*; 1852, n. 4, p. 10).

Mas, assim como a moda, esses mesmos teatros conviviam com as diferentes camadas sociais que não necessariamente faziam parte da boa sociedade: quituteiras (libertas, forras, cativas ou de ganho) ocupavam as ruas ao redor dos teatros e meninos escravizados, possivelmente, continuavam a entregar recados aos casais românticos em meio a uma cena ou outra do espetáculo, como descreveu a narrativa de Joaquim Manuel de Macedo em *A Moreninha* (1844) (Andrea MARZANO, 2008).

Todas essas situações não passavam despercebidas aos olhos das colaboradoras (as) e redatoras do *Jornal das Senhoras*. Nele, seus entusiastas colocavam a público gostos, condutas, representações e hierarquias que deveriam ser aprendidas e partilhadas por suas leitoras. Por exemplo, o periódico aconselhava as senhoras qual música era apropriada nas diferentes ocasiões, hora e lugar.

Eu, porém (e comigo muita gente) sou o resumo de todas essas inclinações ou gostos, porque gosto de tudo que é bem cantado, segundo é a hora a ocasião e o lugar. Ora está claro que nos teatros quero ouvir os coros, as arias, os duetos italianos, mas nas salas de intimidade, prefiro as nossas Modinhas, entoadas por uma voz angélica, expressiva no verso, e engraçada ou sentimental na execução. E se ela canta depois um lundu! [...]

Nenhum heresiarca musical poderá contestar os efeitos diversos, mas agradáveis, que produzem as nossas Modinhas e Lundus (*O JORNAL DAS SENHORAS*, 1852, n. 13, p. 2-3).

Ao olhar a literatura da época, percebemos que o lundu e a modinha poderiam adentrar o cotidiano das camadas mais baixas da sociedade, como o batizado do filho de um barbeiro, como assim se sucedia na escrita de *Manuel Antônio de Almeida* em *Memórias de um Sargento de Milícia* (1852-1853). Tal dado nos leva a compreender que o *Jornal das Senhoras*, embora defendesse condutas ditas de corte, civilizada e do bom tom, não deixavam de matizar gostos e condutas que extrapolavam esse meio social. Isso é, o periódico demarcava hierarquias, mas não estava alheio ao contexto que o cercava.

Cabe ainda ressaltar que o subtítulo *Belas Artes* também abrigava a descrição de eventos públicos e privados da corte. Isso é, era mais uma temática que consagrava o teatro e os eventos de grande vulto da corte do Rio de Janeiro como locais de destaque do jornal. Tal prerrogativa evidenciava que o que acontecia de novo na cidade produtora do periódico *O Jornal das Senhoras* era considerado de grande importância para os colaboradores e redatoras que publicavam seus textos nesse impresso. Porém, é preciso questionar como essas colaboradoras e escritoras conseguiam tais informações, sendo mulheres brancas, letradas, casadas e de elite. Afinal, essas mulheres redatoras e colaboradoras do *Jornal das Senhoras*, dentro das hierarquias e distinções do *Segundo Reinado* apresentavam a restrição de não andarem sozinhas em público (FERREIRA, 2005; KARASCH; 2000).

Porém, vale destacar que não eram todas as mulheres que sofriam essa restrição. Como bem lembra autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, entre outras, desde “o século XIX, mulheres negras imprimem outra lógica aos padrões de comportamento [...] as mulheres negras já eram trabalhadoras, frequentavam as ruas sozinhas e não se enquadravam de modo algum à compreensão da mulher como frágil, submissa e recatada” (ANDRADE, 2018, p.83). Então voltamos à questão: Como as mulheres letradas, brancas e casadas do *Jornal das Senhoras* conseguiam informações dos cotidianos das ruas, sendo mulheres brancas, casadas e de elite?

### **Santos: Um Cativo Mensageiro**

Os artigos do *Jornal das Senhoras* demonstravam preocupação com o que acontecia no interior e nos arredores, não somente do teatro, mas de diversos eventos que se passavam na corte do Rio de Janeiro. O corpo dirigente do *Jornal das Senhoras* buscava atualizar e levar às mulheres letradas novos hábitos e informação, sobretudo, porque essas mulheres ainda apresentavam,

dentro das hierarquias do Segundo Reinado, “pouca liberdade de saírem sozinhas” (FERREIRA; 2005, p.7).

Por tal razão, as redatoras Joana, Violante, Gervasia e as demais colaboradoras desse impresso souberam apreciar todas as informações que saltavam aos seus solhos e ouvidos nos momentos que assistiam a uma peça de teatro, a um evento musical, frequentavam os diferentes bailes da corte do Rio de Janeiro, ou apreciava o comércio da Rua do Ouvidor. Sempre, acompanhadas de algum homem da família (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, n. 3).

Essas mulheres estavam atentas ao que acontecia em seu entorno, mas também utilizavam de informações fornecidas por colaboradores e redes de amizade. Amizades nutridas por seus familiares, conhecidos e até pessoas de camadas sociais distintas das delas, como é o caso do guarda portão referenciado como “Santos”, que passou, segundo o jornal, a ser um dos informantes da colaboradora que escrevia os textos publicados sob o título “Crônica da Semana”, como a mesma explica a sua redatora:

[...] depois que vos levou os meus primeiros originais e o recado que voz mandei, dizendo-vos que não podia continuar a escrever a semana por não ter quem para esse fim me oferecesse certos dados, que nós mulheres não podemos estar com essas cousas; voltou no dia seguinte pela manhã à minha sala, e [...] disse-me o seguinte:

- Minha ama saberá que toda a noite não pude pregar o olho! Tenho levado a malucar até agora n’aquele recado que mandou à Sra. Noronha... [...]

- [...] o que me fez martelar a cabeça toda a noite, foi a Sra... com licença da Sra, foi a Sra. Mandar dizer no fim – nós mulheres não podemos estar com estas cousas. Eis ai está.

- Mas o que tem isso para te causar essa atrapalhão toda?

- O que tem? Tem cá para vosso velho criado [...] uns riscos de afronta, assim como diz: tenho um criado que me podia servir, mas não me serve porque não presta, é estúpido! [...]

- Está bem, Santos, não te aflijas por isso; Eu vou dar-te provas do contrário. De hoje em diante deves passear por essas ruas da cidade quando e como quiseres; para conversa, escuta, dá fé de tudo, mas, que ninguém te suspeite, sentido Santos! Depois volta quando entenderes que assim o deves fazer, e dá-me conta do que vistes e ouvistes durante o dia [...] (O JORNAL DAS SENHORAS; 1852, p. 9).

É possível que toda a situação fosse mera invenção da colaboradora, já que a mesma tinha dificuldade em continuar a escrever o artigo por falta de dados. No entanto, pela quantidade de vezes que continuou a tratar do cativo Santos e de suas informações fornecidas, podemos dizer que é possível que ele existisse. Mesmo porque, de alguma forma, a colaboradora passou a ser informada e colocar a público tudo o que se podia ver e ouvir no interior dos eventos e nos seus entornos, nas diferentes ruas e camadas sociais que conviviam e interagiam nas ruas do Rio de Janeiro.

Santos era lembrado pela colaboradora como um servo fiel e respeitoso, um pouco tímido, de idade, que fumava caixas e mais caixas de tabaco, falava olhando para baixo de modo pausado. Sentava-se num banquinho em frente ao portão de sua ama e mantinha um lenço xadrez no bolso. Ele conhecia a colaboradora desde pequena e se sentia bem em ser útil nos serviços prestados, segundo a narrativa do jornal.

Nesse sentido, vale destacar que se trata de uma narrativa feita por mulheres brancas, que buscavam ser civilizadas, intervir na imprensa e ter a liberdade de fazer fluir o poder de suas penas, questões ainda muito incipientes para essas mulheres. Ao mesmo tempo, tratava-se de um período em que a escravidão era naturalizada por muitos, fazia parte do cotidiano da cidade. Logo, a relação entre a colaboradora do *Jornal das Senhoras* e o cativo Santos era marcada por hierarquias e controles às liberdades almejadas por cada um desses sujeitos sociais.

Continuando a leitura do *Jornal das Senhoras*, percebemos que Santos também era caracterizado como um homem curioso, mas discreto. E, por ser homem, poderia adentrar a lugares e colher informações que sua senhora não poderia ter acesso, simplesmente, por ser mulher, letrada, casada e de elite. Afinal, “na visão das elites, a mulher que trabalhava nas ruas [...] ‘não era uma mulher decente’” e isso se estendeu no imaginário social de boa parte do século XIX brasileiro (KARASCH; 2000, p. 118), com heranças quase que até os dias de hoje, dependendo da região do Brasil.

A colaboradora do *Jornal das Senhoras* narrava a importância de Santos para o conteúdo do jornal, demonstrando consciência dos limites que a sociedade do *Segundo Reinado* a colocava. Ao mesmo tempo, demonstrando esperteza em fazer de seu guarda-portão um mensageiro dos assuntos que preencheriam a seção que a mesma escrevia. Pois, dessa forma, ela poderia continuar escrevendo e sendo informada de diferentes assuntos que se sucedia na corte do Rio de

Janeiro, sem sair de casa, sem ficar até tarde na rua, sem se ausentar, possivelmente, de seu lar, de seus filhos e maridos.

Assim, em meio à obediência do cativo, à superioridade da colaboradora, mas também, de certa lealdade e até admiração, a relação entre Santos e o *Jornal das Senhoras* se estreitava, pelo menos, no discurso do jornal. Como se percebe abaixo:

- Vai Santos; cuidado que ninguém te pilhe. Sempre entendi que o Santos era capaz de muito, conheço-lhe as predisposições e o jeito que tem para ajeitar-se e entremeter-se em tudo, mas não lhe dava tanta habilidade! Tanta finura! [...]

Tem desencovado mortos, e enterrado vivos; de mil coisas está ao fato; até já me fala em negócios políticos, em subida e descida de câmbios, compra de apólices, etc (O JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.16, p. 9).

Santos atualizava sua ama sobre tudo o que observava nos eventos públicos da cidade, como procissões, festas da igreja e até o que havia de mais íntimo em um testamento de um conhecido. Também entregava cartas a sua ama e as despachava. Ainda dizia ditados populares que a colaboradora publicava em sua coluna no *Jornal das Senhoras* (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.22).

Santo também levava informações sobre o que acontecia de mais novo no próprio cotidiano dos negros das ruas e das principais notícias veiculadas. Segundo a colaboradora, quando Santos trazia informações colhidas nesses burburinhos das ruelas do Rio de Janeiro, o cativo chegava a lhe contar sobre política, câmbio das moedas ou mesmo de cálculos estimados sobre a quantidade de habitantes de uma determinada cidade (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.16).

Se esses assuntos eram tratados pelo cativo ou especulados pela própria colaboradora, talvez seja uma questão sem respostas. Mas podemos afirmar a perspicácia da colaboradora em saber alinhar seu discurso à sociedade a qual se colocava. Pois, conhecer política, economia matemática ou correr o risco de errar um cálculo matemático não era uma postura bem-vista para uma senhora, sendo muito oportuno afirmar ser o cativo Santos quem introduzia esses assuntos.

O cativo mensageiro também relatava conversas e cenas que ouvia e observava nas ruas e locais por onde passava, dava dicas de qual era a forma mais rápida de se chegar a uma rua do centro da cidade, as horas que elas ficavam mais vazias e outros temas. Assuntos que, para Santos,

aparentemente, era um conhecimento comum e cotidiano, mas para uma senhora, podia ser uma novidade, justamente, devido às restrições de não poderem sair sozinhas em público sempre que assim almejassem.

Santos também falava o que acontecia no interior dos locais que passava, não apenas em seu entorno, como é o caso das igrejas. Segundo o jornal, o cativo narrava o fato das “jovens namoradeiras” procurarem sentar nos bancos que estavam longe do centro das naves das igrejas, para assim, não serem vistas flertando (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.20, p. 3-4).

O guarda-portão e, agora, possível mensageiro do *Jornal das Senhoras*, relatava (ou transparecia relatar) todas as informações que uma senhora, considerada de respeito, apresentava dificuldade de ter acesso, seja porque não tinha conhecimento para se aprofundar no assunto, seja porque não era do bom tom de sua camada social e gênero. Saber da vida alheia, fazer cálculos de matemática, falar de política e economia ou mesmo conhecer de alguma fórmula científica de um produto químico pareciam questões vistas com certo receio pela colaboradora, ainda que a mesma tivesse interesse em saber mais sobre:

- Santos! Oh Santos!
- Aqui estou, minha ama.
- Vai saber, assim como quem não que coisa, que tal é essa preparação medicinal alcinhada – *Tricopherous*, que faz os cabelos pretos, luzidios e flexíveis. Quero inculcá-la a algumas pessoas de minha amizade, para livra-las de uma outra composição infernal que lhes põe o cabelo em miserável estado... (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.17, p. 9)

Outra tarefa desse mensageiro era levar todas as correspondências – ou “cadernetas”, como o próprio Santos as chamavam (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.25,10) – à casa da redatora Joana Paula Manso de Noronha, que como impresso no próprio jornal, se localizava no Beco dos Cotovelos n.18 (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852, n. 1, 8):

- Santos!
- Minha ama!
- Vai levar esta papelada toda a mui digna Redatora em chefe do *Jornal das Senhoras*, e dize-lhe que o dito, dito: pedra em cima, se lhe não agradar (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.16, p. 10)

De modo descontraído, a colaboradora, que não assinava com seu nome, mas utilizava o pseudônimo de *Bellona*<sup>4</sup>, narrava a aparição de Santos em diferentes momentos de sua coluna periodista. Prerrogativa que, aparentemente, agradava a redatora, já que as “Crônicas da Semana” continuaram a ser publicadas em todo o período que Joana Paula Manso de Noronha esteve na redação desse impresso.

Esse dado nos leva a supor que a própria colaboradora, *Bellona*, pudesse ser a redatora, já que a redatora em chefe do *Jornal das Senhoras*, Joana Paula Manso de Noronha, era argentina. Então, possivelmente, poderia precisar que alguém conhecesse os locais do Rio de Janeiro com agilidade e experiência, adentrasse espaços que a mesma iria ter dificuldades de ter acesso tanto por ser mulher, quanto por ser casada, da boa sociedade e estrangeira. Um indício dessa suposição também pode ser visto quando a colaboradora da seção “Crônicas da Semana” mostra conhecimento e interesse em escritos específicos de Montevideu – atual Uruguai – terra onde morou Joana Paula Manso de Noronha, durante seu exílio, como se observa abaixo, nas ordens dadas a Santos:

Olha; e pergunta aos Srs. Mercês e C<sup>a</sup>, na praça da Constituição n. 19, se aqueles lindos versos do Sr. Joanicó, feitos em Montevideo e postos em música pelo Sr. Ribas, já estão a venda, que me mande um exemplar; desejo apreciar as melodias deste artista, e o pensamento do poeta [...] (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.17, p. 9)

Nas páginas do *Jornal das Senhoras*, quando a própria Joana Paulo Manso de Noronha responde a colaboradora *Bellona* acerca de seus escritos, a mesma mostra está gostando das informações levadas por Santos e escritas por *Bellona*. O que também contribui para compreendermos que Joana e *Bellona* poderiam ser as mesmas pessoas, já que nutriam uma mesma opinião sobre Santos e, quando Joana referia-se a ele, narrava de forma semelhante a *Bellona*, numa espécie de diálogo, como se observa abaixo:

Agradeço-vos também que fosse o Santos o portador; diverti-me muito com a sua conversa. O tal songamonga, tomou o freio nos dentes e nada lhe escapa...

.....

4. Não se sabe se existe uma relação entre esse pseudônimo e o nome dado ao primeiro periódico escrito por mulheres no Brasil, o *Belona Irada Contra os Sectários de Momo*, publicado entre 1833 e 1834, editado em Porto Alegre, com circulação local, sob a redação de Maria Josefa Pereira Pinto e partidário da corrente “caramuru”, em voga no período (MUZART, 2003).

O bom do homem ainda não cabe em si, da admiração que lhe causa o seu novo emprego...!

[...]

- Então senhor *Santos*, como vai?

- Vamos remando minha senhora; muito obrigado!

- Eu já sei que o senhor está um espião verdadeiro, que nem a polícia o poderia desejar melhor...

[...]

- Qual, minha senhora; é verdade que eu ando por aí, por esse mundo, abrindo os olhos e os ouvidos de três palmos, para dar o gosto a minha querida ama, e não sei... sim, quero dizer, se terei sido útil.

- Deve-o ser. Um homem como o senhor e, que ninguém suspeita, perdido entre a multidão, ouvindo este, espreitando aquele...

- Minha ama só quer saber das novidades do dia, mas isto de espreitar vai sem querer; eu no princípio não me importava, mas agora, divirto-me alguma coisita a faltar. (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.20, p. 3-4)

A redatora Joana Paula Manso de Noronha admirava a perspicácia de Santos, um cativo, de idade, aparentemente gentil, curioso e pronto a ajudar em tarefas que as senhoras não podiam, na compreensão de época, assim efetuar com total liberdade. A questão de gênero mostra-se ainda mais nítida quando, nesse mesmo número, Joana narra que queria que Santos contasse como era observar um dia inteiro nas ruas do Rio de Janeiro e o mesmo fica reticente, temendo que suas ideias fossem publicadas assim como foram aquelas fornecidas pelo “primo” de Joana (JORNAL DAS SENHORAS; 1852, n.20). Isso é, tanto o primo de Joana Manso de Noronha, quanto Santos, possivelmente, por serem homens, forneciam informações que uma mulher letrada e abastada teria dificuldade de colher e ter acesso. Porém, cabe aqui ressaltar que, certamente, as informações colhidas e os locais trafegados por Santos e o primo de Manso de Noronha não eram os mesmos. Nas hierarquias dessa sociedade Imperial um escravo não teria, em hipótese alguma, as mesmas liberdades de ir e vir de um homem branco e livre. Afinal, como nos lembra Sueli Carneiro:

[...] a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do

gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).  
(Sueli CANEIRO, 2003, p.119)

Se *Bellona* era a própria redatora ou não, talvez seja um algo sobre o qual nunca tenhamos certeza, uma vez que o pseudônimo é utilizado em todas as publicações da “A Crônica da Semana”. Porém, podemos afirmar que tanto quem escrevia a seção quanto a própria redatora do jornal compreendia que os homens tinham certas liberdades que as mesmas não dispunham.

Cabe aqui ressaltar que a liberdade de trafegar pelo ambiente público, questão, de certa forma, almejada pelas colaboradoras do *Jornal das Senhoras* mostrava-se, certamente, diferente da liberdade almejada por um negro cativo da época. Um escravo pudesse atuar nas ruas do Rio de Janeiro, vendendo e negociando produtos, trabalhando como pescadores, carregadores, supervisores, capatazes, feitores e hortelões. Ou ainda, poderiam ser caseiros, trabalhadores agrícolas, jardineiros, caçadores, balseiros, estivadores, tigres<sup>5</sup>, marinheiros, remadores, operários de máquinas, tecelões, lampiões, artesões ou em algumas atividades informais de subsistência, como o ganho (KARASCH, 2000), em seu cotidiano, o Rio de Janeiro também “era uma cidade de fronteiras, de limitações à liberdade” (KARASCH; 2000, p. 99). Isso não somente devido aos morros e terrenos alagadiços que dificultavam as possíveis fugas, mas também, devido às próprias hierarquias sociais que a cidade comportava (KARASCH; 2000, p. 140-142).

De acordo com os estudos de Mary Karasch, um escravo poderia ter um status mais elevado ou não de acordo com o perfil de seus donos, suas posses e gênero. As hierarquias perpassavam diferentes camadas sociais e geravam diferentes formas de distinção e discriminação. Escravos de senhores afortunados, por exemplo, eram mais respeitáveis na hierarquia social do período, que aqueles de senhoras com dinheiro, porém, solteiras. Mas se a senhora fosse de posses e casada seus escravos também poderiam desfrutar de certa representação social elevada. No entanto, escravos de donas pobres, que trabalhavam nas ruas, não casadas e com filhos ilegítimos não apresentavam poder nas representações sociais da época, pois sua dona não era considerada “uma mulher decente”, na perspectiva das elites (KARASCH, 2000, p. 117-118).

.....

5. Aqueles que “levavam tubos ou barris de excremento e lixo sobre a cabeça pelas ruas do Rio.”  
(KARASCH; 2000,266)

A partir disso, percebemos que Santos, cativo, de modo algum tinha o mesmo prestígio de um homem branco e livre. Porém, Santos desfrutava de certos status por ser homem, mas também, por ser o cativo de uma senhora, isso é, uma mulher casada no compreender da época, que apresentava posses que a fazia desfrutar de bailes e eventos de elites que eram descritos no próprio *Jornal das Senhoras*. De fato, a liberdade, possivelmente, desejada por Santos e aquela desejada por sua senhora eram demasiadamente distintas, mas interações e intersecções entre elas existiam e não passaram despercebidas pela colaboradora do *Jornal das Senhoras* e a possível boa vontade de Santos em ajudar sua ama. A colaboradora que assinava com o pseudônimo de *Bellona* soube utilizar de sua posição hierárquica para administrar uma função mais oportuna para Santos. Ela soube utilizar de um hábito comum à época, das senhoras determinarem as posições sociais dos escravos domésticos (KARASCH, 2000, p. 118), para que, com isso, extraísse informações dos burburinhos das ruas e dos diferentes eventos públicos da corte do Rio de Janeiro. Santos, por sua vez, embora não tivesse sua própria liberdade, fosse um cativo, utilizava-se de estratégias que se relacionavam a obediência e prontidão para conseguir reconhecimento, utilidade social e, quem sabe, o poder de trafegar pelas ruas do Rio de Janeiro, colocando em prática seu gosto pela curiosidade dos acontecimentos cotidianos, desejo que, talvez, o banquinho do portão de sua ama não o possibilitasse.

### **Considerações finais**

O possível criado Santos foi referenciado no interior do *Jornal das Senhoras* em pelo menos dez números. O que pode suscitar que, posteriormente, novas estratégias foram tomadas para que essas mulheres letradas, casadas, abastadas se mantivessem informadas acerca do cotidiano de uma cidade que apresentava locais que, nem sempre, uma mulher de elite poderia frequentar. Ou, simplesmente, à medida que se publicava as edições do jornal essas mulheres resolveram não revelar seus informantes, cativos mensageiros que, possivelmente, auxiliavam na montagem da escrita periodista feminina. Enfim, seja como for, a importância de Santos no conteúdo da folhinha deve-se não somente por colaborar com informações para o jornal, mas por demonstrar que essas mulheres tinham consciência dos limites que poderiam adentrar em sociedade e aqueles que ansiavam quebrar. Limites que, em alguma medida, já tinham sido quebrados por mulheres

negras e indígenas que já adentravam o mundo do trabalho exercendo diferentes funções nas ruas do Rio de Janeiro. Enfim, trata-se de uma busca por liberdade que, certamente, não se assemelhava aquela desejada por mulheres negras e indígenas e muito menos aquela desejada por Santos, mas, de alguma forma, todas essas buscas por liberdade apresentaram tensões, interações e intersecções que foram protagonizadas nas páginas do *Jornal das Senhoras*.

## Bibliografia

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícia*, Rio de Janeiro, 1852-1853. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/milicias.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/milicias.pdf). Acessado em: 06/03/2020.

ANDRADE, Michely Peres de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. *Interritórios. Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco*, Caruaru, Brasil, V.4, n. 6, 2018.

BARBOSA; Everton Vieira. Em busca de (in)formação: estratégias editoriais femininas na corte (1852-1855). In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina (et. al.) (Orgs). *Imprensa, livros e política no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGG Dj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em 2 out. 2021.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e Representações* 2ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, p. 538–55

COSTA, Isadora de Mélo. *Sincronias impressas entre o Rio de Janeiro e Porto: Um estudo comparado sobre as representações das mulheres no Jornal das Senhoras (Rio de Janeiro; 1852-1855) e A Esperança (Porto; 1865-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Política). Programa de Pós- Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *As leitoras no rio de janeiro do século XIX: a difusão da leitura*. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, 2005, p. 5. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31141>. Acessado em: 26/02/2020

HOLANDA; Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOBO, Luiza. “Juana Manso: uma Exilada em três Pátrias”. In: *Revista Gênero: Niterói*, v. 9, n. 2, 1. sem, 2009.

KARASCH, Mary. *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo. Cia das Letras, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em Tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARZANO, Andrea. *Cidade em Cena – O Ator Vasques, O Teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Folha seca: FAPERJ, 2008, p. 64-65.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista de Estudos Feministas*, v.11, n.1, jan./jun. 2003, p.225-233.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. MACHADO, Humberto Fernandes Machado. 2ª impressão. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Brasília, Universidade de Brasília Instituto de Ciências Humanas Departamento de História Programa de Pós-Graduação, 2006.

RIBEIRO, Djamila. Prefácio à edição brasileira. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Casse*. São Paulo: Boitempo, 2016.

### **Fontes:**

*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro; 1848-1868.

*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro; 1850-1859.

*O Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, 1852-1855.

*Recebido em 23 de julho de 2021.*  
*Aprovado em 3 de setembro de 2021.*

# OS MONUMENTOS EM HOMENAGEM AOS BANDEIRANTES EM GOIÂNIA: O(S) PASSADO(S) GOIANO(S)

*THE MONUMENTS IN HONOR OF THE BANDEIRANTES  
IN GOIÂNIA: THE GOIANO(S) PAST(S)  
LOS MONUMENTOS EN HOMENAJE A LOS BANDEIRANTES  
EN GOIÂNIA: EL(LOS) PASADO(S) GOIANO(S)*

Janaina Ferreira dos Santos da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

Estamos vivenciando um contexto espaço-temporal em que os usos do passado inscritos nas narrativas construídas em monumentos ganharam problematizações nas arenas socioculturais brasileiras. Manifestações recentes contra estátuas de personagens controversos e construções em homenagens à temas sensíveis da história nacional nos indicam as divergências entre as histórias públicas e os interesses populares. O debate iniciado em São Paulo sobre o monumento do bandeirante Borba Gato já era presente em Goiás, de maneira que os principais veículos de comunicação e redes sociais trouxeram os monumentos goianos em homenagem à essas figuras para a arena da opinião pública. Entre contestações e defesas, notou-se as diferentes memórias sobre o passado goiano e os identificados como heróis regionais. Nesse sentido, este artigo origina-se dessa problemática das expressões políticas da memória em Goiás objetivando identificar as disputas em torno do passado do estado presentes nos monumentos em homenagens aos bandeirantes localizados em Goiânia.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Goiás; memórias; Identidades.

## Abstract

We are experiencing a spatiotemporal context in which the uses of the past inscribed in narratives built on monuments have gained problematization in Brazilian sociocultural arenas. Recent demonstrations against statues of controversial characters and constructions in honor to sensitive themes in national history show us the divergences between public histories and popular interests. The debate started in São Paulo about the monument of the bandeirante Borba Gato was appropriated in Goiás, so that the main communication channels and social networks brought the monuments of

.....

1. Doutoranda em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: janaina\_silva@id.uff.br.

Goiás in honor of these figures to the arena of public opinion. Among contestations and defenses, it is possible to notice different memories about the past of Goiás and those identified as regional heroes. In this sense, this article is originated from this problematic of the political expressions of memory in Goiás, aiming to identify the disputes around the state's past inserted in the monuments in honor to the bandeirantes located in Goiânia.

**Keywords:** Patrimony; Goiás; Memories; Identities.

### **Resumen**

Estamos viviendo un contexto espacio-temporal en el que los usos del pasado inscritos en narrativas construidas en monumentos han ganado problematizaciones en escenarios socioculturales brasileños. Las recientes manifestaciones contra estatuas de personajes controvertidos y construcciones en homenaje a temas sensibles de la historia nacional nos muestran las divergencias entre historias públicas e intereses populares. El debate iniciado en Sao Paulo sobre el monumento del bandeirante Borba Gato fue apropiado en Goiás, de modo que los principales canales de comunicación y redes sociales trajeron los monumentos goianos en homenaje a esas figuras a la arena de la opinión pública. Entre contestaciones y defensas, se percibe diferentes memorias sobre el pasado de Goiás y los identificados como héroes regionales. En este sentido, este artículo parte de esta problemática de las expresiones políticas de la memoria en Goiás, con el objetivo de identificar las disputas alrededor del pasado del estado presentes en los monumentos en homenaje a los bandeirantes ubicados en Goiânia.

**Palabras clave:** Patrimonio; Goiás, Memorias, Identidades.

## **1. Debates contemporâneos sobre os usos do passado**

No dia 24 de julho de 2021, os principais jornais do país estamparam uma cena impactante: um monumento em chamas. A estátua localiza-se na cidade de São Paulo e homenageia Manuel de Gato Borba, um dos integrantes do movimento das Bandeiras. As autoridades afirmaram que o incêndio ocorreu durante o início da tarde e foi uma ação planejada: um grupo teria chegado ao local com um caminhão e cercaram o monumento com pneus, ateando fogo em seguida. Na parte frontal da estátua que era consumida pelo fogo, pendurou-se um cartaz com a seguinte frase “Revolução periférica - a favela vai descer e não vai ser carnaval”.

A obra em questão foi inaugurada em 1963, após sete anos de idealização e execução do esboço inicial de um monumento que homenageasse os 400 anos do bairro de Santo Amaro. A proposta que recebeu investimentos públicos foi a criação do escultor Júlio Guerra, em que a exaltação do território se daria pela mitificação de um personagem pertencente a um movimento histórico. Assim,

a comemoração do bandeirante Gato Borba representou o enaltecimento da história regional que resgatava as Bandeiras como discurso fundacional de São Paulo. Entretanto, a permanência do monumento como patrimônio estadual sem a presença de problematizações sobre as controvérsias das Bandeiras na história do país e do próprio Gato Borba inserido em um contexto escravista e etnocida recebeu frequentes críticas na contemporaneidade.

Apesar de não ter comprometido a estrutura física da obra, as imagens das chamas consumindo o patrimônio foram difundidas pelas redes sociais com depoimentos dúbios: houveram personalidades importantes no cenário político e cultural atual que apoiaram o ato e outras que o reivindicaram. Em resposta, o atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, divulgou dois dias após o ocorrido que lamentava o que aconteceu e que um empresário paulista (de maneira anônima) havia se comprometido a doar investimentos financeiros para a restauração do monumento.

Antes mesmo do caso de Gato Borba em chamas, as contestações populares e problematizações públicas sobre homenagens a personagens controversos e temas sensíveis tornou-se um debate crescente nos últimos anos. O próprio monumento já havia sido alvo de protesto antes. Em 2016, a estátua de Gato Borba e o Monumento às Bandeiras foram alvos de manifestações que terminaram com as obras repletas de tinta vermelhas que simbolizavam o sangue de povos mortos. Já em 2020, durante a onda de protestos após a morte de George Floyd e o crescente movimento Black Lives Matter, reforços da Guarda Civil Metropolitana foram acionados para protegê-la como resposta às tentativas de violação que sofreu. O exemplo internacional preocupava as autoridades: a estátua do traficante de escravizados Edward Colston foi derrubada, descartada em um rio e substituída por outra durante manifestações na cidade de Bristol nos Estados Unidos. Apesar da vigilância, as estátuas de Gato Borba e Bartolomeu Bueno da Silva receberam adereços de protestantes que estimulavam a problematização da mitificação de personagens controversos e enredos sensíveis na história do país: crânios e caveiras foram acrescentados em seus pés e mãos para fazer menção às mortes oriundas das Bandeiras<sup>2</sup>.

Para além dessas manifestações populares ocorridas em São Paulo, a luta pela importância dos usos do passado para as narrativas coletivas já se estende

.....

2. VIEIRA, Bárbara Muniz. Crânios são colocados ao lado de monumentos de bandeirantes para ressignificar história de SP. G1, São Paulo, 27 de outubro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>.

há alguns anos no âmbito político em vários países (Nestor CANCELI, 1994), especialmente no Brasil. Nas últimas décadas, diversas regiões do país tiveram vereadores e deputados que propuseram projetos de leis que objetivavam a renomeação de espaços públicos e/ou a retirada de monumentos sob a retórica da importância da consciência histórica sobre as desigualdades raciais e étnicas historicamente naturalizadas e silenciadas. Enquanto mecanismos de exaltação (Danilo PINTO, 2015), os nomes imortalizados em logradouros e homenageados em monumentos tornam-se parte de uma história pública oficial que por vezes é desacreditada por grupos a margem dessa narrativa histórica tecida.

As imagens da construção em homenagem à Borba Gato em chamuscas e as discussões derivadas desse acontecimento adquiriram uma repercussão grande em Goiás. Com uma memória<sup>3</sup> histórica regional que os atribuiu à inauguração do estado, as imagens cristalizadas dos bandeirantes em monumentos foram postas em confronto: heróis da identidade<sup>4</sup> goiana ou algozes das populações indígenas e negras? Uma reportagem do portal Mais Goiás ilustra bem essa dialética em torno dos bandeirantes em Goiás. Intitulada “*Triunfo do racismo, diz historiador sobre Estátua do Bandeirante*”, a reportagem se dedicou a narrar a história do Monumento do Bandeirante, apresentar a opinião de um historiador sobre a feitura e manutenção da homenagem à figura histórica e as opiniões em favor dos monumentos já estabelecidos. Localizada em uma movimentada avenida do centro da capital, a estátua de Anhangüera foi trazida para a problemática reacendida a partir do caso de Borba Gato em chamuscas. Para o entrevistado para estabelecer análises do monumento na matéria, o monumento trata-se de uma ilustração de como uma versão do passado racista e etnocida da história de

.....

3. Ao longo desse artigo, estamos trabalhando com o conceito de memória e suas tipologias cunhados por Paul Ricoeur (2007). Pensando especificamente nas discussões sobre memória histórica, podemos desenvolver que relaciona-se com a identidade pois os usos e abusos da memória por parte de um governo, seja no âmbito nacional ou regional, ancora-se no uso da narrativa do passado para a legitimação da identidade, elencando esquecimentos e reaparecimentos dos eventos do tempo passado para a reconstrução dessa memória. Dessa maneira, dispõe para o coletivo a elaboração de um projeto identitário em que as expressões públicas que reconstituem o passado assumem um caráter de legitimidade. Ver mais em: RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
4. Com identidade, estamos partindo dos estudos de Stuart Hall (2006), que produziu uma discussão sobre o termo e entende sua formação a partir de um conjunto de práticas pertencentes aos discursos culturais dos grupos. Dessa maneira, defendeu que, a partir de uma centralidade cultural, as identidades são formadas por uma rede de estratégias de representações, significações, simbologias e elementos que sedimentam o arcabouço cultural compartilhado por um mesmo grupo, constituídas como partes das subjetividades humanas. Ver mais em HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Goiás foi silenciada. Ainda para ele, o movimento das bandeiras desencadeou massacres aos indígenas, a intensificação das violências aos negros escravizados, invasão de terras e violências de várias naturezas às populações locais, especialmente às mulheres.

Como problemática desse artigo, a questão dos monumentos torna-se central para pensarmos nas memórias demarcadas como nobres (Françoise CHOAY, 2001) no contexto das identidades nacionais e regionais. Com isso, temos como objetivo a análise dos monumentos em Goiânia que retratem as figuras dos bandeirantes, de maneira a investigar os significados inseridos nessas homenagens e explorar os usos do passado goiano a partir dessas obras. Para isso, trabalharemos com uma perspectiva que apresenta a função do historiador como investigador da memória e dos simbolismos em torno das narrativas sobre o passado, pensando no lugar de memória enquanto uma “justaposição de realidades” (Pierre Nora 1997).

## **2. As problemáticas em torno dos Patrimônios: recordações nobres versus memórias clandestinas**

Em uma breve contextualização histórica, é possível perceber como as disputas em torno da memória nacional e regional tem se tornado presente no campo político nas últimas décadas brasileiras, em que se observa como as homenagens às figuras do passado tem se mostrado como alvo de concorrências e debates. Em 2001, o vereador Nabil Bonduki apresentou o primeiro projeto de lei que pensava nas homenagens patrimoniais estabelecidas na cidade de São Paulo, propondo a retirada das referências aos bandeirantes. Já em Brasília, o ano de 2015 foi marcado pela polêmica da possível renomeação da Ponte Costa e Silva, que homenageava um dos presidentes do período ditatorial civil-militar brasileiro. A proposta apresentada pelo Governador Rodrigo Rollemberg rebatizou o elevado como Honestino Guimarães em homenagem a um dos jovens desaparecidos naquele mesmo contexto político brasileiro de autoritarismo.

Seguindo essa onda de reformulações patrimoniais, o projeto de lei 5.296 executado pelos deputados federais Talíria Petrone, Áurea Carolina e Orlando Silva é um dos mais ousados. Em tramitação na Câmara desde 2020, a proposta traz em sua redação as problemáticas em torno das homenagens a personagens controversos e apresenta um objetivo principal: “a proibição de homenagens a proprietários de escravos, traficantes de

escravos, pensadores que defenderam e legitimaram a escravidão em monumentos públicos, estátuas, totens, praças e bustos ou qualquer outro tipo de monumento” (Brasil, 2020).

Em conjunto com o propósito principal, outras duas propostas estão em anexo do projeto: os monumentos que fizessem referência à escravistas deveriam ser retirados dos espaços urbanos e armazenados em museus que os referenciassem enquanto ligados à manutenção da escravidão e a sociedade civil seria a responsável por escolher os personagens históricos para serem homenageados nos lugares em que constavam monumentos a escravocratas. A proposta também traz a defesa de uma visão deturbada do movimento das Bandeiras, entendendo-o como a matriz principal em torno das homenagens a personagens controversos na história. Caracterizadas com o teor de aprisionamento e venda de indígenas e negros escravizados, o texto questiona quais seriam os motivos para homenagear figuras ligadas diretamente a escravização. Resgatando o sentido pedagógico que os monumentos adquirem para uma sociedade, a construção argumentativa direciona-se sobre o que tais obras representariam sobre o passado brasileiro para a população.

Entretanto, também está em andamento na Câmara dos Deputados o projeto de lei 1595/19, proposto pelo Major Vitor Hugo, que traz como objetivo principal a preservação de monumentos que representem o patrimônio cultural brasileiro. Após o episódio de Borba Gato em chamás, o político expôs sua opinião contrária à ação que denominou de terrorista, opinando que o sistema que não pune terroristas que agem em detrimento à história e cultura nacional gera ações como essa. A partir desses embates em torno de monumentos que inspiraram os projetos de leis e expressões populares díspares entre si aqui referenciados, nos deparamos com as problemáticas em torno dos monumentos e suas funções sociais na contemporaneidade. Para essas discussões que estão dispostas em diferentes arenas, as perspectivas em torno da memória e dos patrimônios culturais nacionais são agregadas às retóricas difundidas.

A palavra monumento vem do latim *monumentum* e remete-se a ao vocábulo *memini* (memória) e do verbo *monere* (memorar). Nesse sentido, “O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (Jean Jacques LE GOFF, 1992. p. 535), denotando, já em sua origem, uma promessa de eternidade a partir da transmissão de memórias às temporalidades futuras (Jordanna SILVA, 2020). Até o século XIX, a criação

de monumentos era uma dinâmica direcionada às linhagens poderosas e tinham o caráter particular. Foi a partir desse marco temporal que tornaram-se ferramentas para exibir fragmentos do passado de uma localidade ou povo (CHOAY, 2001). Logo, percebemos que a conjuntura que derivou à nova configuração para os usos dessas edificações mobilizou-se a partir da urgência contextual de valorização das nações emergentes.

Para Benedict Anderson (2008), as nações foram idealizadas a partir de produções culturais que criaram suas diferenciações em relação umas às outras. Esse processo de produção da ficção opõe-se à arguição de características naturais inerentes a povos, tornando as nações uma invenção. Nessa perspectiva, o nacionalismo incorporou-se dos usos de monumentos para exibir os traços identitários que compunham a essa malha inventada em nome do nacionalismo (Luciene SIMÃO, 2016). Essa relação com o tempo passado e a estruturação de um enredo histórico e cultural que faz sentido no presente expressa como a elaboração de uma identidade nacional faz parte da concepção de uma unidade populacional que foi inventada em defesa da nação. Por isso, para Yussef Campos:

A identidade nacional, que se sobrepõe às alteridades internas, é um projeto que constrói o outro, que está além da fronteira geopolítica do território nacional, e cria dentro dos limites territoriais um grupo de homogeneidade inventada que sustenta a existência de um Estado nacional. E essa homogeneidade pode ser amparada num passado comum, como elemento constitutivo da nação, que é selecionado ou esquecido através das conveniências nacionais. (CAMPOS, 2010, p. 15)

Assim, os monumentos materializam as recordações selecionadas enquanto nobres para a elaboração do que é uma nação, constituindo-se enquanto um dos elementos disponíveis para a estruturação do projeto de construções das nações. Por isso, os monumentos tornaram-se construções imbuídas de interesses na estruturação e conservação da ideia construída de nação, em que nasce o conceito de patrimônio nacional.

A história do conceito de patrimônio deu-se a partir da construção de sentido para a identidade nacional. A imagem da nação organizou um processo histórico de “era da comemoração”, em que o Estado atuou fomentando narrativas históricas que enfatizavam às passagens heroicas do passado (NORA, 2008). A partir dessas perspectivas, observamos como a retórica da unidade identitária, cultural, histórica e política de uma nação

estruturou-se como parte fundamental dos usos dos monumentos enquanto patrimônios nacionais.

Como estamos trabalhando com a retórica da invenção da nação, levamos em consideração as disparidades existentes no interior de uma população e território, e a partir dessa linha de raciocínio identificamos como os patrimônios são controversos por essência. A simulação da unicidade nacional exercida pelos monumentos é constantemente fragilizada pelas divisões estabelecidas e de diversas ordens, de maneira que nos deparamos com os patrimônios nacionais enquanto espaços de disputas simbólicas de grupos (CANCLINI, 1994).

Para Françoise Hartog (2003), a memória tem nos patrimônios nacionais o seu alter ego e é em nome da legitimidade dos registros coletivos do passado que grupos debatem sobre as versões do passado histórico que excluem ou omitem eventos e pessoas. O objetivo de resguardar o passado nos tempos presente e futuro, “é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.” (FERREIRA, 200. p. 79). Logo, as concorrências em torno do passado exposto nos monumentos estão ancoradas pelo desejo de visibilidade e conhecimento de enredos silenciados na construção da narrativa histórica oficial da nação.

Os patrimônios trazem em sua concepção a dualidade presente nas reivindicações de grupos que estão fora das histórias de um passado que é rememorado com o objetivo de defender a unificação nacional ou regional. Diante disso, “podemos antever que vestimentas serão criadas para amalgamar uma imensidão de pessoas tão distintas, determinadas como povos, que serão trajadas com uma nacionalidade.” (CAMPOS, 2010. p. 15.).

Logo, a construção de um patrimônio cultural está amaranhada de interesses de setor diversos, em que a retórica da defesa da identidade uma de uma sociedade estabelece-se como pilar das comunidades (inventadas) e suas especificidades histórico-culturais (Stuart HALL, 2006). Desde sua criação, o patrimônio distancia-se de seu objetivo de registro e enaltecimento da identidade coletiva, em que as lutas materiais e simbólicas se estruturam como medida de mostrar as memórias clandestinas coexistentes com as entendidas como oficiais.

O século XX viveu o apogeu das políticas públicas da memória e da preservação cultural, demandando órgãos que voltassem-se para essa frente

(Márcia CHUVA, 2009). No Brasil, a preocupação com a história da nação ganhou notoriedade a partir da influência do movimento modernista a partir da década de 1920; mas foi a partir de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas no poder que transformou-se em uma vertente importante na arena política nacionalista. Em um contexto de valorização nacional e patriotismo enquanto medida política, os assuntos da nação tornaram-se foco do governo. Assim, em 1937 foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o primeiro órgão voltado apenas para essas questões.

O órgão ainda assumiu outras formas ao longo da história. Em 1946 foi reestruturado como Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), mas assumiu sua forma final em 1970, quando tornou-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Também devemos pontuar que no decorrer dos anos, a preocupação com os patrimônios ganhou novos horizontes e distribuiu-se em redes que abarcaram as demandas regionais brasileiras, adquirindo sedes que também pensavam na preservação das narrativas oficiais.

Anos depois, a Constituição Brasileira de 1988 apresentou a temática dos patrimônios nacionais em seu texto. Explicados como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216), registrou-se que a gestão dessas obras permaneceria sob o poderio do Estado e quaisquer danos ou ameaças a eles se configuraria como crime e estaria sujeito à punições.

Sobre esse contexto de crescente preocupação com os patrimônios nacionais e regionais no decorrer do século XX brasileiro, Chuva analisou:

A partir desse universo de bens tombados, buscou-se compreender as “(di)visões de mundo”, representadas pelas escolhas então feitas, construindo uma coleção de bens da cultura material que deveriam expressar a “memória nacional” ou a produção cultural “mais autêntica” da nação, capaz, portanto, de narrar sua história e origem, conforme expressão distintiva e recorrente nos discursos dos agentes do órgão, A adjetivação expressava, assim, a desqualificação daquilo que não estivesse nela incluído, como não significativo da “brasilidade”. (CHUVA, 2009, p. 206)

A partir dessas reflexões, percebemos como a preservação de uma narrativa nacional que hegemonize identidade e memória em uma unidade

tornou-se importante no Brasil. nesse sentido, quando pensamos na contemporaneidade, identificamos como “as lutas identitárias marginais são uma reação à imposição de uma identidade nacional” (CAMPOS, 2010. P. 19) que foi cristalizada a partir dos patrimônios.

Instituiu-se, a partir da preservação de apenas versões selecionadas de um passado em contraposição às diversas faces que o tempo passado tem, lugares de memória. Isso pois, caracterizando-se por “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.” (NORA, 1997. P. 2226), os lugares de memória são as materializações das diferentes versões do passado nacional, de forma que as diferenças identitárias parecem inexistentes frente à narrativa oficial.

É importante efetuarmos essas análises a respeito dos monumentos para adentrarmos no contexto espaço-temporal em que esse artigo se dedica. Intimamente relacionados aos eventos do passado que foram selecionadas para constituírem a malha identitária de uma nação ou região, estamos diante de um caldeirão em que borbulham-se os conflitos em torno das memórias eleitas como oficiais e dos personagens homenageados. A estruturação dos patrimônios e as suas inserções em lugares de memórias preservados sob a gestão governamental nos apresentam como a lembrança e o esquecimento do passado possuem poder na sociedade contemporânea.

### **3. Os bandeirantes na(s) história(s) de Goiás: novos tempos, novas ressignificações**

Semelhante ao cenário nacional, o estado de Goiás vivia um momento em que as elites políticas almejavam modernizações econômicas e sociais entre o final do século XIX e início do XX. Apesar da região ter adquirido um destaque econômico com a descoberta das minas de ouro durante o século XVIII, a ideia de ruína surgiu a partir do século seguinte, em que o esgotamento do ouro tornou-se uma justificativa para um discurso associado ao estigma da decadência e de uma crise em Goiás (Noé SANDES, 2012).

A concepção de um “atraso” em relação aos outros estados brasileiros também se ancorou nos relatórios dos viajantes que passaram pelo território e narraram o local como “a imagem do progresso invertida na janela do tempo” (Nasr CHAUL, 2010. P. 42) e uma população com “profunda apatia em que estão imersos” e “dominados pela preguiça e demasiadamente

entregues aos prazeres sexuais e bem diferentes são as causas que os têm conduzido a tão deplorável estado” (SANDES, 2013. P. 852 e 853). Construiu-se uma imagem dual dentro do território brasileiro a partir do binarismo civilização/barbárie, em que a representação de Goiás esteve, historicamente, vinculada à construção simbólica do sertão (Custódia Selma SENA, 2010).

Assim, a historiografia goiana, entre o final do século XIX e início do XX, estruturou narrativas que resgatavam o passado de glória aurífera e lamentar a decadência existente, mas também defender um futuro promissor para o estado (SANDES, 2013. P. 859). As narrativas representaram o mito fundacional goiano a partir do movimento das Bandeiras do século XVII e da exaltação dos bandeirantes como heróis e pioneiros na formação do estado, sedimentado em documentos oficiais, crônicas oitocentistas e comemorações festivas. Introduziu-se no imaginário social os bandeirantes como os desbravadores do sertão que almejaram levar o progresso e a civilização ao território para anexá-lo à órbita nacional (SANDES, 2012).

Revisitados nos momentos históricos da região, a figura dos bandeirantes tornou-se mítica para o estado, especialmente representados por Bartolomeu Bueno Dias. Foram resgatados no hino oficial, nos nomes de bairros e avenidas da capital do estado, no brasão oficial da cidade de Goiânia e emoldurados em monumentos pelo estado. Consequentemente, foram inseridos como os elementos basilares da identidade goiana, em que as Bandeiras são narradas como as maiores epopeia do estado e os sextos ou sétimos avôs, dos goianos que as narram, foram bandeirantes (Paulo BERTRAN, 2006). Dessa maneira, estruturou-se uma versão oficial do passado goiano afirmado pelos monumentos espalhados pelas cidades. Instituíram-se lugares de memória para fortalecer a invenção da unidade da população goiana, invisibilizando-se as outras narrativas presentes no tempo passado do estado e os sujeitos esquecidos. Este caráter manipulável e inventado que a memória oficial adquire (Marc BLOCH, 1998) encontrou em Goiás um refúgio: as Bandeiras tornaram-se o mito fundacional do estado e os bandeirantes seu herói fundador.

Como resposta à memória una divulgada como instrumento de poder nesse jogo de interesses, os conflitos em torno dos usos do passado goiano surgiram. Em diversos momentos as memórias “oficiais” foram confrontadas pelas “clandestinas”, aquelas que voltam-se às lembranças de eventos que dispõem-se subterraneamente ao enquadramento de fatos divulgado (Michael POLLACK, 1989). Com isso, os bandeirantes estão constantemente sendo

atravessados por essas recordações concorrentes que se opõem: protagonistas de uma história gloriosa de colonização e apropriação de território ou genocidas escravotracas? Assim, entre manifestações populares e atuações estatais, constituiu-se a tensão entre a história pública oficial e as histórias escondidas sobre Goiás. Analisaremos, então, os monumentos localizados em Goiânia que referenciam os bandeirantes.

### 3.1. O Monumento ao Bandeirante

A construção de um monumento aos em homenagem aos bandeirantes surgiu quando a Embaixada Universitária Paulista foi à Goiânia, no começo de 1938. Quando a Universidade de São Paulo (USP) então propôs dar de presente à Goiás um monumento que condecorasse os grandes feitos de um bandeirante que se tornou referência na narrativa oficial do estado, iniciou-se uma campanha pró-monumento durante o primeiro semestre do mesmo ano (Ana Marcela PINTO; Jordanna SILVA, 2020). Os políticos e intelectuais goianos se reuniram em comícios e reuniões para proferirem falas em prol da feitura da estátua com discursos que tinham duas retóricas bem sedimentadas: o enaltecimento do nacionalismo e homenagem aos bandeirantes.

Sobre essas defesas, SILVA (2020, p. 106 e 107) identificou que:

Algumas falas proferidas por intelectuais (poetas, escritores) representam os bandeirantes como deuses, figuras homéricas, diretamente, como veremos adiante. Os argumentos para descoberta do sertão e desbravamento bandeirante envolvem: caça aos índios, para batizá-los, tornando-os cristãos; riquezas do meio ambiente (fauna, flora); riquezas minerais e econômicas; expansão territorial; extensão das fronteiras. O “hiterland” é um termo correntemente utilizado para se referir ao “sertão”, ao “lugar vazio” que precisava ser “descoberto”: nesse sentido, o bandeirismo surge como um segundo ato da colonização portuguesa no Brasil, a partir dos documentos. (SILVA, 2020, p. 106-107)

Os governadores dos dois estados envolvidos, Pedro Ludovico Teixeira por Goiás e Adhemar Pereira de Barros por São Paulo, foram fundamentais no nascimento do monumento pois cada um doou 20 contos de reis para a construção, que tinha como estimativa total de 250 (SILVA, 2020. P. 8). Arquetizado pelo artista plástico Armando Zago, chegou a ser submetido à avaliação de historiadores do período. Confeccionada como um ícone do Estado Novo e que trazia a Marcha para o Oeste como forma de celebração,

tornou-se um retrato das correntes políticas e ideológicas do período: a preocupação com as questões nacionais, a construção de elementos que simbolizassem a história goiana e a retórica do progresso e da modernidade que adentrava o estado.

A obra faz um tributo a um bandeirante em específico: Bartolomeu Bueno da Silva. Pertencente a um grupo de homens que incluía seu pai (ambos possuem o mesmo nome, mas a figura mais conhecida pela história regional trata-se do filho), consagrou-se no mito fundacional do estado como o fundador do Arraial de Santana que posteriormente transformou-se em Vila Boa de Goiás, a primeira capital do estado. O bandeirante tornou-se conhecido na história goiana como Anhanguera, nomenclatura atribuída a ele pelas populações indígenas presentes no território que passou a viver. Em uma tradução livre, acredita-se que signifique “Diabo Velho” e faz referência às maneiras violentas que utilizava para obter ouro.

A inauguração do monumento se deu em 9 de novembro de 1942 e hoje localiza-se na praça Attilio Corrêa Lima, no cruzamento entre as avenidas Goiás e Anhanguera. Feita em bronze e com três metros de altura, a escultura retrata o bandeirante segurando uma bacia e uma arma. No totem em que se posiciona, tem a declaração “Aos goyanos, nobre estirpe dos bandeirantes”. Desde 1991 o monumento é tombado por lei municipal como patrimônio histórico do município de Goiânia<sup>5</sup>.

Retomando à reportagem do Mais Goiás mencionada anteriormente, é possível notar como existem divergências em relação a como os goianos interpretaram o monumento ao longo do tempo. Apesar de ter sido feito sob a arguição de cultuar o passado glorioso goiano e referenciar as figuras nobres que foram importantes para o estado, há quem identifica na estátua a permanência de problemas latentes no seio da história do estado. Para o historiador entrevistado pelo veículo, as Bandeiras tiveram uma atuação inegável na abertura de caminhos no centro-oeste brasileiros e foram importantes também para a confecção de mapas que abordassem esse território ainda pouco conhecido; entretanto, defende que “A imagem do Anhanguera representa como o modelo racista e excludente de nossa sociedade triunfou, como o colonialismo mais que um modelo econômico,

.....

5. COSTA, Francisco. Triunfo do racismo, diz historiador sobre Estátua do Bandeirante, em Goiânia. Mais Goiás, Goiânia 31 de julho de 2021. Disponível em <https://www.emaisgoias.com.br/triunfo-do-racismo-diz-historiador-sobre-estatua-do-bandeirante-em-goiania/>.

deitou bases sociais sobre a cultura e sociedade no Brasil” (Francisco COSTA, 2021). O professor ainda estabeleceu um diálogo com o caso ocorrido em São Paulo e questionou:

Recentemente a estátua de Borba Gato foi posta abaixo, vista como um símbolo racista. Poderíamos dizer que a estátua do bandeirante representa menos? Poderíamos nos esconder dentro do discurso de sua validade histórica e que é necessária uma reflexão para se entender e criticar tal símbolo? (COSTA, 2021)

A reflexão estabelecida torna-se contundente em um tempo em que as reivindicações de memórias e usos do passado estão dispostas. O que representa a manutenção desse monumento no território goiano? Ainda em busca de respostas da população para essa problemática, o veículo perguntou para alguns indivíduos que estão próximos ao monumento suas opiniões a respeito dele. Os relatos, que vão desde “Ainda tem pessoas que acham legal alguém que massacrou indígenas... Não acho justo.” até “Não concordo com essa homenagem. A função dele era escravizar e matar índios. Tinha até um apelido, ‘Diabo Velho’.” (COSTA, 2021. p. 01), nos expõe duas questões principais: em muitos casos, se desconhece o que o monumento representa; em outros, se discorda de sua premissa de homenagem aos bandeirantes.

Nesse sentido, interrogamos: que memória é enfatizada pelo monumento que cultua Bartolomeu Bueno da Silva? Em que medida as violências e expropriações exercida pelos bandeirantes estão silenciados nesse processo de heroização? A subalternização das memórias dos sujeitos outros desse enredo estão contempladas nesse enquadramento de memória mobilizada enquanto oficial? Em que a alcunha de oficial descredibiliza às outras vivências e experiências existentes em Goiás que não enxergam os bandeirantes enquanto um herói? De quem, afinal, Bartolomeu Bueno da Silva é o herói fundador?

Esse trabalho não se propõe a responder essas perguntas, mas justamente levantar os questionamentos críticos que essas memórias cristalizadas precisam. Dialogamos aqui com a perspectiva que posiciona as memórias engendradas na história pública em um lugar de suspeita (NORA, 1993).

### **3.2. O Monumento à Goiânia**

Quando lemos ou estudamos os monumentos que retratam os bandeirantes na história nacional e/ou regional, o Monumento à Goiânia raramente é mencionado. Ainda pouco estudada, a obra parece estar despercebida

pelos olhares goianos. Uma amostra disso é que a mencionada reportagem do Mais Goiás que trouxe os debates em torno da figura do bandeirante não a trouxe como um dos exemplos de homenagens existentes para eles em Goiás. Talvez esse desconhecimento em relação a esse monumento se dá por muitos não saberem o que significa.

Apesar de seu nome oficial ser Monumento à Goiânia, é popularmente conhecido como Monumento às três raças, Três Raças, Monumento ao Trabalhador ou Monumento aos Construtores (Maria Madalena CABRAL; Maria elizia BORGES, 2009). Construída em 1968 pela escultora Neuza Rodrigues Moraes para retratar a fundação da cidade capital e do próprio estado de Goiás, celebra as três raças que teriam fundado Goiânia e participado da construção identitária e histórica dos goianos. Erguendo um totem de 7 metros de altura com o brasão da cidade no topo, três homens foram esculpidos em bronze: um com fenótipos negroides, outro com fenótipos e vestimentas indígenas e um último com vestimentas similares aos dos descritos como dos bandeirantes, constituindo o elemento branco. Atualmente o monumento localiza-se na Praça Cívica e em frente ao Palácio das Esmeraldas, sede oficial do governo do estado desde 1937.

Mas, apesar de uma memória histórica das relações simétricas entre as três raças durante a história de Goiás, percebe-se, nos próprios imaginários sociais dos goianos, memórias e experiências contrárias à essa ideia<sup>6</sup>. A estruturação dessa identidade regional subalternizou memórias à clandestinidade, em que as violências e conflitos tornam-se terrenos subterrâneos

.....

6. Pensando nessa existência de narrativas que confrontam essa memória oficial goiana, alguns trabalhos são importantes de serem referenciados. Paulo Bertran (2006), ao discutir sobre algumas imagens pragmáticas sobre o estado, referenciou a expressões “pegas à laço” e “domesticadas”, costumeiramente associadas às figuras das bisavós indígenas da população contemporânea goiana e constituinte de uma memória identitária comum. Mirna Silva (2018), ao mostrar essas narrativas presentes nas falas dos goianos com entrevistas efetuadas com a população civil, denunciou essas naturalizações contidas na memória histórica da miscigenação, em que os verbos “amarrar”, “pegar” e “trancar” (ditos pelos entrevistados) apontam os processos de “violência étnica, violência simbólica, violência de gênero contra a mulher indígena, cujos corpos são objetivados e suas identidades anuladas” (P. 758). Gabrielle Silva (2018) articulou que o Movimento Negro Unificado do Estado de Goiás (MNU-GO) surgiu a partir das experiências de um racismo “camuflado” e “negado” vivenciado pela população afrodescendente no território, em que representaram-se os negros na narrativa oficial da formação identitária e cultural do local mas mantiveram-se as hierarquias e subalternizações. Allyson Garcia (2007) analisou as representações sobre os negros no jornal goiano “O Popular”, entre 1985 e 1995, e expôs como resultado a legitimação da diferença em relação aos brancos como um recurso discursivo que para invisibilizar as organizações e lutas, utilizando-se do termo “negro” para atribuir sentidos pejorativos. Sobretudo, o racismo era veementemente negado no jornal, em que a origem racial estadual e nacional era rememorada como argumentação de desmoralização das pautas dos movimentos negros em Goiás.

na memória histórica local (POLLACK, 1989). Poderíamos pensar então em uma correlação com a construção ideológica desse monumento com a corrente política e ideológica da democracia racial?

Em uma breve contextualização histórica, o mito da democracia racial surgiu no final do século XIX mas ganhou grande fôlego com as produções intelectuais brasileiras no início do XX. Esse período compreendeu discussões sobre a modernização econômica e política do país e a construção do Brasil enquanto uma nação promissora ressignificou a narrativa da origem nacional com a roupagem ideológica de uma harmonia existente entre as raças, gerando a unicidade benéfica do povo brasileiro.

Como um projeto ideológico para a elaboração de uma narrativa nacional, a valorização da miscigenação e a romantização das violências ocorridas durante o regime escravista foram projetadas na construção do mito de uma democracia racial como origem da população brasileira, o que fundamentou uma brasilidade. A ideologia da democracia racial teve como pilares os relatos dos viajantes no Brasil durante o século XIX e as produções da elite branca intelectual e política, especialmente a literatura, que resgatavam a suposta origem do Brasil na união de três raças: branca, negra e indígena (Petrônio DOMINGUES, 2005). A aproximação da narrativa construída sobre a história de Goiás com a ideologia da democracia racial também pode ser encontrada na explicação retirada do site oficial do governo sobre a origem cultural e identitária do estado. Observa-se no trecho seguinte como a relação entre as três raças é descrita como basilar na história goiana, construindo-se um mito fundacional harmônico para o contexto das bandeiras.

O pontapé da história de Goiás se deu com a chegada dos bandeirantes, vindos de São Paulo, em busca de ouro, no final do século XVII e início do século XVIII. O contato entre nativos indígenas, negros e os bandeirantes foi fator decisivo para a formação da cultura do Estado, deixando como legado as principais cidades históricas, como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e primeira capital de Goiás. (trecho retirado da página oficial do Governo de Goiás, <https://www.goias.gov.br/conheca-goias/historia.html>).

Pensar nessa perspectiva do Monumento à Goiânia em conexão com o mito da democracia racial geraria uma problemática suficiente para um outro artigo. Entretanto, para pensarmos no monumento em questão em comunhão com a construção de uma memória oficial em torno dos bandeirantes, a ideologia de uma harmonia entre os sujeitos e uma igual influência

de ambos na história do estado torna-se uma questão latente para os desenvolvimentos deste artigo. Esta versão do passado goiano reposicionou os bandeirantes enquanto heróis e os retiraram de seus enredos e atos que os inscreveram em seus tempos; isso pois, em um contexto de uma sociedade escravista e etnocida, as motivações e ações tomadas pelos bandeirantes no estado foram cobertas pela camuflagem da harmonia.

No monumento, os três homens estão simbolicamente dispostos e efetuando o mesmo trabalho para erguer a cidade de Goiânia; mas, em quais condições tais sujeitos estavam quando edificaram esta região? Como eram estruturadas as relações dos bandeirantes com as populações negras e indígenas no contexto das Bandeiras e das construções das primeiras cidades de Goiás? A mensagem das contribuições das três raças ao estado dialoga com as experiências de violências e cerceamento que os sujeitos subalternos viveram na história do estado?

Observa-se, portanto, como o monumento suaviza o passado goiano a partir da elaboração de uma narrativa sobre um passado que não resgata historicamente como as questões raciais e étnicas estiveram inseridas na construção do estado. A partir dessa perspectiva, é possível analisar como o Monumento à Goiânia apresenta uma narrativa histórica que colabora com a construção do bandeirante que é o herói da história do estado, em que é revestido de produções sobre o passado que não abarcam as particularidades ideológicas que estiveram inseridos enquanto sujeitos históricos.

#### **4. Considerações Finais**

Ao longo desse artigo, pudemos perceber como a disputa das narrativas sobre o passado encontraram nos monumentos uma expressão política da memória. No contexto das formações dos estados, a homenagem às figuras importantes e eventos do passado tornaram-se um marco na construção das identidades nacionais. Elaboraram-se então as narrativas oficiais que organizaram suas histórias a partir da seleção de memórias nobres, em que grupos e enredos foram silenciados pela construção das unicidades nacionais e regionais. Nesse sentido, as reivindicações em torno das memórias oficiais que os monumentos homenageiam tornaram-se uma maneira de visibilizar a pluralidade de povos e enredos que existiram nesses passados.

Logo, observamos como a luta em torno dos usos do passado perpassa pela afirmação das identidades e revisitação de temas sensíveis na história dos

Estados. Também pudemos observar como a manifestação popular que ocorreu em São Paulo como forma de proposto ao monumento em homenagem ao bandeirante Borba Gato está inserida em um contexto em que os heróis nacionais cristalizados pelas memórias nacionais estão sendo postos em debate. No Brasil, investigamos como os usos do passado estão presentes em pautas de diferentes arenas, como a política e a jornalística, de modo que as narrativas oficiais construídas em torno da imagem uma da nação está sendo contestada pelos eventos do passado que estão sendo retirados do silêncio histórico em que estiveram.

Nesse sentido, os monumentos em homenagem aos bandeirantes tornaram-se os maiores alvos dessas concorrências de histórias e heróis no Brasil. As narrativas históricas que os identificavam como heróis e fundadores de alguns estados brasileiros foram confrontadas com as dinâmicas escravistas e etnocidas em que estiveram inseridas. No estado de Goiás, identificamos como os bandeirantes se tornaram importantes para a memória histórica do estado. Apesar disso, vimos como debates recentes tem começado a pensá-los despidos de suas narrativas romantizadas e criticar como as bandeiras foram violentas às populações negras e indígenas no estado.

Com isso, percebemos como os olhares resgatam o Monumento ao Bandeirante enquanto a manutenção do apagamento de um passado goiano excludente e genocida, questionando sobre as outras histórias existentes em torno daquele personagem histórico. Portanto, concluímos como Bartolomeu Bueno da Silva está sendo confrontado pelas diferentes memórias e identidades que estiveram na clandestinidade goiana. Dessa maneira, concluímos que a narrativa construída sobre os bandeirantes como heróis goianos foi inventada e atualmente vem sofrendo ataques que reavaliam as contribuições destes personagens ao estado

Também discutimos sobre como o Monumento à Goiânia também é parte dessa criação que transformou os bandeirantes em deuses do estado e suavizou as relações de subalternização entre os diferentes povos no contexto; mas que, em contrapartida, o monumento não é alvo de contestações. Em uma linha narrativa sobre a fundação do estado que flerta com o mito político e ideológico da democracia racial, analisamos como o mesmo cria uma falsa ideia de igualdade entre as raças e ressignifica como se deram as relações dos bandeirantes com os negros e indígena durante as bandeiras a partir de uma perspectiva natural e pacífica. Assim, vemos como o Monumento à Goiânia é tão problemático quanto

o Monumento ao Bandeirante pois ambos retratam a mesma versão do passado goiano.

Esse artigo não buscou respostas, mas fornecer mais perguntas sobre a construção das narrativas oficiais sobre o Estado de Goiás a partir dos monumentos presentes em Goiânia. Em um contexto tão singular que conta com diversas lutas identitárias, identificamos que o papel do historiador é contribuir com os debates públicos sobre a(s) história(s) e os usos (conscientes) do passado(s); de maneira que não os pensemos de maneira singular, mas denotados de conflitos, divergências e ressignificações contínuas.

## Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 181-193, jul.-dez. 2010.

BERTRAN, Paulo. A memória Consul e a Goianidade. *Revista UFG*, junho, Ano VIII. n°1, 2006.

BLOCH, Marc. *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CABRAL, Maria Madalena Roberto; BORGES, Maria Elizia. Monumento à Goiânia: um olhar sobre sua trajetória. In: *II Seminário Nacional de Pesquisa em Cultura Visual*, 2009, Goiânia. II Seminário Nacional de Pesquisa em Cultura Visual, 2009.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O lado perverso do patrimônio cultural: o Patrimônio Cultural como área de conflito: sítios quilombolas e terras indígenas em disputa. *Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*. UNIVILLE: Joinville, 2018.

CANCLINI, Nestor Garcia. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. *Revista do IPHAN*. Brasília: IPHAN, n° 23, 1994, p. 94-115.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. ps. 143-244.

COSTA, Francisco. *Triunfo do racismo, diz historiador sobre Estátua do Bandeirante, em Goiânia. Mais Goiás*, Goiânia 31 de julho de 2021. Disponível em <https://www.emaisgoias.com.br/triunfo-do-racismo-diz-historiador-sobre-estatua-do-bandeirante-em-goiania/>. Acesso 02 jun. 2021

DAMASCENO, Victoria. *Estátua de Gato Borba em São Paulo causa polêmica desde a inauguração. Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de julho de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/estatua-de-borba-gato-em-sao-paulo-causa-polemica-desde-a-inauguracao.shtml>. Acesso 03 ago. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. O Mito da Democracia Racial e a mestiçagem no Brasil (1889 – 1930). *Diálogos Latinoamericanos*, n.10. Universidad de Aarhus. 2005.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. ps. 81-190

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, v.3, n.3: 27-46, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. ps. 87-131

MOREIRA, Corina Maria Rodrigues. Entre monumentos e bandeiras: o patrimônio como operador de leitura. *São Paulo*, Unesp, v. 14, n. 2, p. 401-415, julho-dezembro, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PINTO, Danilo César Souza. Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo. *Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, 2015, p. 15- 16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702>. Acesso em 18 nov. 2018.

PINTO, Ana Marcela Ardila; SILVA, Jordanna Fonseca. A memória social de uma cidade planejada: a construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. *Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS*, 2020.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

Ponte Costa e Silva em Brasília passa a se chamar Honestino Guimarães. Agência Nacional, Brasília, 27 de agosto de 2015. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/brasil-ponte-costa-e-silva-muda-de-nome-para-honestino-guimaraes>. Acesso em 3 set. 2021.

Por que Borba Gato é alvo de projetos de lei que propõem tirar seu nome de espaços públicos em São Paulo. G1, São Paulo, 25 de julho de 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/25/por-que-borba-gato-e-alvo-de-projetos-de-lei-que-propoe-tirar-seu-nome-de-espacos-publicos-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 3 set. 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANDES, N. F. A invenção de Goiás. In: Freitas, Lena Castelo Branco Ferreira; Aires, Aidenor; Caldeira, Elizabeth. (Org.). *A formação de Goiás Contemporâneo*. Goiânia: Kelps, 2012, v. 1, p. 53-69.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p. 847-861, set/dez. 2013. P. 852 e 853.

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão Avá. *Revista de Antropología*, núm. 17, julio-diciembre, 2010.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. *A semântica do intangível: um estudo sobre o registro do ofício das paneleiras de Goiabeiras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016. ps. 85-142.

SILVA, Jordanna Fonseca. *Quando o Anhanguera cruza Goiás: o monumento aos bandeirantes na nova capital*. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2020.

VIEIRA, Bárbara Muniz. Crânios são colocados ao lado de monumentos de bandeirantes para ressignificar história de SP. *G1*, São Paulo, 27 de outubro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp.ghtml>. Acesso 03 ago. 2021.

*Recebido em 20 de agosto de 2021.*

*Aprovado em 24 de setembro de 2021.*

# MASCULINIDADES NO CONTRABANDO A PARTIR DO FILME *EL BAÑO DEL PAPA*

MASCULINITIES IN SMUGLING FROM THE FILM *EL BAÑO DEL PAPA*  
MASCULINIDADES EN EL CONTRABAND DESDE LA PELÍCULA *EL BAÑO DEL PAPA*

Hariagi Borba Nunes<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo dialoga com os conceitos de masculinidade hegemônica e masculinidade subalterna, conjuntamente, com os estudos sobre fronteira e contrabando. Propomos traçar aspectos sobre masculinidades no contrabando a partir do filme *El Baño del Papa*, focando em três grandes blocos do longa; 1) a relação dos contrabandistas com a fiscalização; 2) as interseccionalidades entre os contrabandistas; e 3) as masculinidades relacionadas às feminilidades no filme. Conclui-se que as masculinidades contrabandistas são condicionadas à sobrevivência e à travessia, dispostas à flexibilização das condições de trabalho e ao negócio enquanto premissa única para suas permanências.

**Palavras-chave:** Masculinidades; fronteira e contrabando; história e gênero, história e cinema.

## Abstract

The article aims to introduce the concepts of Hegemonic Masculinity and Subaltern Masculinity, as well as studies on borders and smuggling. I propose to trace aspects of smuggler masculinity from the film *El Baño del Papa*, focusing on three large blocks of the movie; 1) the relationship between smugglers and inspection; 2) the interseccionalities between smugglers; and 3) the masculinities related to femininities in the film. It is concluded that smugglers' masculinities are conditioned to survival and crossing, willing to make working conditions and business more flexible as the only premise for their permanence.

**Keywords:** Masculinities; border and smuggling; history and gender, history and cinema

## Resumen

El artículo tiene como objetivo introducir los conceptos de masculinidad hegemónica y masculinidad subalterna, junto con estudios sobre fronteras y contrabando. Proponemos rastrear aspectos de las masculinidades en el contrabando desde la película *El Bãno del Papa*, centrándome en tres de las grandes bloques de la película; 1) la

.....

1. Doutoranda em História - PPGH/UFRGS, [hariagibn@gmail.com](mailto:hariagibn@gmail.com)

relación entre contrabandistas e inspección; 2) las intersecciones entre los contrabandistas, y 3) las masculinidades relacionadas con las feminidades en la película. Se concluye que las masculinidades de los contrabandistas están condicionadas a la supervivencia y el cruce, dispuestos a flexibilizar las condiciones laborales y de negocios como única premisa para su permanencia.

**Palabras- clave:** Masculinidades; frontera y contrabando; historia y género, historia y cine.

## 1. INTRODUÇÃO: “Yo no soy ningún malandro, señor! Yo vivo de esto”

Hay un camino en mi tierra  
Del pobre que va por pan  
Camino del los quileros  
Por la sierra de Acegua  
(Camino de los quileros- Jorge Cafrune)

Quando assisti o filme *El baño del Papa*, a fronteira já tinha deixado de ser minha casa há uns 10 anos. Lembranças, flashes, sensações. A memória me convidou a acessar, primeiramente, a língua: *el portunhol*. “Como tinha *olvidado* da linguagem que produziu meu primeiro pensamento?”. Outros elementos foram somando este recordar. *Los espacios* de travessia: la ruta 8, a praça “lá de cima” (Brasil), mi escuela (Uruguai), os comércios, Marco de fronteira.

Dentre as múltiplas lembranças e cenas (re)vividas pela trajetória do protagonista Beto, a questão do contrabando foi a que mais me tocou. Sou de uma família de contrabandistas: neta, filha, sobrinha, prima. Cresci entendendo que o crime tinha a ver com burlar o sistema, porém, não sei como, “o que faziam os moradores de Aceguá não era contrabando, era sobrevivência” (Documentário *La línea Imaginaria*). Assim, meu avô já me contava: “*Por aquí, mija, pasaban los contrabandistas de caña y escucharon un bicho que “hacía guá”*. ¡Viste! “*Hacía guá*”, Aceguá. *Nós somos o que ficaram desses contrabandistas. Assim é a vida na fronteira. ¡O contrabandías, o te moris de hambre!*”. Desde *de niña* também entendi que a figura do Aduaneiro era imprescindível para a vida fronteiriça: a autoridade, a fiscalização, a ordem... também alguém que *quitava los sueños*, o dinheiro e a mercadoria dos trabalhadores/ contrabandistas. Eles lá, invencíveis, fardados, *hablando solamente el español*; nós aqui, precários, negociando linguagens, tentando conviver em dois lados de uma mesma cidade, ou na divisa de dois países.

De mãos dadas com minha experiência atravesso o limite de “falar de si” e “escrever ciência”. *Todo bien*, estou *acostumbrada a mesclar*. Assim, desde a aglutinação memorialística - aqui brevemente relatada-, da ficcionalidade, dos estudos sobre masculinidades, fronteira e contrabando, proponho traçar aspectos sobre masculinidades fronteiriças a partir da lógica do contrabando enquanto prática formadora desses sujeitos. Tomo como objeto de análise três grandes blocos do longa; 1) a relação de Beto e dos outros *bagayeros*/contrabandistas com a figura de Melillo (Aduaneiro); 2) os aspectos das masculinidades contrabandistas pautadas na cooperação/amizade entre Beto e El Negro, visulabrando a complexidade das questões raciais operacionalizadas na relação de dois sujeitos precarizados; e 3) como as masculinidades - através dos personagens de Beto, El Negro e Melillo - relacionam-se com aspectos de feminilidades apresentados no filme (a mulher, a filha, a bicicleta, *la mobil*<sup>2</sup>, outros homens).

Politicamente direciono meu olhar sob a ótica do feminismo decolonial (Yuderkys ESPINOSA, 2016; Ochy CURIEL, 2015; Maria LUGONES, 2008), onde a lógica do gênero, da raça, das sexualidades, e do corpo permeiam juntas a construção dos sujeitos na *colonialidade*. Em linhas gerais, é compreendido como movimento teórico-metodológico-político ramificado e contra-hegemônico, relacionado aos estudos do projeto colonialidade/modernidade (Anibal QUIJANO, 2000, 2000, 1991; Enrique DUSSEL, 1995; Walter MIGNOLO 2002; 2004) e as pensadoras negras (black feminism) (Angela DAVIS, 2016, 2017; Bell HOOKS, 2013; Patrícia Hill COLLINS, 2016; Audre LORDE; 2019) e tercermundistas (chicanas, asiáticas e latinoamericanas) (Gloria ANZALDÚA, 2016, 1980, 1988; Cherrie MORAGA, 1983, 1979, 1979; Silvia CUSICANQUI, 2010).

As concepções centrais de tal movimento intelectual seriam: 1) revisitar, problematizar e expandir as teorizações e as propostas políticas feministas hegemônicas, inseridas dentro do pressuposto universal branco, burguês, heterossexual, norte-global, a partir da emergência do legado intelectual das feministas negras, chicanas e sul-mundistas; 2) visibilizar os processos de colonialidade/modernidade (econômico, social, subjetivo, racial, de gênero e sexual) e o *epistemicídio*<sup>3</sup>, imposto desde o norte, sobre os conhecimentos,

.....

2. Carro da fiscalização alfandegária

3. Ação epistemológica e ontológica de roubar e/ou assassinar saberes em detrimento de outros em posições de dominação.

saberes e práticas do sul-global, expandindo conceitos chave das teorias da colonialidade produzidas anteriormente; e 3) visibilizar e produzir outras linguagens, epistemologias e ontologias feministas sobre os sujeitos e suas práticas a partir de corporalidades *sulificadas* - e fronteiriças -, evidenciando que as racializações e generificações são parte intrínseca da formação do projeto colonial, ou da colonialidade/modernidade.

Assim, reconfiguram a maneira como compreendemos o conhecimento, desestabilizando os saberes legítimos como únicos possíveis, criando mecanismos para processos de descolonização. Importante demarcar que dita teoria não será discutida conjuntamente com o resto do referencial teórico apresentado, assim, ela toma o papel lente epistemológica pela qual vislumbro a relacionalidade entre os sujeitos que está escrita deseja narrar.

Considero que as condições de produção de gêneros, masculinidades, feminilidades etc., são atravessadas na atualidade pelas heranças coloniais que produziram as divisões entre humano/não-humano, civilizado/selvagem, branco/não-branco, homem/mulher, natureza/cultura, e tantos outros binarismos petrificados nas corporalidades. Sendo assim, falar sobre homens e masculinidades é, primeiramente, observar a construção histórica das categorias mencionadas e quem pode utilizá-las, assim como suas contradições, divergências e operacionalidades.

Teoricamente estabeleço esse passeio a partir dos estudos de masculinidades e dos conceitos de masculinidade hegemônica (Raewyn CONNELL, 2013) e masculinidade subalterna (Michael KIMMEL, 1998), extraindo as interseccionalidades possíveis, tanto quanto as complexidades e cuidados na aplicabilidade conceitual para uma realidade das fronteiras do sul global e dos sujeitos do contrabando. Também convidamos à travessia os estudos de fronteira e contrabando do Brasil-Uruguai (Enrique MAZZEI, 2012; Adriana DORFMAN, 2009), evidenciando a utilização do conceito de contrabando formiga (DORFMAN, 2013), o qual expõe a condição enigmática do sujeito fronteiriço, que além de contrabandear pequenas mercadorias para sobrevivência também pratica a desobediência linguística, nacional, territorial.

El *bagayero*/*matrero*/*quilero*/*contrabandista* são nomenclaturas locais para o sujeito que vive/sobrevive do ato de atravessar constantemente de um lado ao outro da linha, levando mercadorias, línguas, nacionalidades, culturas, sonhos e memórias. Importante destacar que o caminho-texto proposto nesta narrativa não é uma discussão sobre cinema e história, ou

como a história é real e o cinema é ficção. Parto da premissa de que ambos são potenciais narrativos sobre os sujeitos, assim, compartilham espaços e tempos inaugurando linguagens e códigos diferentes (Eduardo Victorio MORETTIN, 2003).

Compreendo que as ficcionalidades não estão em oposição à realidade, ao contrário, elas reconstroem possibilidades de encontros, disputas e relações que ainda não aconteceram, ou que somente não foram capturadas, analisadas, cristalizadas na escrita de alguém. Como outros códigos de linguísticos de inteligibilidade, a história tem suas premissas, verificações e regras de análise, sendo assim, a historiadora que escreve estas linhas não deixará de aplicá-los, levando em consideração contextos, sujeitos, temporalidades, complexidades, contradições e a historicização do que se propõe ver e narrar.

## **2. FRONTEIRA, CONTRABANDO E SOBREVIVÊNCIA: “El papa va venir a Melo”**

O longa, *El baño del Papa*, foi lançado em 2007 sob uma parceria de Brasil, Uruguai e França. Dirigido por dois uruguaiois - Enrique Fernández e César Charlone - o filme narra a história do contrabandista/bagayeiro Beto, que investe na construção de um banheiro para a chegada do Papa João Paulo II na interiorana cidade de Melo no departamento de Cerro Largo-Uruguai. O enredo do filme, além de mostrar as viagens do contrabandista trazendo mercadorias do Brasil para o Uruguai, centraliza-se no evento verídico da visita do Papa a Melo no dia 8 de maio de 1988. Segundo a escritora e cineasta argentina Mariana Moguillansky (2016), César Charlone - um dos diretores - relatou a história de sua cidade ao colega Enrique Fernández, insinuando que seria uma boa narrativa para o cinema. Segundo ela, a história de Melo em relação ao Papa foi única, pois houve um incentivo ao comércio local impressionante, onde milhares de pessoas venderam suas casas, carros, motos, fizeram empréstimos para comercializar alimentos no dito evento. A história tornou-se uma tragédia pois a visita do Papa não gerou lucro nenhum ao pequeno povoado, mas ao contrário, inaugurou um dos momentos de maior crise e pobreza da cidade.

A pacata Melo (UY) compõe junto com Bagé (BR) a extensão de 150 km de fronteira seca a partir das cidades gêmeas Aceguá/Acegua. Assim como Melo, o que se retrata é a pobreza, humildade e simplicidade da população aceguence e dos sujeitos que vivem dos câmbios fronteiriços. No filme, o

protagonista Beto integra esse núcleo ao sobreviver levando - de bicicleta - mercadorias de Aceguá a Melo, atravessando a fiscalização aduaneira ou desviando dela pelo cerro chamado “camino de los quileros”, ou caminho dos contrabandistas. A cidade de Aceguá (BR) e sua irmã Acegua (UY) estabelecem, para seus habitantes, uma única cidade, dividida ao meio pela Avenida Internacional. A história do contrabando na fronteira de Aceguá é a própria história de Aceguá. Nos inícios do século XX - 1917- a polícia da banda oriental orgulhava-se de ter matado “El ultimo matrero”: Martin Aquino. Conhecido pela recente historiografia uruguaia e convertido em anti herói nacional, Aquino era de Melo e ganhava a vida contrabandeando mercadorias do Brasil para o Uruguai. Jovem contrabandista, emerge na história como “justiceiro”, “sujeito que desafiava as leis para sobreviver”, assim, tornou-se a imagem de uma existência positiva para os habitantes de Aceguá até os dias de hoje (Sonia BANDRYMER, 2008, p. 3).

As formulações sobre fronteira perpassam muitas áreas do conhecimento e as disputas entre elas relacionam-se à complexidade e maleabilidade do próprio conceito. Alio-me ao parecer de que fronteira não é sinônimo de limite, divisão e separação, e sim o oposto: um espaço de integração, assimilação, negociação - pelo menos nas “fronteiras de paz” (MAZZEI, 2012). Nesse espaço fronteiriço a circulação dos habitantes é autorizada por ambos Estados-nação e assim emerge a existência *doble*: binacional, bilíngue, biterritorial. Segundo Dorfman o intercâmbio dessas práticas culturais associadas ao tráfico de mercadorias condiciona o contrabando na composição da existência fronteiriça:

O contrabando é, nesse sentido, uma prática cultural conectada com a condição fronteiriça. Há uma sobreposição entre a prática do contrabando e a cultura da fronteira, cujos índices mais reconhecidos são o portuñol, as famílias mistas, a política transfronteiriça, a música e a literatura de fronteira. (DORFMAN, 2009, p. 6)

Das concepções sobre fronteira sul e contrabando, eleva-se a ideia de contrabando formiga, ou contrabando em pequena escala que, segundo Dorfman (2013, p. 130), baseia-se em um contrabando como prática e não como delito: “como se observa em campo, nessa fronteira o contrabando é bastante legítimo”. O contrabando formiga ou a prática quileira/bagayeira é própria das fronteiras abertas, onde a circulação e o acesso a ambos os países perpassa a uma outra instância da ilegalidade. Historicamente o

contrabando e a ilegalidade - como descrevem os estudos de Cesar Guazzelli (2003; 2013) e Mariana Flores (2007) - condiciona o homem da fronteira e compõe seus próprios hábitos e comportamentos que “[...] são também “fronteiriços” em todos os sentidos (...)” (GUAZZELLI, 2003, p. 123). Flores, sobre os contrabandistas e contrabando na região Sul no século XIX, afirma que a zona de fronteira também é “zona de integração que possibilita a construção de relações sociais e onde o contrabando tanto constitui o espaço, quanto é constituído por ele.” (FLORES, 2007, p. 10).

Por este motivo de imbricação de práticas ilegais e fronteira, o “contrabando não pode ser definido unicamente como um ato ilegal em si, ele tem que ser explicado no ambiente socioeconômico que lhe deu origem e em cujas relações ele se apóia” (Suzana SOUZA, 1994, p. 80).

Apesar da positivação histórica do contrabando para os sujeitos fronteiriços, sob a ótica jurídico-legal, a prática continua associada ao crime, infração e hábitos penalizados. Dito isso, é importante destacar que o ato do contrabando não estabelece um movimento conscientemente político de subversão, desvio e boicote à norma nacional e estatal. Segundo Dorfman (2014, p. 8) os contrabandistas organizam suas ações em torno do mercado e da sobrevivência “(...) eles burlam as regulações econômicas e o controle do território pelo estado em função de interesses comerciais, e não como uma forma de protesto contra leis que não contemplam as necessidades locais”. O que temos que levar em consideração são as contradições culturais, relações de dominação e resistências, aspectos historicamente acionados que constroem a percepção do fronteiriço sobre si e suas práticas de sobrevivência através do contrabando.

A lógica contrabandista de línguas, culturas, produtos, pessoas perpassa toda concepção do longa, evidenciando o intercâmbio de culturas entre os países a partir de placas (Brasil e Uruguai), bandeiras, produtos levados pelos *bagayeros* (erva mate, pilhas, bebidas alcoólicas), idiomas (na troca com comerciantes brasileiros, pela televisão, rádio), como destaca Moguillansky (2016, p. 155) “los habitantes de Melo utilizan gas brasileño para sus hogares, hablan fluidamente el portugués, manejan cruzeiros (la moneda de Brasil en ese momento) y compran allí diversos productos en los cuales los favorece el cambio”.

### 3. MASCULINIDADES CONTRABANDISTAS

Para introduzir, através de cenas selecionadas do filme, possíveis masculinidades contrabandistas, ou masculinidades *bagayeras/quileras*, devemos

apresentar - de forma breve - os conceitos de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013) e subalterna (KIMMEL, 1998), ambos muito importantes para os estudos relacionados a hombridades e suas derivações.

Auxiliada pela ideia de hegemonia de Gramsci, Connell desenvolveu, nos anos 90, conceito de masculinidade hegemônica. Pensando a partir da liberação dos movimentos gays e de mulheres, dedicou-se - pelos estudos de gênero - a pesquisar masculinidades. Apesar de ser um conceito central às investigações sobre homens e suas ramificações, importante destacar que disputas, críticas e tensionamentos foram produzidos estabelecendo reformulações fundamentais para sua utilização, como: 1) a masculinidade hegemônica não é fixa, essencial e transhistórica, pode variar temporalmente e culturalmente sob contextos e relações, baseando-se na norma vigente; 2) a(s) masculinidade(s) hegemônica(s) também é plural, hierárquica, complexa e negociável, compreendendo dinâmicas geográficas e relações de poder entre os sujeitos; 3) a masculinidade hegemônica é relacional, compõe uma série de práticas, recitações e códigos cotidianamente reproduzidos que são operacionalizados em oposição às feminilidades e outros homens (lgbts, homens não-brancos, etc); 4) as masculinidades são pautadas nos estudos de gênero e não na biologização do homem, ou seja, se para Beauvoir “a mulher não nasce mulher: faz-se”, o homem também; 5) a masculinidade hegemônica não significa necessariamente violência, ela trabalha a partir de produção de símbolos, comportamentos, assim, é uma “ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão” (CONNELL, 2013, p. 245).

Já a ideia de masculinidades subalternas - desenvolvida aqui por Kimmel - está condicionada às masculinidades hegemônicas. Para o autor, as ditas masculinidades são construídas cultural e historicamente, e principalmente, de forma a hierarquizar essa relação. Sendo assim, “o hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua mas desigual em uma ordem social e econômica dividida em gêneros” (KIMMEL, 1998, p. 104). Ao investigar sobre hegemonia nas masculinidades dos Estados Unidos e Europa Ocidental do século XVIII à atualidade, Kimmel observou três aspectos importantes: 1) as masculinidades hegemônicas são variantes: históricas, culturais, sociais, e, inclusive, “variam no decorrer da vida de qualquer homem individual.” (KIMMEL, 1998, p. 105); 2) as masculinidades subalternas e hegemônicas são construídas relacionalmente em encontros sujeitados a poder, hierárquicas, opressão, dominação, a partir da visibilização de categorias de gênero, raça,

classe, sexualidade, geração, nacionalidade, geografia. etc., assim como, a relação de poder sobre as mulheres; e, 3) as masculinidades hegemônicas são pautadas pelo privilégio da invisibilidade política de quem opera o poder, ou seja, “É um luxo que somente pessoas brancas em nossa sociedade não pensem sobre raça a cada minuto de suas vidas. É um luxo que somente homens em nossa sociedade façam de conta que o gênero não importa” (KIMMEL, 1998, p. 106).

Ambos os conceitos são imprescindíveis para os estudos sobre masculinidades, principalmente, no que refere-se à desnaturalização da categoria homem, propondo assim, uma historicização dos sujeitos e suas práticas. Outra questão central seria a condição relacional sobre as masculinidades: se existe uma hegemonia, existe uma subalternização. Obviamente esta constatação não é binária ou simplista, ela trabalha a partir das imbricações dos sujeitos e de seus marcadores através de relações de poder e privilégios, emergindo, na maioria das vezes, o homem cis branco hetero norte-global como a figura central da hegemonia. Porém, vejamos, que também existe a própria disputa e complexidade entre as masculinidades hegemônicas, e esta hegemonia - como nos adverte Kimmel - é variável, pois - pensando com Connell - dificilmente um homem permanecerá nessa categoria se não criar mecanismos de recitá-la e prová-la cotidianamente em relação a si mesmo, outros homens e mulheres.

Podemos ver os conceitos operando nas relações de Beto, El Negro e Melillo de maneira complexa, entrelaçada e interseccional, visibilizando questões de subalternização através de precariedade, inferiorização, racismo, deslegitimações entre os próprios contrabandistas/bagayeros e as autoridades. Da mesma concepção que operam as subalternizações também trabalham os núcleos de hegemonias dentro do filme, através da figura do aduaneiro Melillo e as autoridades do exército; entre os contrabandistas/bagayeros (a branquidade<sup>4</sup> de Beto em detrimento à racialização do amigo

.....

4. “1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial; 2. A branquidade é um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais; [...]; 4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe; [...]; 6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio e subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam; 7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade tem camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis” (Ruth FRANKENBERG, 2004, p. (312 – 313).

El Negro); entre aspectos de feminilidades e de masculinidades do filme. Ambas as características hegemônicas e subalternas se cruzam e compõem as andanças de um mesmo personagem, o que autoriza a alternância são as relacionalidades.

Importante frisar que não será feita uma análise aprofundada das cenas, pois acredito que por si só elas retratam as concepções e conceitualizações trabalhadas aqui. Pontuo a necessidade de evidenciar algumas falas dos personagens em relação às masculinidades e feminilidades que o longa apresenta.

Beto, protagonista do filme, é um bagayero/contrabandista que ganha a vida transportando pequenas mercadorias do Brasil para o Uruguai. Desenhado pelo filme como um homem astuto, batalhador e idealizador, divide o núcleo familiar com sua esposa Carmem (que ajuda na renda lavando roupas) e a filha Silvia (estudante que sonha em ser jornalista). Através de Beto, de sua família e dos outros amigos bagayeros acompanhamos o desenrolar da história sobre o enredo da visita do Papa e da construção de um banheiro para utilização dos visitantes.

Em Beto, vemos a imagem do homem branco, pobre, trabalhador-provedor que cria mecanismos e invenções absurdas para sair da condição de pobreza. Todas as relações de construção do personagem oscilam sob oposições e cooperações entre as amizades contrabandistas e sua família, também a negociação fronteiriça com as autoridades. Em todas elas vemos os encontros entre personagens ora operando em uma inferiorização da masculinidade de Beto, ora em uma imposição dele aos outros personagens da trama.

El Negro compõe junto com Beto o núcleo pobre e dos contrabandistas/bagayeros que levam pequenas mercadorias de bicicleta de um país a outro. Também está presente nas estratégias para a visita do Papa - junto com sua esposa Tereza irá vender “choriços”. El Negro também estabelece o vínculo de amizade e cooperação com o protagonista Beto, sendo seu o amigo e colega de viagens, ajudando no carregamento de mercadorias e também a livrar-se da fiscalização. El Negro e Tereza são parte central da narrativa e os únicos negros com ações, falas e dinâmicas no enredo, emergindo assim, a dupla subalternização dessa masculinidade: a pobreza e o racismo.

O aduaneiro Melillo estabelece a ligação do núcleo dos contrabandistas/bagayeros com o das autoridades (fiscalização, polícia, exército). O personagem emerge na trama em oposição aos contrabandistas, traçando uma

aliança entre os últimos e o telespectador. Melillo é a figura do aduaneiro branco, heterossexual, corrupto, machista e odiado pelos bagayeros, pois usa da condição de autoridade para praticar humilhações, desrespeitos, negociações sobre as mercadorias, que ora ele apreende dos bagayeros para usufruto próprio, ora destrói. Também podemos vislumbrar a masculinização do núcleo que Melillo integra: as autoridades do exército são representadas somente por homens.

### 3.1. LOS QUILEROS E MELILLO: “Como me llamo yo? Soy Melillo, el aduanero”<sup>5</sup>

**Cena 1** - Lá estão Beto e El Negro, pedalando e com algumas mercadorias, pelo que entende-se, já estão voltando das viagens a Aceguá. Uma rádio uruguaia interrompe a difícil jornada dos contrabandistas e direciona a cena para o núcleo militar, onde estão todos aduaneiros. Placas de Brasil-Uruguai e rádio em espanhol se entrecruzam para construir no filme o ar fronteiriço. Beto, El Negro e os outros decidem desviar o caminho da aduana e ir pelo caminho dos contrabandistas: “esse milico nunca tira férias?” (00:03:10), “milico desgraçado” (00:03:11), desabafa Beto. Um dos companheiros não pode desviar pois “tem o aniversário da patroa. Preciso chegar cedo” (00:03:19). Prontamente, El Negro oferece levar as mercadorias que, obviamente, não passariam pela fiscalização, “vou te dar umas coisas que podem me dar problemas” (00:03:26), sugere o colega. Fazem as trocas enquanto recomendam cuidados com as mercadorias. Nesse momento a câmera abre sobre um nascer do sol no campo e a trilha sonora quebra a tensão da cena e torna leve o possível problema da fiscalização. Mostra a cooperação, a amizade e a aliança entre eles. “Nos vemos em Melo. Boa sorte!” (00:03:59).

Beto e El Negro seguem conjuntamente com outros pelo caminho *de los quileros*, atravessando campos, cercas e lamas. “La mobil, la mobil” (00:05:29), passa um motoqueiro gritando. Os contrabandistas tentam pedalar cada vez mais rápido. Na estrada, aproxima-se uma caminhonete vermelha. Beto consegue se esconder. “Parem! Parem! Caralho!” (00:06:15), desce da caminhonete e dá um tiro para o alto “Vocês já estragaram duas suspensões desse carro!” (00:06:20). De forma irônica sinaliza os contrabandistas que, humilhados, olham para baixo: “Calma, rapazes!” (00:06:28). Aproxima-se da caminhonete e aparece *Dirección Nacional de Aduanas, Movil SN27*. A cena,

.....  
5. Melillo questiona os contrabandistas (00:06:51)

que até então não apresentara o personagem, direciona o entendimento do telespectador para uma divisão entre mundos: os aduaneiros e os contrabandistas. “Como me chamo?!” (00:06:48), “Melillo” (00:06:50), responde El Negro. “E o que faço eu aqui?!” (00:06:58), “Aduaneiro!” (00:06:59). Vira-se para El Negro e intervem: “O que tem aí dentro?” (00:07:05), “Coisas para a família” (00:07:06). Durante todo esse diálogo, compõe-se uma cena tensa e negativa sobre Melillo, onde os contrabandistas falam pouco e permanecem cabisbaixos. Melillo, com ar de superioridade e autoridade sobre os outros homens, pega uma faca, vai até El negro e abre suas mercadorias pegando um Whisky. Depois caminha até outro bagayero, abre as mercadorias e quebra tudo. Sobe no *mobil* e sai bebendo. *Los quileros* pegam suas bicicletas e pedalam.

**Cena 2** - Beto, depois de machucar o joelho com as viagens de bicicleta, decide ir pelo caminho mais próximo e enfrentar os possíveis problemas da fiscalização: “É que não tenho mais remédio, Negro!” (00:24:49), “Boa sorte, então!” (00:24:50). Os amigos se separam. Beto pedala devagar e quando vai passando pelo Posto Alfandegário, um soldado pede que pare. “Muita coisa leva o senhor aí, não é mesmo?” (00:25:15), Beto responde que não “só coisas para a família... para casa” (00:25:17). “Que leva aí?!” (00:25:18), “Açúcar, farinha, arroz... O de sempre, senhor” (00:25:20). Beto indignado questiona o soldado: “Por que o senhor me parou? Aqui passam todos. Olhe lá atrás, pelo caminho lá atrás, todos passam. Por que eu não posso passar aqui?” (00:25:27), “O posto alfandegário é aqui e não lá” (00:25:37). O soldado rebate a colocação de Beto e sua possível quebra de submissão perante uma figura de autoridade, “Opa, rapaz! Mais respeito!” (00:25:30), impõe. Entra no diálogo a figura do general que ordena: “Desça da bicicleta, abra os pacotes e faça tudo como o soldado pediu” (00:25:44), “sim, senhor” (00:25:45), responde Beto. Em uma possibilidade de súplica, Beto - ao abrir as caixas - fala que tem família e que as compras são para manter os filhos e a mulher.

O general responde seco: “Parabéns! Fico feliz que tenha família, eu também tenho” (00:25:58). “Tem que aprender a respeitar!” (00:26:00), fala o General rindo com o Soldado. “Eu não sou nenhum ladrão, senhor! Eu vivo disso!” (00:26:04), “Mas isso é contrabando” (00:26:06), constata o Soldado. “Entra no Exército que eu vou te ensinar o que é trabalho! Abre os pacotes!” (00:26:08). Beto abre e se vê uns seis pacotes de erva mate. O general pega um e adverte “Pesadinha essa erva, né? O que tem dentro?” (00:26:30), “Somente erva, Senhor!” (00:26:32). Ao rasgar o pacote começam

a cair várias pilhas. Beto, surpreso, também fica paralisado. O telespectador constata que o bagayero não sabia das pilhas, onde ora havia cooperação entre amigos, também passa existir trapaça, formas outras de travessia. “Isso é trabalho para o senhor? Isso é viver de vagabundo, enganando as pessoas. Vagabundo, estelionatário!” (00:26:46), responde o General. A cena emudece e foca na cara de Beto olhando as pilhas jogadas no chão. O general e o soldado em posição de julgamento, olhando firme para Beto e sacudindo a cabeça em forma de negação. A trilha sonora expõe a vergonha de Beto.

**Cena 3** - Beto pedala apressado pela estrada. Em poucos minutos começa a cerimônia religiosa onde o Papa vai falar. Vê-se Beto levando no bagageiro da bicicleta um vaso sanitário. A empreitada do banheiro parece ter funcionado. Programas de Tv, repórteres, noticiários, pessoas vendendo, comidas, bebidas, intercalam a cena: a chegada do Papa, em detrimento das pedaladas insaciáveis de Beto. Compreende-se, ao decorrer do enredo, que Beto fez um negócio, às escondidas, com Melillo, porém Carmen descobre e o repreende. Beto, triste e culpado por ter negociado com o aduaneiro, não vai buscar o dinheiro do trabalho. Nesta cena, quase final, Beto tenta chegar antes do Papa discursar, porém, Melillo aparece na *mobil* perguntando a Beto por que não foi pegar o dinheiro. Beto não responde às tentativas de diálogo “Vamos, Beto, estou indo para Melo. Te levo. Coloca a bicicleta na caminhonete” (01:20:24), “Não, obrigado!” (01:20:34). Insiste Melillo, “Mas já até começou. Vai chegar atrasado” (01:20:37). Liga o rádio e Beto ouve a voz do Papa. Apressa mais as pedaladas. “Dale, Beto, sobe que te dou uma carona” (01:20:49), “Não, obrigado. Agora falta pouco” (01:20:51).

Melillo acelera e ordena a Beto que pare. Sai do carro com uma arma na mão e abre o porta-malas: “Sobe!”, “Te esperei ontem para buscar o dinheiro e nada” (01:21:32). Tira da carteira um dinheiro e oferece a Beto. “Não” (01:21:40), recusa o bagayero. Surpreso, Melillo questiona: “Está trabalhando por conta própria então, Beto?” (01:21:46). Melillo ri irônico e inicia um monólogo de humilhações a figura de Beto: “Quem te dá vida, Beto? O Papa esse? Os milicos? Os donos dos armazéns, te dão vida?” (01:22:00) e apontando a si mesmo com raiva diz: “O pai te dá vida! O filho da puta da *mobil*, te dá vida!” (00:22:03). Beto sinaliza que está com pressa, que precisa ir. Melillo ri e diz que não tem pressa nenhuma. A cena é cortada e quando volta está *la mobil* indo embora e Beto a pé com um vaso nas costas.

As três cenas recordadas aqui mostram a constante relação de tensão entre aduaneiros e contrabandistas nas fronteiras. Pautadas pela

masculinidade e pela figura do homem provedor - “coisas para a família”, falam à fiscalização -, os bagayeros realizam 60 km de bicicleta e sobrevivem dessa rotina. A partir do filme podemos constatar que consiste em um trabalho essencialmente masculino, assim como os aduaneiros - hegemonicamente masculino - entre soldados, generais e aduaneiros.

Compreendemos um movimento de inferiorização da masculinidade a partir da lógica do trabalho, pois a condição de contrabandista é relacional à da autoridade. A primeira é subjugada à segunda: criminoso x autoridade. Vemos essa relacionalidade quando o General fala a Beto que *vagabundagem* não é trabalho e defende o Exército como espaço de produção *do homem trabalhador*: “Entra no Exército que eu vou te ensinar o que é trabalho!”. Nessa mesma cena, Beto reage posicionando-se enquanto provedor da família e distanciando-se da figura do criminoso, como citamos sobre a lógica do contrabando formiga.

Outros aspectos são as cenas onde Melillo humilha os bagayeros. Invertendo a ordem em relação à cena do General, Melillo não quer perguntar a obviedade do que fazem os contrabandistas, ele quer identificar se sabem seu nome e o que ele representa. Tanto nessa cena como na que interpela Beto, o aduaneiro traça a mesma lógica: “Sou eu que de dou vida, Beto!”. Coloca-se enquanto centro de subsistência do contrabandista, dizendo que sem ele Beto não sobreviveria, pois na figura do policial corrupto, trafega ora tirando as mercadorias, ora aproveitando-se delas e do negócio.

Na construção dos personagens citados nas cenas, compreendemos a inferiorização e subalternização dos contrabandistas em relação à hegemonia e autoridade dos aduaneiros: “ideal hegemônico (...) foi criado em um contexto de oposição a “outra” masculinidade problematizada e desvalorizada” (KIMMEL, 1998, p. 105). Esta condição relacional de ambos os núcleos perpassa a produção de ser homem e as práticas de masculinidade que autorizam certas ações, como: humilhação a partir da feminização do outro; sexualização de mulheres e filhas como forma de depreciação; desvalorização da condição de sujeito por meio da deslegitimação do trabalho.

### **3.2. BETO E EL NEGRO: “Vos vas a ir a Acegua por mi, negro?”**

**Cena 1-** Beto estaciona a bicicleta na frente do bar do Gago. Repleto de homens, velhos, jovens, bebendo cachaça. Na TV passa algumas informações sobre a vinda do Papa a Melo. “20 mil brasileiros vão vir!” (00:16:18),

fala El Negro. “Que vão vir o quê, Negro” (00:16:20), responde Beto. Ao sair do bar, El Negro, pede que a cachaça seja pendurada na conta. O Gago consente. Durante o caminho Beto conta ao amigo que vai comprar uma moto, para que as viagens melhorem e possa trabalhar mais em menos tempo. El Negro sugere investir na vinda do Papa, “Eu vou colocar uma barraca de linguças” (01:16:57). “Está todo mundo colocando algumas coisas nesse evento, Negro. Tu acha mesmo que os brasileiros vão vir só pra comer?” (00:17:00), responde Beto. El Negro insite dizendo que quando ele tiver dinheiro Beto verá. Neste momento Beto questiona: “Dinheiro? Tu quer fazer dinheiro? Tchê, Negro, tu já viu muitos negros ricos em Melo?” (00:17:07), “Não, mas eu vou ser pobre com dinheiro” (00:17:11). Beto, ri e finaliza: “Sim, Negro. Continua pensando com as patas que eu penso com a cabeça” (00:17:20).

**Cena 2** - Ainda com a empresa de comprar uma moto, Beto e El Negro, vão de bicicleta para Aceguá. Conversam sobre o Papa, e Beto avisa: “Viu, não vou precisar colocar barraca. Faço essas seis viagens e tenho uma moto” (00:18:30). “Se Melillo te deixar passar” (00:18:31), ri El negro. “Eu não sou velho e devagar que nem tu, Negro!” (00:18:32), “Vamos uma corrida então?!” (00:18:34), sugere após ser acusado. “O último que chegar é a mulher do padre” (00:18:40). Iniciam uma corrida pela estrada de terra. Vemos no rosto de ambos uma alegria quase infantil. A câmera acompanha a adrenalina da cena e também movimenta-se rapidamente e aos tremores, conjuntamente com a trilha sonora divertida e constante. Juntos permanecem na disputa até o momento que Beto cai. Depois de ver-se vencedor, El Negro volta ao encontro do amigo: “Que aconteceu?” (00:19:48), “Estourei o joelho, Negro!” (00:19:49). Beto fica reclamando da dor e confirma que já aconteceu outras vezes, mas não daquele jeito. O amigo questiona sobre ir ao hospital e ficar em repouso, Beto interrompe: “E tu vai fazer as viagens do Sória por mim?” (00:20:06), “E não somos amigos?” (00:20:08), responde El Negro. “Tu vai ir a Aceguá por mim, Negro?” (00:20:09), “Porque não?” (00:20:10), “Duas vezes por dia?” (00:20:11), “Até três vezes, se tu achar melhor” (00:20:14). Beto ri e debocha da impossibilidade da ideia do amigo, “não diga bobagens!” (00:20:16). El Negro acrescenta: “e cuidado da tua mulher também!” (00:20:19), Beto ri e rebate: “que tu vai cuidar o que, atrevido! Eu que cuidado da tua” (00:20:20). Os dois riem e aos poucos sobem nas bicicletas.

Aqui percebemos a condição de dupla subalternização de El Negro em relação ao amigo Beto, configurando a construção dessas masculinidades

precarizada de forma interdependente, imbricada e sobreposta. Ou seja, de forma relacional, costurando hegemonizações e subalternizações, os personagens coexistem em semelhanças e diferenças atravessadas pelas relações raciais e o racismo.

Iniciamos com a desumanização e bestialização, como apontam as teorias decoloniais (Camila GOMES, 2016), sobre os corpos não-brancos nas Américas, oriundo dos processos de escravização, colonialismo e da atual colonialidade. Pode-se notar essa permanência desumanizante na inexistência de um nome para El Negro. O personagem, durante todo o longa, é existente a partir da sua cor: El Negro. Possivelmente, o personagem, assim como sua mulher Tereza, tem um nome mas está ausente da narrativa. A hegemonização das experiências negras ligadas a sua condição racial compõe uma das facetas cruéis do racismo: a negação da existência individual. Sendo assim, a expressão “o negro/a negra” vira um apontamento racista da branquidade a todos os corpos racializados enquanto negros, apagando e invisibilizando o indivíduo, sua experiência e seus desejos. Podemos fazer uma oposição à branquidade de Beto, que mesmo precarizado, ainda tem nome; e também a pergunta de Melillo: *Como me chamo?*, todos respondem pelo seu nome e não pela sua condição racial. Aqui temos na hegemonização da experiência negra na cor de pele, um aspecto da desumanização do outro.

Outro momento importante na constução do personagem de El Negro, é quando Beto, debocha da ideia do amigo em vender comida na visita do Papa: “Tu acha mesmo que os brasileiros vão vir só pra comer?” (00:17:00). El Negro pontua que terá dinheiro pois irá vender muito durante o evento. Beto, então, expõe duas falas que estabelecem o racismo e a condição do homem negro uruguaio: “Dinheiro? Tu quer fazer dinheiro? Tchê, Negro, tu já viu muitos negros ricos em Melo?” (00:17:07); e “Sim, Negro. Continua pensando com as patas que eu penso com a cabeça” (00:17:20). Na primeira, Beto sinaliza a pobreza como única possibilidade para o homem negro uruguaio. Assim como em outros países da América Latina a desigualdade econômica e social é relacionada à cor da pele: “es que mientras la pobreza en la población blanca asciende a 12,1%, en la población negra se eleva a 28,1%.” (Tania RODRIGUEZ, 2017, p. 17)<sup>6</sup>. Ou seja, a população negra é a mais prejudicada em relação à pobreza e precariedade, refletindo inclusive

.....

6. “Enquanto a pobreza na população branca baixa a 12,1% na população negra aumenta a 28,1%” (tradução do autor)

na: “menor expectativa de vida que la blanca, conformándose como una población principalmente joven (...) posee bajos niveles de escolaridad e ingresa tempranamente al mercado laboral.” (RODRIGUEZ, 2017, p. 17)<sup>7</sup>. Assim, compreende-se que Beto não está errado ao falar sobre a condição precária do ser negro no Uruguai, porém esta premissa pré-estabelece a subalternização, sendo quase impossível, na fala de Beto, ao indivíduo negro a experiência da riqueza. Já na segunda fala, vemos novamente a operacionalização da desumanização e animalização do negro em detrimento da racionalidade e intelectualidade da branquitude, como pontua GOMES (2018, p. 78) “(...) “cultura”, “civilidade”, “racionalidade”, que coloca a branquitude como ideal oposto a práticas, comportamentos, vivências, corpos, experiências “selvagens”, “naturais”, “irracionais””. Beto, inferioriza a ideia do amigo animalizando sua condição: *continua usando as patas*. Em contrapartida, ao falar de si e de suas ideias, sua positivamente a racionalidade e intelectualidade: *que eu penso com a cabeça*.

### 3.3. AS FEMINILIDADES: “Soy el macho de tu hermana!”

**Cena 1 e 2** - Após Melillo parar a *mobil* pela primeira vez na cena onde encontra os contrabandistas e os humilha, o personagem aproxima-se da caminhonete e comenta: “Olha como vocês deixam a coitada!” (00:06:35), “Te sujaram toda, né, meu bem?! E estava recém lavadinha” (00:06:40). Vira-se para os bagayeros, interroga o que fazem e o que levam nos pacotes e direciona a Mono Lemos, “Quantas pessoas tem na sua casa?” (00:07:14), “Quatro” (00:07:20), responde. “Quatro o que?” (00:07:21), “Três meninos e uma menina” (00:07:25), fala Mono Lemos com a cabeça baixa. “E como é a menina? Baixinha? Gordinha? E como se veste? Saia ou uma calça que marque sua bundinha?” (00:07:30). Prontamente El Negro responde: “Isso é um absurdo” (00:07:40). Melillo destrói as mercadorias de Mono Lemos e rouba o Wisky de El Negro.

Enquanto Beto pedala para chegar ao discurso do Papa carregando o vaso sanitário, Melillo o convence a subir na *mobil* mas o protagonista está determinado a ir sem sua ajuda. O aduaneiro desce do carro e faz Beto subir, que se nega. Então, após colocar-se como centro da possibilidade de

.....

7. “menor expectativa de vida que a branca, integrada principalmente por jovens (...) possui baixos níveis de escolaridade e ingresa cedo no mercado de trabalho” (tradução do autor)

subsistência de Beto “Sou eu que que te dou vida!” (01:22:04), Melillo expõe: “O que farei eu com as dívidas ao soldado Luna, Beto? Quer que eu leve ele na tua casa? Para que tu filha fique lambendo ele e tua mulher chupando?” (01:22:34). Humilhado, Beto tem sua bicicleta tomada por Melillo. Corre a pé com o vaso nas costas.

**Cena 3-** Todos os bagayeros se encontram no bar do Gago. Lá conversam sobre as viagens, bebem cachaça e jogam cartas. Depois de ter suas mercadorias retiradas pelos aduaneiros, Beto chega ao bar e embriaga-se. Junto com El Negro e Mono Lemas reclama da vida aos gritos “a estrada é livre. Eu posso ir e vir” (00:27:25). Gago, que já parece esgotado de Beto, diz: “Fica tranquilo, macho!” (00:27:33). Beto rebate: “Macho da sua irmã!” (00:27:34), Gago: “Não me enche o saco” (00:27:38), Beto continua: “Não estou bem para macho da sua irmã?” (00:27:40). O Gago, retirando o copo de Beto, fala: “Olha só, porque invés de ficar aqui enchendo a cara não vai para casa alimentar tua mulher?” (00:27:44). Generaliza-se uma discussão, onde El Negro sinaliza ao Gago: “Com família não se mete” (00:07:48). Beto é expulso do bar e seus amigos o carregam para casa.

O feminino e as mulheres, aparecem no longa de forma secundária, porém compondo os núcleos centrais. Carmen, Silva e Tereza configuram o núcleo doméstico, relegado à casa, vizinhança e escola. Apesar de não serem as protagonistas, o longa expõe as mulheres citadas como mais espartas, inteligentes, capciosas e instruídas. Nas primeiras cenas já podemos perceber que Silvia, a filha de Beto, sonha em ser jornalista. Ela deseja ir estudar na capital, negando-se a virar bagayera “Não sou e nem vou ser bagayera” (00:29:32). Conjuntamente com a filha, Carmen, deseja mudar de vida a partir dos estudos de Silvia, e por isso administra a renda familiar sozinha. Quando Beto tem a ideia do banheiro, Carmen contrapõe, sugerindo a venda de medalhinhas religiosas, que segundo ela, seria um bom negócio.

No final do longa, Tereza, amiga e esposa de El Negro, entrega a Carmen a dita medalhinha, afirmando que comprou de um sujeito que vendeu todas. Assim, a direção do filme deixa evidente que Carmen teve uma ideia muito melhor que a de Beto, mas pelo fato de ser mulher, foi deixada em segundo plano: “Você tem merda na cabeça, Carmen?” (00:33:30). Também vemos essa relação entre mulheres e esperteza na narrativa sobre Tereza. Ao ser perguntada por Silva se sabe arrumar torneiras, Tereza responde que “Saber eu não sei, mas eu invento” enquanto conserta encanamentos no pátio da

vizinha. Neste mesmo diálogo Carmen fala sobre “ser castigo” ganhar dinheiro com questões religiosas, mas Tereza contesta afirmando que “castigo são os políticos que temos agora”. No final de cena, descobre-se, pela fala da personagem, o nome de seu esposo, indentificado pelos brancos como El Negro, Valvulina, emerge pela primeira vez como sujeito humanizado.

Nas cenas descritas - onde Beto discute com o Gago; e Melillo fala com Beto e Mono Lemos - temos a depreciação e objetificação do feminino para inferiorizar outros homens: “o macho da tua irmã”, “(...) porque não vai alimentar tua mulher?”; e “(...) E como é a menina? Baixinha? Gordinha? E como se veste? Saia ou uma calça que marque sua bundinha?” (00:07:30), “(...) Quer que eu leve ele na tua casa? Para que tu filha fique lambendo ele e tua mulher chupando?” (00:22:34). Compreende-se que para afirmação de uma masculinidade deve-se desvalorizar as outras, e aqui, a partir da lógica machista e masculinista relacionada à subalternização e sexualização da mulher e do mundo feminino. Também podemos evidenciar a feminilização de objetos, que durante o curta tornam-se legítimos de uma masculinidade, como a bicicleta de Beto e a *mobil* de Melillo: “Não seja maldosa comigo, aguenta essa última viagem, garota!” (01:18:24); ““Te sujaram toda, né, meu bem?! E estava recém lavadinha” (00:06:40)”.

#### 4. CONCLUSÃO: MASCULINIDADES CONTRABANDISTAS

“(...) Escuta, o Papa esse nós íamos matar! (risadas). Nós mesmos íamos matar ele! Foi assim: se falou que o papa vinha. Ele esteve em Montevideu pela primeira vez. Lá se fez um movimento comercial impressionante. Tá, depois passou um tempo e começaram a falar que ele ia recorrer toda a parte do nordeste do Uruguai. Que vinha ao Brasil e vinha por aqui também. E as pessoas criaram expectativas, porque falavam que vinha milhões de brasileiros e de gente de todos os lados. Mas ninguém percebeu que depois ele ia para o Brasil, ou seja, íamos contar com os poucos uruguaios que tinham aqui. E os de Montevideu já tinham recebido a visita dele. Bom, e as pessoas criaram uma expectativa enorme comercialmente, que ia ser bom para a cidade, para todos. E fizeram alojamentos, não sei quanta gente de todo lado. Resultou que o oito de maio de 1988-1988, que ele veio... Bom, gente que vendeu coisas que tinha para instalar postos, restaurantes, naquela esplanada que ele veio. Milhões, milhões de coisas, e nós (eu e minha esposa) fomos uma das pessoas que colocou. Bom, a gente gastou o que não tinha, nos endividamos... é bem real esse filme do Banheiro do Papa... gente que queria alugar banheiros, porque se imaginava que era

tanta gente, que iam ter que usar o banheiro. Bom, tinha de tudo: restaurantes lindos por ali. E não veio ninguém! (risadas). Veio bem pouca gente. Ninguém! Ninguém! Eu fiquei em casa com meia peça de um dormitório cheio de panchos para vender. Pancho y chorriço! Hamburgueza, comi como uns 3 meses de hamburguezas. Fiz nada de dinheiro. Fiz um dinheiro que fazia como qualquer dia trabalhando. As pessoas ficaram indignadas. Pessoas jogavam os choriços e os panchos no chão de revoltadas. Pobre gente! Gente que vendeu coisas que tinham... uma moto, um carro, pra comprar comida pra vender no Papa. E isso, foi só uma expectativa. Eu passei a noite no lugar pra vender e não tinha ninguém! e ao outro dia quando veio o Papa eram só 4 gatos loucos. Tá, não era culpa do Papa, era culpa.... bom, pensávamos que ia ser diferente! Bom, e isso ficou para a história. Claro, esse filme, se tu vê é exatamente o que aconteceu... tá, dizem que é fictício, como é, mas era isso, gente que tinha a casa preparada para alugar banheiros, aquecer água, vender café... coisas assim... e lucrar com isso, e foi um fracasso. E não veio nunca mais aqui o papa e assim endividou Melo. Assim, o oito de maio virou histórico para Melo. Uma noite muito muito fria. E de Aceguá, veio o que? um ônibus, por ai” Relato de Willian, morador de Melo. Cedido à autora via whatsapp no 22/03/2021

Neste trabalho propus - por meio dos personagens do longa *El baño del Papa* - pensar a lógica de formação das masculinidades contrabandistas, suas experiências, contradições, complexidades, etc. Obviamente há muitas outras maneiras de narrar e capturar experiências do contrabando, da fronteira e das travessias constantes. A visita do Papa e o que gerou a Melo foi uma das trajetórias viáveis para a escrita deste trabalho.

A partir da ficcionalidade apresentada no filme, dos estudos sobre masculinidades (hegemônicas e subalternas), concepções sobre fronteira e contrabando, e epistemologias descoloniais, tracei três movimentos de observação: 1) masculinidades contrabandistas e as autoridades (Los quileros y Melillo); 2) masculinidades contrabandistas entre si (Beto y El Negro); e 3) as masculinidades em oposição às feminilidades do filme.

Kimmel e Connell, auxiliam-se nas concepções sobre masculinidades, compreendendo aspectos imprescindíveis, como: 1) as masculinidades são históricas, sociais e culturais, ou seja, não existem desde sempre e mudam em relação a tempo, espaço, sociedade; 2) as masculinidades hegemônicas e subalternas são relacionais e inconstantes: mudam sob relações de poder (opressões, privilégios, dominações, negociações) através de marcadores sociais, culturais e geográficos, assim como, sob a condição de subalternização das mulheres, e 3) ambas masculinidades são imbricadas, aglutinadas

e verificadas cotidianamente pelos sujeitos que as vivenciam, podendo um mesmo indivíduo - em situações diferentes - oscilar entre elas.

Levando em conta a figura de Melillo, enquanto autoridade, e a condição dos bagayeros, em relação a ele, exponho alguns pontos onde as práticas de uma masculinidade hegemônica operam subalternizações: humilhação a partir da feminização do outro; sexualização de mulheres e filhas como forma de depreciação; desvalorização da condição de sujeito por meio da deslegitimação do trabalho.

Já no que diz respeito à narrativa traçada pela amizade de Beto e El Negro - duas masculinidades subalternas e precarizadas - alguns pontos, sobre a relação racial que atravessa ambos, - merecem ser sinalizados: hegemonização da experiência individual negra; branquitude/branquidade compõe a desumanização e bestialização dos corpos não-brancos sob a lógica de indentificar-se enquanto “mais humano”, vislumbrando o binarismo racista do selvagem/civilizado, bestial/racional, natureza/cultura, feminino/masculino.

No último movimento, sobre como as feminilidades aparecem no filme e a construção das masculinidades em relação a elas, compreendi que: as mulheres da narrativa emergem como mais inteligentes, astutas e corajosas do que os homens; objetos subjugados aos homens durante a trama - la mobil, a bicicleta - são condicionados ao campo da feminilidade; inferiorização e subalternização de outros homens pela lógica de feminilização ou sexualização e depreciação das mulheres e filhas.

Finalizo com a certeza de que esta narrativa integra uma teia de outras subjetividades, histórias e encontros aqui não capturados. Pude destrinchar alguns aspectos sobre masculinidades contrabandistas, pautadas pela lógica da sobrevivência, cooperação, integração, negociação, desvios nacionais, coerção e desejos de ascensão econômica. Entende-se que, como adverte Guazzelli, os sujeitos de fronteira são fronteiriços em todos os aspectos, inclusive sobre si mesmos. Assim, concluo que as masculinidades contrabandistas são condicionadas à sobrevivência e à travessia, dispostas à flexibilização das condições de trabalho e ao negócio enquanto premissa única para suas permanências.

## Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Frontera: la consciencia mestiza*. Madri, Capitán Swing Libros, 2016.
- \_\_\_\_\_. Hablar en Lenguas. Una carta a escritoras tercermundistas. In: *Mi puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. CASTILLO, Ana; MORAGA, Cherrie. San Francisco, Ism Pr, 1988. 219-228.

\_\_\_\_\_. La Prieta and The Gosth Woman. In: *Mi puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. CASTILLO, Ana; MORAGA, Cherrie. San Francisco, Ism Pr, 1988. 157-168.

BANDRYMER, Sonia. Carlos González. *La muerte de Martín Aquino*. Montevideo, 2008. Disponível em: <[https://www.academia.edu/12094440/CARLOS\\_GONZ%C3%81L\\_EZ.\\_LA\\_MUERTE\\_DE\\_MART%C3%8DN\\_AQUINO](https://www.academia.edu/12094440/CARLOS_GONZ%C3%81L_EZ._LA_MUERTE_DE_MART%C3%8DN_AQUINO)> . Acesso em 17 set. 2021.

CAFRUNE, Jorge. *Camino de los quileros*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/jorge-cafrune/camino-de-los-quileros/traducao.html> . Acesso em 17 set. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* , v. 31, n.1 Janeiro/Abril, 2016.

CONNEL, R. MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n 21, pp. 242-284, janeiro-abril/2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650> . Acesso em 17 set. 2021.

CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre practicas y discursos descolonizados*. Buenos Aires, Tinta Limón, 2010.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória. *Estudios Historicos - CDHRP- mayo 2009 - N° 1 – ISSN: 1688 – 5317*. pp. 0-10. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2009-cultura-do-contrabando-AD.pdf> . Acesso em 17 set. 2021.

DORFMAN, Adriana. Contextualizando condições fronteiriças: a contribuição da literatura ficcional para o estudo do contrabando. In: *As ciências sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa*. (Org.) COLOGNESE, Antonio Silvio; CARDIN, Eric Gustavo. Cascavel -PR, 2013. pp. 125-145.

ESPINOSA MIÑOSO, Yudersky. De por qué és necesario un feminismo decolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar*, Lima, V.12, N.1, pp. 141- 171, 2016. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qu%C3%A9-es-necesario-un-feminismo-descolonial...Yuderkys-Espinosa-Mi%C3%B1oso.pdf> . Acesso em 17 set. 2021.

FLORES, Mariana da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas da fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. 2007. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História). UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307 – 338.

GOMES, Camila Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bRTKvzGxYTTDbtrFyLm5JNj/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em 17 set. 2021.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. História e fronteira nas fronteiras da literatura: João Simões Lopes Neto e “Lendas do sul”. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal-RS, julho de 2013. pp. 1-17. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364757844\\_ARQUIVO\\_Texto-HistoriaeFronteirasdaLiteratura.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364757844_ARQUIVO_Texto-HistoriaeFronteirasdaLiteratura.pdf) . Acesso em 17 set. 2021.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. tradução Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2013.

KIMMEL, M. S. *A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas*. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano 4, n. 9, pp. 103-117, out. 1998.

LA LÍNEA *Imaginaria*. Direção: Gonzalo Rodriguez, Nacho Seimanas. Produção: Ludo Contenidos, Montevideo, 2008. Disponível: < <https://www.youtube.com/watch?v=60hhTPBHWTC>>. Acesso em 17 set. 2021.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*; tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, v.9, Bogotá-Colombia , pp. 73- 101. Julio-diciembre de 2008

MAZZEI, Enrique. *Fronteras que nos unen y límites que nos separan*. Universidad de la República del Uruguay. Melo, Depto. de Cerro Largo, Diciembre de 2012. Disponível em: < [https://www.cci.edu.uy/sites/default/files/Mazzei,%20E.%20\(2013\).%20Fronteras%20que%20nos%20unen%20y%20l%C3%ADmites%20que%20nos%20separan.%20Montevideo-%20Imprenta%20CBA\\_0.pdf](https://www.cci.edu.uy/sites/default/files/Mazzei,%20E.%20(2013).%20Fronteras%20que%20nos%20unen%20y%20l%C3%ADmites%20que%20nos%20separan.%20Montevideo-%20Imprenta%20CBA_0.pdf) >. Acesso em 17 set. 2021.

MIGNOLO, Walter y Catherine Walsh. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. In C. Walsh, F. Schiwy, y S. Castro-Gómez, *Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino*. Quito, pp. 17- 44, 2002.

\_\_\_\_\_. Colonialidad global, capitalismo y hegemonía epistémica , In: I. Ramos y R. Sosa, R. (coords.), *América Latina: los desafíos del pensamiento crítico*. México, Siglo XXI Editores, pp. 113-137, 2004.

MOGUILLANSKY, Marina. Paisajes, territorios y lugares: La migración de las fronteras en El baño del Papa. *Studies in Latin American Popular Culture*, Universidad Nacional de San Martín, Vol. 34, (s/p), 2016.

MORAGA, Cherríe. *Loving in the War Years: lo que nunca pasó por sus labios*. Boston, South End Press, 1983.

\_\_\_\_\_. La Guerra. In: *Esta puente mi espalda*. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. San Francisco: Ism Press, 1979.

\_\_\_\_\_, & Castillo, A. *Esta puente mi espalda*. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. San Francisco: Ism Press, 1979.

MORETTIN, E. V. *O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro*. História: Questões & Debates, Curitiba, Editora UFPR n. 38, p. 11-42, 2003.

OCHY, Curiel. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. En: I. MENDIA AZKUE, M. LUXÁN, M. LEGARRETA, G. GUZMÁN, I. ZIRION, & J. AZPIAZU CARBALLO (Edits.), *Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Donostia, País Vasco: Universidad del País Vasco/HEGOA, pp. 45-60, 2015. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/documentos/ochy.pdf>. Acesso em 17 set. 2021.

O BANHEIRO do Papa. Direção de Enrique Fernández e César Charlone. Uruguai/Brasil/França 2007. (01:34:49). Disponível em: <https://vimeo.com/136403987> . Acesso em 17 set. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*. Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales (FACES-UCV): Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC), pp. 201-246, 2000.

\_\_\_\_\_. *Colonialidad del Poder y Clasificación Social*. (I. Wallerstein, Ed.) *Journal of world-systems research*, pp. 342-386, 2000.

\_\_\_\_\_. *Colonialidad, modernidad/racionalidad*. *Perú Indígena*, vol. 13, pp. 11-29, 1991.

RODRIGUEZ, Tania. Racismo y violencia institucional en Uruguay: una mirada desde las ciencias sociales y la historia. *Anais eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul* v.1, n.1, pp. 12- 19, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/665/588> . Acesso em: 19 set. 2021.

SOUZA, Suzana Bleil de. *A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos- uma aproximação histórica*, In: *Fronteiras no mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, pp. 78-89, 1994.

*Recebido em 23 de julho de 2021.*

*Aprovado em 3 de setembro de 2021.*

# SÉCULO XIX, A ESCRITA FEMININA EM JORNAIS, SUAS TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS... COMO O CONTO DE MARIA LÚCIA INDICA ISSO?

XIX CENTURY, THE FEMALE WRITING IN A PERIODICS, ITS TRANSFORMATIONS  
AND PERSPECTIVES... HOW DOES MARIA LÚCIA'S NOVEL INDICATE IT?  
SIGLO XIX, LA ESCRITURA FEMENINA EN LOS PERIÓDICOS,  
SUS TRANSFORMACIONES Y PERSPECTIVAS... ¿CÓMO  
LO INDICA EL CUENTO DE MARIA LÚCIA?

Mariana Silva Rodrigues<sup>1</sup>

## Resumo

O trabalho em questão analisa a escrita metafórica de um conto de Maria Lúcia Romariz no ano de 1888 no jornal *A família: jornal literário dedicado a educação da mãe e família (SP)*, da redatora Josephina Alvares de Azevedo. Para isso, a análise do artigo parte de autores como Barbosa (1974), Abreu (2003), assim como, pesquisas no acervo na Biblioteca Nacional Digital do Brasil. No final do século XIX, com o aparecimento mais recorrente da escrita feminina nos jornais das províncias brasileiras, transformações sociais ficam evidentes na produção escrita, que, associada à situação socioeconômica da autora, somam para uma reconstituição do cenário da escrita feminina do final do século XIX. Na escrita de Maria Lúcia, a metáfora de um *despertar* social evidencia que transformações mentais eram presentes na representação feminina em primeira pessoa do discurso no texto, mas que, apesar da presença, a escrita feminina ainda era restrita a camadas mais altas da sociedade.

**Palavras-chave:** Escrita; Feminina; Século XIX; Despertar.

## Abstract

The work in question aims to analyse the metaphorical writing of a romance from Maria Lúcia Romariz, published in the year of 1888 at the *A família: jornal literário dedicado à educação da mãe e família (SP)* directed by editor Josephina Alvares de Azevedo. To do so, the analysis of the article begins from authors such as Barbosa (1974), Abreu (2003), as well as researches on the collection at Biblioteca Nacional Digital do Brasil. At the end of the XIX century, with the most recurring appearance

.....

1. Graduanda em História pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, <http://lattes.cnpq.br/9975030333818124>, [marirodri.hst@gmail.com](mailto:marirodri.hst@gmail.com).

of female writing in Brazilian province journals, social transformations became more evident in writing production, that, associated to the writer's socioeconomical situation, add to a reconstitution of the female writing scene of the end of the XIX century. In Maria Lúcia's writings, the metaphor of a social awakening highlights that mental transformations were present in the first-person female representation in the text speech, although, despite its presence, the female writing was still restricted to the highest layers of society.

**Keywords:** Writing, Female, XIX Century, Awakening.

### Resumen

La obra en cuestión analiza la relación metafórica de un cuento de Maria Lúcia Romariz en 1888 en el diario *A Família*: diario literario dedicado a la educación de la madre y la familia (SP), de la editora Josephina Alvares de Azevedo. Por esta razón, el análisis del artículo proviene de autores como Barbosa (1974), Abreu (2003), así como de investigaciones en la colección de la Biblioteca Nacional Digital de Brasil. A fines del siglo XIX, con la aparición más recurrente de la escritura femenina en los periódicos de las provincias brasileñas, se evidencian cambios sociales en la producción escrita, que, asociados a la situación socioeconómica de la autora, se suman a una reconstitución del escenario de la escritura femenina a finales del siglo XIX. En la escritura de Maria Lúcia, la metáfora de un despertar social muestra que las transformaciones mentales estaban presentes en la representación femenina en primera persona del discurso en el texto, pero que, a pesar de su presencia, la escritura femenina todavía estaba restringida a los estratos más altos de la sociedad.

**Palabras-clave:** Escritura; Femenina; Siglo XIX; Despertar.

### A escrita oitocentista em perspectiva

A escrita em jornais femininos no período oitocentista ainda que carregado de matrizes de nacionalismo e maternidade, configura transformações no ambiente social ao (permitir) a escrita de mulheres para mulheres. Na década de 1880, Maria Lúcia Romariz faz-se presente no jornal *A Família*: jornal literário dedicado à educação da mãe de família (SP), inicialmente circulado em São Paulo, mas ficando maior parte no Rio de Janeiro após a mudança da redatora Josefina Álvares de Azevedo para a cidade.

As temáticas existentes no jornal *A Família* transitam entre produções sobre educação, poemas, trechos de dedicatórias de mulheres para mulheres, notícias sobre o cenário educacional e contos. Assim, Maria Lúcia Romariz, com sua escrita no periódico *A Família*, metaforiza um eu-lírico em que na passagem da infância para juventude faz menção a uma sociedade que se altera em sua mentalidade, já que o contexto de produção do final do século XIX em São Paulo remete a transformações sistêmicas.

Tendo em vista que juntamente com Alcina Leite, protagonizaram publicações em jornais em comum, assim como, engrenaram no processo educacional brasileiro. Dessa forma, em 1883, Maria Lúcia inaugura o Atheneu Alagoano para jovens mulheres em Maceió (AL). Aspectos esses intimamente ligados à convivência sejam parentais ou amicais com pessoas inseridas no ambiente da escrita e educação do século XIX que contribuíram para a inserção da escrita da autora no jornal.

Apesar da movimentação que a vinda da Corte Real trouxe em 1808 para o Brasil, permitindo a circulação de jornais em várias das capitais do país, a maior parte da população ainda era analfabeta. Assim, a leitura oral em salões era um grande artifício de acesso a poemas e matérias publicadas nos jornais. Nesse aspecto, a situação socioeconômica da magistrada proporcionou o exercício do ensino primário e a prestação de exames de francês e português, mencionados com proficiência no periódico *O Caixeiro: Periódico Noticioso, Commercial e litterario*, em 1880 (AL).

Apesar da passagem do século XIX para XX, marcar uma inserção da mulher seja na escrita, seja no cenário educacional do país em jornais, o analfabetismo ainda era característico, principalmente no sexo feminino, mesmo com a intervenção de D. Pedro I através da regulamentação de uma educação no Império em 1827 por meio de sua inclusão. Ainda assim, algumas mulheres apoiadas a um fator econômico e parental, como era o caso de Maria Lúcia, se inseriram nesse contexto de escrita feminina.

Importante salientar que o termo que melhor se assemelha ao literário, de acordo com Márcia Abreu em *História da literatura: o discurso fundador* (2003), é o Belas-letras, já que a palavra *literatura* é na maioria dos casos empregada com significações diferentes, como no caso do jornal *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe de família*, em que a produção escrita está associada a um viés educacional específico para mulheres. Dessa forma, o conceito presente atualmente não converge com o existente no século XIX.

Nascida em Palmeiras dos Índios (AL) em 1863, Maria Lúcia foi diretora do Atheneu Alagoano (1883), redatora do Almanack Litterario Alagoano das Senhoras (1888) e da Revista Alagoana Periódico Scientifico e Litterario (1887). Suas belas-letras no jornal *A Família* (1888) não se resumiu a poemas, mas também abrangia textos um pouco mais extensos. Tendo em vista a titulação que deve ser atribuída à sua escrita no jornal no presente artigo, Mário de Andrade em *Contos e Contistas* (1938) afirma que será conto aquilo que seu

autor batizou com o esse nome, aspecto que evoca a volubilidade da autora de decidir sua nomeação. Ao partir da premissa de que a autora não delimitou seu texto com determinado significado, faz-se presente a concepção de Poe acerca do conto, em que consiste quando “o autor é capaz de realizar a plenitude de sua intenção, seja ela qual for” (Edgar Allan POE, 1981, p. 46).

### **Análise textual da escrita de Maria Lúcia e a teia de relações da autora**

Ao buscar cerne no método de análise de conteúdo temático de jornais, identificado por Zicaman (1984, p. 95) como “significado dos discursos independentemente de sua forma linguística, centrando-se na análise do conteúdo”, o conto de Maria Lúcia, marcado pela temporalidade passada inicia com “Quando os meus dias sorriam serenos por entre as harmonias da infância” (A FAMÍLIA, 1888, p. 7), em que a autora atribui à infância um estado de harmonia, em que a criticidade não era evidente em sua formação. “[...] muitas vezes o anjo de minha fantasia transportava-me a um mundo ignoto [...] habitava-o uma sociedade amável, tão amável que me atraía”.

A figura do anjo, recorrente no mito católico do qual Maria Lucia incorporava, assim como, a maior parte da população do século XIX em São Paulo, apresenta a racionalidade em um mundo recheado pelo amor, sentimento que atrai o eu-lírico do texto pela serenidade. “E saberia eu o que era amor?” a autora introduz uma indagação em sua escrita, características que convergem com Romantismo no final do século XIX, marcado pela introspecção e expressão do sentimentalismo recorrente em escritas femininas, já que, a leitura que consumiam fazia parte inicialmente de periódicos estrangeiros.

“Mas sentia-o [...] tão mimosa como um ideal de Deus”, a ortodoxia católica de Maria Lúcia também se confirma tendo em vista a grade curricular do Atheneu Alagoano, fundado em 1883, em que um dos objetivos programados era “incutir no espírito das alumnas do Atheneu o ensino e a educação moral e intellectual, que sejam uteis e agradáveis á família e á sociedade” (O ORBE, 1884, nº 16, p. 3), presente no jornal O Orbe do redator José Leocádio Ferreira Soares entre os anos de 1879 até 1897. Leocádio foi nomeado 2º secretário em 1869 da diretoria da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos (1869/1898), ocupou cargos públicos importantes e descreve a direção do *Atheneu Alagoano* dirigido por Maria Lúcia após a morte de seu marido Antônio de Almeida Romariz em

1883, com benevolência que remete a uma relação de proximidade e sensibilidade com a jovem viúva que tinha convivência com pessoas contidas na imprensa:

E assim, parecendo querer desfarçar a dôr, procura concentrar no cultivo de sua intelligencia e das de suas comprovincianas todas as forças de seu esclarecido espírito, assaz, porém abatido pela última rajada de sorte. A par d’esse luminoso intuito converge por igual a prática de labor honesto e da beneficencia desinteressada todas as expansões de sua alam e os generosos impulsos de seu coração, tão ermo de alegrias e confindencias! (O ORBE, 1883, p. 1).

O Atheneu Alagoano (1883) dispunha da ajuda administrativa da irmã de Maria Lúcia, Suzana Sampaio Costa e da professora de francês, inglês e piano na capital, Suzana Wucherer. A autora contava com o apoio de alguns nomes que auxiliavam no renome do Atheneu, já que, o falecido marido de Maria Lúcia, Antonio de Almeida Romariz era poeta e foi professor da autora juntamente com Ignacio Costa, fato que a coloca como exceção das mulheres do século XIX. Na seção *Gazetilha*, em que um noticiário específico é destinado a parabenizar os exames de preparatório dos quais a autora prestou com distinção, o pai de Maria Lúcia, José Vieira de Sampaio, é retratado como “respeitavèl e abalisado tabellião publico” (O CAIXEIRO<sup>2</sup>, 1880, p.3), profissão que tinha fama de confiança pela sociedade.

A organização social do Brasil no século XIX se dava pela Igreja, sendo inclusive os calendários dispostos nos Almanques da época marcados por datas comemorativas do Cristianismo Católico. Assim, até mesmo a administração do Império Brasileiro era regida por preceitos católicos, como oficialização de casamentos e nascimentos. No jornal *A Família* a legitimação da educação para mulheres é justificada pela sacralidade da mulher ser de suma importância, visto que, a maternidade representaria o exercício do divino em terra. Apesar dessas justificativas, havia escritas que apresentavam um parecer diferente, o que é atribuído às transformações das noções da época.

“E eu sentia que amava e amava essa sociedade tão bela, tão pura, tão atraente pela sua superfície, e... amava-a!” (A FAMÍLIA, 1888, p. 7), o eu-lírico salienta gradativamente o afeto que tem por aquela sociedade que conhece, mas ainda assim, quebra o ideal de uniformidade com a inclusão

.....

2. Os chamados caixeiros eram comerciantes, e que, por meio do periódico, visavam a união entre essa classe. Por isso, O Caixeiro (AL) tinha por subtítulo Orgão da Classe Caixeiral das Alagoas.

da expressão *pela superfície*, evidenciando que a beleza e atração fazia parte de uma visão parcial da realidade. Consequentemente, a escritora evoca uma realidade em que é bem mais do que aparenta, já que, a superfície seria aquilo que é facilmente visível.

“Minh’alma pura, virgem, incauta, desenrolou suas gazes para envolver as crenças tão loucas que agitavam-se-me, emergidas pelas seducções desse mundo para mim altruísta que acabava de, qual ousado Colombo, descobrir bello, ridente e magestoso!”, as gazes, costumeiramente usadas em curativos desenroladas metaforizam os ferimentos abertos, ou seja, aquilo que dói sendo exposto e que não é mais protegido, “e, descobrindo-o disse ao anjo de minha phantasia: — Como são bellas estas paragens’... Parecem unguidas das bondades do céu! O anjo olhou-me... sorriu-se com ternura e disse-me: — Caminha”, o anjo funciona como fluxo de consciência, produto de amadurecimento de ideias, e dessa maneira, o conto prossegue conforme o anjo apresenta mulheres que representam abstrações.

A primeira a ser mostrada é uma mulher que metaforiza a ilusão, onde “ella engolphou-me nas suas meiguices, embalou-me com a symphonia de seus osculos embriagadores. E eu adormeci...”, o ato de dormir representa esse estado de intenso desajuste ao que de fato acontece, na qual a ilusão proporciona um estado de imobilidade e ausência de reação com a realidade.

[...] numa som-bra—que -ante mim surgiu— o infortúnio— não consentiu que o meu somno fosse muito prolongado e arrebatou-me á essa doce Mancenilha que me disputara... E eu despertei [...] E eu perguntei-lhe: Onde jaz agora minha encantadora illusão? mostrou-me dous perfis de mulher. Um com a fronte sombria e descabida bumedecia p regaço com as bagas crystalinas de seu pranto o outro sereno e illuminado— era a razão. (A FAMÍLIA, 1888, p. 7)

O semblante iluminado da razão mostra que a escritora optou por colocá-la com clareza e serenidade contrária à figura sombria, de modo a dicotomizar as duas mulheres representadas na metáfora. “Quem és tu cuja tetrica figura atterra-me e aniquillame, e infiltrando-me a descrença e o desalento n’alma!... tu, cujo contagio fana as flores mimosas do minha mocidade, os santos perfumes da minha adorada existência—o meu acariciado talisman [...] — Eu?... eu sou o Desengano!!” Há uma tomada de esclarecimento sobre a realidade em que ela vive.

As figuras femininas utilizadas no conto inferem um crescimento do feminino representando mudanças que extrapolam o enredo ficcional. Anna

Vieira Sampaio, irmã de Maria Lúcia, foi a primeira alagona a se formar em Direito (1893), o que indica o progressismo da família Sampaio, como afirmado em *O Caixeiro* ao referir-se ao pai da autora: “cavalheiro progressista compreende a missão sublime da mulher como ente intellectuai, moral e social, não perde lempo em curar da educação de seus filhos, votando soberano desprezo aos vis preconceitos” (O CAIXEIRO, 1880, p.3). A jovem, portanto, possuía suporte para desenvolver-se no âmbito educacional.

Consoante a isso, em 1888 funda o Almanack Litterario Alagoano das Senhoras que tem a colaboração em 1889, da Princesa Imperial Regente. Nesse caso, uma edição é dedicada à ela, chamada de Redentora, em que a população deveria a ela grande bondade da extinção da condição servil, ficando evidente a concordância com o fim da escravidão e a associação do caso como benevolência da princesa. Assim, menciona que o Almanach é “se não nos enganamos, e sae á luz com o auxilio da Sereníssima Princeza Imperial Regente, que generosa, acolheu o nosso tentamen, o que lhe agradecemos do intimo d’alma” (ALMANACK LITTERARIO ALAGOANO, 1888, p. 55).

O Almanack recebe ainda a colaboração de diversos nomes, tais quais, Alcina Carolina Leite Pindahíba, nascida em 1854 em Atalaia (AL) amiga e colega de ofício de Maria Lúcia, publicando seus versos no almanaque, assim como, a baiana Anna Autram, nascida em 1856, descendendo de uma família aristocrática, da qual recebe instrução desde nova, sendo letrada bem cedo. Ignez Sabino, membro de família com grandes posses, filha do médico homeopata Olegário Pereira Sabino Ludgero Pinho, aumentou seus conhecimentos na Inglaterra, sendo exceção e não regra das mulheres do século XIX, também contribuiu com sua escrita no Almanack Litterario Alagoano das Senhoras.

### **As condições sociais que engendram o processo de escrita**

Para o crítico literário Antonio Candido, é necessário “[...] reconhecer que a obra é autônoma, mas que foi formada por coisas que vieram de fora dela [...] O importante é: quais são os elementos da realidade social que se transformaram em estrutura estética.” As transformações sistêmicas que aconteceram no final de 1888 em São Paulo, desenrolaram alterações das quais circunscrevem a escrita de Maria Lúcia no jornal *A Família*. Por isso, não reconstituir as reais condições de produção dos textos faz com que eles deixem de ter sentido (Socorro de Fátima Pacífico BARBOSA, 2007, p. 64).

No final do século XIX, a cidade de São Paulo apresentou transformações envolvendo o desenvolvimento da cidade, o que era reflexo de um ideal de nacionalismo em crescimento, já que, com a presença da família real em 1808, a metade do século teve contato com estrangeiros, o que também fomentou um desenvolvimento da urbe. O processo do “fim” de escravidão — tendo em vista que suas estruturas são vigentes atualmente —, ocorrida em 1850 com a interrupção do tráfico, incentivou a vinda de estrangeiros, esses limitados a europeus, para a posse de terras como forma de impedir a posse delas pelos negros recém ou posteriormente libertos, como afirma Domingues em *Uma História não contada: Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*.

Houve alterações sociais intimamente ligadas à exportação de café, como a ligação entre os lugares por meio da ferrovia. A cidade chegou a contar com 240 mil habitantes no final do século, decorrente de vários fatores, entre eles, o surgimento Academia de Direito, em 1827, a ascensão das profissões liberais, discriminatórias com africanos, e um desenvolvimento industrial referente à produção de bens de consumo duráveis, como têxtil e mobiliário, e não duráveis em termos alimentícios. A província de São Paulo tornou-se principal centro produtor de café com vistas à exportação, com clima e terra favoráveis para o cultivo. Dessa maneira, a confluência de imigração de contato com vários povos fez com que mentalidades da época sofressem alterações em função de sua produção material, isso porque, havia intenso movimento entre as províncias, o que fica evidente nos periódicos e jornais que se comunicavam entre si.

Concomitante a isso, a circulação de jornais em decorrência da Imprensa Régia instituída por D. João com o objetivo de informar questões documentais do Brasil, representou um impulso em produções que depois passaram a ser das belas-letas, e nesse sentido, como afirma Barbosa (2007), os periódicos teriam importante função na reconstituição do Romantismo, movimento literário do qual a escrita se fixava como maneira de representação da particularidade nacional, que no caso do Brasil, estava em construção.

No conto analisado, a autora constrói sua narrativa por meio de metáforas e abstrações. A significação do texto literário estaria assim em função de menor ou maior abertura de seus valores conotativos (João Alexandre BARBOSA, 1974, p. 94). Dessa forma, a configuração dos elementos do texto estaria intimamente ligada à sua estrutura. No conto de Maria Lúcia a abertura conotativa é alta. Desde o fluxo da narrativa sendo guiado pelo

anjo até a presença das mulheres em metáfora. A partir dessa abertura dos valores conotativos, Barbosa (1974) afirma ainda que há uma ampliação e complexidade das palavras, e que nisso, residiria a significação do texto literário como conhecimento. Interiorizada sua significação, a estrutura do conto passa a agrupá-la a partir do abstrato. A matéria exterior faz sentido a partir da posição em que a autora expõe na obra, de forma que o tratamento sobre a realidade é atribuído em função de como a escrita foi disposta.

### **O despertar na escrita de Maria Lúcia**

O despertar, como ponto crucial dessa maneira de se relacionar consigo mesma, surge como meio de transmissão do reconhecimento como ser pensante. Guiada pelo anjo, a personagem se vê em uma conjectura diferente. Associada aos mecanismos de transformação, o olhar sobre si mesma dispensa o que era superficial e o desengano assume o final no conto que encerra com a clareza do aspecto. Assim, a constituição do “eu” dialoga com o social e transmite esse processo de amadurecimento.

Os signos presentes no texto revelam uma reconstituição do vivido, dado que em totalidade a vivência não é alcançada. Produzir textos envolve produzir efeitos de sentido que não são estáveis, como afirma Kanavillil Rajagopalan (2002), e nessa perspectiva, o conto assume parte do que atualmente congrega um crescimento da atuação da escrita feminina e sua representação por si mesma. As representações das mulheres não mais sujeitas ao masculino e sua forma de conceber o material escrito, mas envolto de um cenário que a coloca como atuante no processo da escrita.

A diversidade e coletividade passam a ser exercidas por uma reconstrução do material escrito por mulheres, e conseqüentemente, de uma história. Mesmo que a própria visão feminina sobre si mesma ainda carregue resquícios de uma sociedade que as coloca com fragilidade e religiosidade fazendo parte de sua essência. A obra em si dispõe de elementos que permitem determinadas perguntas que decorrem a novas questões a serem pensadas no cerne feminino histórico. De forma a congrega nos estudos femininos, entender os “porquês” de modos de escrita, publicações e meio social, reconfigura um quadro geral de um passado que por anos foi impossibilitado de análise, mas que a partir da investidura mais frequentes das causas cada vez mais foi tomando espaço. Como exemplo disso, o jornal *A Família* e sua dificuldade de se manter, tendo em vista o pequeno número de leitores.

Contratempo que já é passível de análise de recepção, visto que as temáticas referentes ao jornal não eram tão comuns de serem lidas por mulheres.

Ao entender que os jornais representam mentalidades sociais, apresentam também âmbitos de relações de poder, já que a presença nos jornais não é permitida a todo e qualquer público. Suas relações têm por base determinadas conjecturas sociais, como exemplo disso, a alfabetização e letramento, que no século XIX não era disponível a todo e qualquer indivíduo. As divergências sociais compunham então o cenário de disposição do que era publicado. Assim, entender os desdobramentos faz parte da análise social e histórica da escrita que anteriormente não eram passíveis de interpretação, em decorrência de uma historiografia que buscou a interpretação do documento, diferente de concepções que o consideravam como fonte de resposta instantânea.

A subserviência feminina era assim naturalizada, assim como seus espaços reduzidos. Os estereótipos presentes ultrapassavam a vida cotidiana e se materializavam em ações, e por isso, consequências são vividas hoje em dia. Como foro de dominação masculina, os espaços de produção feminina permaneciam reduzidos e o que era naturalmente um direito de todos aparecia como uma benevolência masculina. Os espaços eram automaticamente tidos como de chefia dos homens e quando por eles cedido a mulheres, correspondia assim satisfeito.

As várias facetas dos processos de entendimento das mulheres de si mesmas passam por diversas apropriações de discursos que assimilam os de dominação que são recorrentes. Ou seja, ainda que transformações e o acesso a elas possibilite apanhado teórico, algumas concepções femininas ainda possuem respingos de hierarquia feminina em função da masculina, contribuindo para distorções do que de fato é importante frente ao caráter de reconhecimento da liberdade da mulher.

### **A pluralidade dos jornais oitocentistas e a história das mulheres**

De acordo com Valéria Severina Gomes e Mari Noeli Kiehl Iapechino (2008), o jornal no século XIX apresentava-se como meio de comunicação de elite por difundir mensagens que exigia bom nível de alfabetização e pelo domínio da elite governante. Propagado pela linguagem oral que marca uma expansão, ainda que escassa, dos conhecimentos no século XIX, os jornais como objeto de manuseio para os não-letrados que compunham grande

número da sociedade, não era escrito por eles. O sujeito dos quais obtinham as ideias e expressões eram pessoas com condições divergentes daqueles que ouviam o que era produzido. A distância entre a produção e recepção era de nível acentuado e por isso alterações de sentidos poderiam acontecer nesse processo. Aspecto que dificultou a democratização da imprensa, já que sua restrição envolvia traços sociais. Apesar do ideal de nacionalismo em eferescência no Brasil Império, sua formação discursiva tinha bases em relações sociais evidentes, o que implica a identificação de uma identidade pautada por classes sociais dominantes.

Ao reconhecer características de divergências de classes sociais e seus desdobramentos, consoante ao nacionalismo em crescimento, a produção possui uma “unificação e deslocamentos linguísticos e alterações na produção de sentidos nos textos” (GOMES; IAPECHINO, 2008, p. 51). A circulação e os intercâmbios de comunicação evidenciam as transformações sociais em um período em que a sociedade oitocentista se modificava, assim como, o dinamismo de práticas linguísticas de escrita que emergiam por meio de folhetins, jornais e periódicos. Conseqüentemente, a multiplicidade de formas das quais os sujeitos transitavam com o que era produzido representava um reflexo das alterações histórico-sociais. Como forma de pensar acerca disso, o subjetivismo plural em um único jornal com escritas parte dessa perspectiva de análise.

Entretanto, a pluralidade não constitui um viés homogêneo da distribuição e produção entre os indivíduos, visto que, o elitismo da imprensa limitava o acesso e produção. Consoante a isso, considerar autorias e suas respectivas classes sociais remete a uma abrangência dos processos sociais sem desconsiderar o aspecto financeiro que faz parte dessa configuração. Ausentar os traços das distâncias entre as classes presentes é desfalcar os espaços sociais que estão em existência naquele momento.

Nesse ponto de vista, o chamado *esquecimento* da história das mulheres não passou de um apagamento voluntário de circunstâncias que trazem em domínio público as condições de uma sociedade construída com categorias de gênero justificadas biologicamente. A escrita feminina na maioria dos jornais do século XIX mencionava solicitação aberta para qualquer mulher, mas determinar que essa abertura fosse de fato possível é um ponto a considerar. Portanto, falar de escrita era conseqüentemente falar de oportunidades de materialidade escrita, já que, considerando análises das estruturas sociais, nem todo e qualquer indivíduo poderia fazer parte

atuante do contexto jornalístico. Dessa maneira, isentar relações de poder consequentemente traria desfalques de análise.

Chamados de progressistas por aqueles que concordavam com a ideia de uma educação para mulheres, os espaços dispostos por mulheres passaram em muitos casos por uma legitimidade masculina, que por um lado auxiliou no processo de inclusão, já que, os pais eram representantes legais das mulheres, e por outro, colocou em cheque questões como “espaços dados” e “espaços conquistados”. Ainda que tenham vários desdobramentos que possam ser discutidos, o papel desempenhado pelas mulheres e a funcionalidade disposta a desconstruir a hegemonia estritamente masculina é evidente.

As representações das quais os contos dispunham caracterizavam discursos que em alguns casos eram construções sociais de uma ideia de feminilidade, isto é, o processo de escrita transmite transformações das quais a história das mulheres faz parte. Por isso, considerar os espaços de produções e suas condições é de notável importância de reconstrução histórica, já que, com base no entendimento de que o exercício historiográfico tem por foco a reconstituição do passado, questão evocada quando a História reivindicava seu caráter científico, sua reconstrução deve contemplar o maior nível de fontes necessárias.

A escrita feminina no Brasil oitocentista em muitos casos é destinada para público exclusivamente feminino, como é o caso do próprio jornal *A Família* que no próprio título compõe a especificação: *jornal litterario dedicado à educação da mãe e família*. Dado isso, vários exemplos existem de jornais que veiculam essa especificidade em relação ao público leitor em foco, dessa forma, pressupõe que o direcionamento demonstra receio quanto uma produção feminina para um público geral, ou até mesmo, que essa escrita não encontre espaço de existência em outros âmbitos.

Assim direcionada tendo em vista vários motivos de inferiorização, a produção feminina na segunda metade do século XIX apresenta processos de criticidade recorrente. Por outro lado, esses processos surgem em ambientes que demonstram uma transição e por isso, tendem a inferir mudanças na semântica textual. No conto de Maria Lúcia o fluxo do despertar e as representações alegóricas dispostas têm por personagens mulheres, partindo de uma perspectiva feminina. No início do século XIX essas representações se alteram gradativamente tendo em vista a presença da mulher que passa a ser disposta não somente em uma figura intrinsecamente dotada de extensa feminilidade, mas possuidora de caráter crítico.

Evidenciado seu caráter de ser, a escrita incluída em um contexto histórico auxilia no reconhecimento de suas características globais, como por exemplo, a autorrepresentação feminina em um caráter melancólico e passivo, compactuando com uma abstração compartilhada na época ao ser feminino. Nesse ponto de análise, fica evidente que não somente aqueles que tinham o poder, representado pela figura do homem, mas também as próprias mulheres detinham visões de si mesmas com essa estrutura.

O caráter constitutivo dessa mentalidade emerge devido a relações das quais os gêneros e suas concepções de papéis sociais se encontram. A maneira como as relações de poder atua em sua estrutura social compacta com a construção mental formada, e por isso, entender os mecanismo que fazem parte desse processo é essencial para que a escrita contextualizada faça parte de uma reconstrução de passado.

O androcentrismo, termo referente tanto ao conceito de patriarcado quanto a concepção de universalidade masculina, representa uma prática que se aplica aos desdobramentos dos quais a história das mulheres sofreu manifestações que atualmente ainda são sentidas e repetidas. A naturalização dos lugares dos quais as mulheres eram colocadas também auxiliavam e continuam auxiliando para esse quadro geral de hegemonia masculina, que desde os cânones reconhecidos se fazem presentes.

Portanto, constatar a importância da história das mulheres é permitir que o silêncio não seja parte do ser social da mulher, e que entender as relações com o sexo masculino compreende o entendimento do panorama geral de uma reconstrução. Tardiamente agregado ao conteúdo dos livros didáticos e de presença insipiente, as escritas femininas, e, conseqüentemente, a história das mulheres passa por impasses que constroem uma visão reduzida ou inexistente da necessidade e presença das mulheres em determinados contextos.

Se o silêncio apareceu na história como um atributo feminino, que constituía parte do suposto mistério constitutivo da mulher, e mesmo do feminino enquanto ideal, é preciso rever seu lugar e pensar os espaços do silêncio no qual as mulheres foram “confinadas”, resultado de um poder simbólico que a impôs papéis e identidades. (Losandro Antonio TEDESCHI, 2016, p. 154)

A reconstituição deve assim não somente ficar disposta com raízes em seu apagamento, mas com o simbólico que as constitui, intentando para uma análise que não se prende somente a um passado feminino que não foi

contemplado, mas também às consequências e desdobramentos que efetivaram conceitos que atualmente ainda encontram espaços de legitimidade. Portanto, pensar nas representações que formam o cerne histórico social, já que, “inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante” (Joan SCOTT, 1995, p. 73). Dessa forma, o panorama de estudos se estende objetivando uma reconstrução do que é importante, ou até mesmo, do que se tornou importante dentro dos estudos historiográficos abrindo espaço para uma necessidade de estudo.

Caracterizada por uma variação de concepções, o jornal *A Família* dispõe de uma representação de discursos de mulheres que apresentavam até mesmo divergências. No pressuposto de que o ser social é a expressão de uma coletividade que não é homogênea, o papel do jornal no processo de reconstituição de uma maneira de pensar que não se bastava em pareceres idênticos, expede uma visão de transformação de ideias, um olhar que estava em operação de reconhecimento de sua não anulação, formado de papel social vigente. O *despertar* de Maria Lúcia carrega essa premissa, e sua estrutura forma arcabouço para entender a formação de um entendimento coletiva. Dessa maneira, a construção do enredo do conto da autora caracterizada por uma reviravolta em função da maneira como a personagem em primeira pessoa do discurso encontra a verdade, ou seja, acorda pra essa realidade. A ideia de que esse fluxo provoca a elucidação remete aos passos dos quais o eu-lírico do texto projeta suas descobertas por meio do anjo que afirma:

Olha: em cada palavra, em cada rosto, não vês alguma cousa que não é natural... uma linha que dá uma feição mais dura aquelle todo appareitamente perfeito? | |' .Sim, sim. . respondilhe desçorando e tremula de emoção... Julgo ver agora projectar-se atraz d'aquellas transpareencias tianquillisadoras a sombra de uma... ironia. (A FAMÍLIA, 1888, n. X, p. 7)

O termo “ironia” aparece assim com uma conotação de enganação ou até mesmo mentira, e por isso, é importante salientar como a formação discursiva do texto tem suas particularidades, até mesmo para que não ocorram anacronismos tendo em vista os aspectos estruturais. Assim, a formação semântica do texto conversa com os impactos e tendências que caracterizam a composição do contexto histórico em si.

A formação do jornal *A Família* indica uma necessidade de autoafirmação, isso porque os espaços dos quais as mulheres faziam parte se restringiam. A composição de um ser melancólico que vagarosamente progride para o esclarecimento compartilha da mesma formação social das quais o ser feminino está sujeito. Nessa perspectiva, entendendo que o cerne de Maria Lúcia compreende uma restrição dentro de uma restrição, já que, além de ser mulher, era uma mulher que possuía possibilidades de fazer parte do mundo letrado. Fato que é retificado pelo pai chamado de *progressista* em *O Caixeiro* (1880), o que não era tão comum no período.

Dado essa série de restrições fica claro o caráter complexo das multiplicações que formam essa reconstrução do passado. As propriedades de entendimento devem assim ter por base as divergências de um status canonizado masculino em oposição à presença feminina que vagarosamente vai ocupando espaço no meio social. Muitas vezes cedida e não imposta, sua presença decorre de uma transformação que até nos dias de hoje nuances de controle são sentidas em âmbitos que ultrapassam a escrita.

### **Considerações finais**

A escrita não basta por si só porque é formada pelo externo. Tendo em vista que nos anos 70 a presença das mulheres em narrativas históricas foi objeto de estudo, já que, por muito tempo as organizações acadêmicas refletiam uma produção material ligada somente à figura masculina. Com os desdobramentos dos estudos, a análise de periódicos mostrou-se como mais um gama de objeto para fazer-se presente a historicidade feminina e sua relação com contextos históricos.

Assim, a escrita de Maria Lúcia revela que mesmo que tenham existido mulheres que possuíam desejo para escrever, ainda eram incipientes suas presenças na escrita brasileira. Maria Lúcia representou uma gama reduzida de mulheres, que com a presença de laços com uma classe que estava incluída no cenário dos jornais do século XIX, fez sua escrita germinar. Não isentando sua carreira do esforço contido para fazer sua voz presente em um cenário majoritariamente masculino, mas tendo em vista que restrições existiam.

A análise do conto de Maria Lúcia transpõe uma série de características que constituem um imaginário do final do século XIX. Desde as transformações que envolvem o crescimento demográfico, a produção de jornais,

a entrada de imigrantes estrangeiros europeus, até a forma de escrita presente em jornais influenciados pelo Romantismo Europeu, assim como o Romantismo brasileiro em ascensão, em específico o jornal *A Família*, que apesar da proposta inovadora ainda apresentava resquícios de concepções arraigadas ao feminino em uma perspectiva unicamente materna e dona do lar, dependendo da autora lida no jornal. Isso mostra que a produção de sentidos estava em processo de afirmação entre as mulheres, assim como, o fato de transformações sociais não acontecerem ao acaso, mas sim como processos.

## Referências

*A Família: jornal litterario dedicado a educacao da mae de familia*. São Paulo, SP; Rio de Janeiro, RJ: Typ. União, 1888-1894. il., retr. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=379034>. Acesso em: 26 jul. 2021.

*O Caixeiro: periodico noticioso, commercial e litterario*. Maceió, AL: [s.n.], 1880. 33x24cm. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/o-caixeiro/809586>. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=809586>. Acesso em: 11/05/2021.

*O Orbe*. Maceió, AL: Typ. Mercantil, 1880-1900.. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/doceader.aspx?BIB=260959>. Acesso em: 11 mai. 2021.

CANDIDO, Antonio. *O socialismo é uma doutrina triunfante*. [Entrevista cedida a] Joana Tavares. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, n. 435, 8 ago. 2011. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

ABREU, Márcia. Letras, Belas-letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, Carmem Zink (Orgs.) *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003a. (Coleção Histórias de Leitura).

POE, Edgar Allan. *A Filosofia da Composição*. In: POE, Edgar Allan: *ficção completa, poesia e ensaios*. (Orgs.), e Trans. Oscar Mendes e Milton Amado. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1981.

ANDRADE, Mário. *O empalhador de passarinhos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2019.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Pova, 2007, p. 69.

BARBOSA, João Alexandre. “Significação & metáfora: algumas reflexões sobre as relações entre literatura e sociedade”. *Revista Trans/formação*, v. 1, 1974, p. 91-104. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/issue/view/650>. Acesso em 15 jun. 2021.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A construção de identidades e a política de representação*. In: *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 77-87.

ZICMAN, René Barata. “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas”. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, v. 4, n. 04, 1985, p. 89-102. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em 14 jun. 2021.

GOMES, Valéria Severina; IAPECHINO, Mari Noeli Kiehl. “A inclusão cultural letrada no século XIX: o papel da imprensa”. *Revista Soletras*, n. 15, p. 45-59, 2008. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4738>. Acesso em 28 jun. 2021.

TEDESCHI, Losandro Antonio. “Os desafios da escrita feminina na história das mulheres”. *Revista Raído*, v. 10, n. 21, p. 153-164, 2016. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/5217>. Acesso em 25 jun. 2021.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

*Recebido em 27 de julho de 2021.  
Aprovado em 3 de setembro de 2021.*

# FORA DO ARMÁRIO: FOUCAULT E O PENSAMENTO QUEER

*OUTSIDE THE CLOSET: FOUCAULT AND THE QUEER THINKING*  
*FUERA DEL ARMARIO: FOUCAULT Y EL PENSAMIENTO QUEER*

André Malinski<sup>1</sup>

## Resumo

De que maneira o movimento e a teoria queer dialogam com as ideias de Foucault sobre sexualidade? Com o propósito de traçar uma investigação acerca desta questão, ampara-se, sobretudo, nos escritos de Tamsin Spargo e Guacira Lopes Louro, postos em cotejamento com as teorizações de Michel Foucault e seus conceitos de “resistência”, “sujeito” e “contraconduta”. Para isso, primeiramente aborda-se a respeito do contexto inicial do movimento e teorizações queer estadunidenses, no qual as ideias de Foucault foram retomadas por David Halperin e criticamente reformuladas por Judith Butler para tratar sobre construções de subjetividade enquanto gênero e sexualidades fora da normatividade.

**Palavras-Chave:** Foucault; pensamento queer; sexualidades não normativas; contraconduta.

## Abstract

In what way the queer movement and theory dialogue with Foucault’s ideas about sexuality? In order to outline an investigation on this issue, the paper sustains, especially on the writings of Tamsin Spargo and Guacira Lopes Louro, put into mutual comparison with the theories of Michel Foucault and his concepts of “resistance”, “subject” and “counter-conduct”. Therefore, at first this paper addresses the initial context of the queer movement and theories in the United States, in which Foucault’s ideas were taken up by David Halperin and critically reworked by Judith Butler to treat about the constructions of subjectivity as gender and sexualities outside of normativity.

**Keywords:** Foucault; queer thinking; non-normative sexualities; counter-conduct.

## Resumen

¿Cómo dialogan el movimiento y la teoría queer con las ideas de Foucault sobre la sexualidad? Para esbozar una investigación del asunto en cuestión, este artículo apoyase, sobre

.....

1. Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, na linha Arte, Memória e Narrativa (PPGHIS-UFPR, Bolsista Capes). Mestre pela mesma instituição e linha (2019). Licenciado em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Paraná (Embap-UNESPAR, 2016). Contato: andre.malinski@gmail.com

todo, en los escritos de Tamsin Spargo y Guacira Lopes Louro, comparados con las teorías de Michel Foucault y sus conceptos de “resistencia”, “sujeto” y “contraconducta”. Para hacerlo, este texto aborda en primer lugar el contexto inicial del movimiento y las teorizaciones queer estadounidenses, en el que las ideas de Foucault fueron retomadas por David Halperin y críticamente reformuladas por Judith Butler para abordar las construcciones de subjetividad como género y sexualidades fuera de la normatividad.

**Palavras-Chave:** Foucault; pensamiento queer; sexualidades no normativas; contraconducta.

## **Introdução: queerização de pensamentos foucaultianos**

É filosofia o movimento pelo qual, não sem esforços, hesitações, sonhos e ilusões, nos separamos daquilo que é adquirido como verdadeiro, e buscamos outras regras de jogo.

É filosofia o deslocamento e a transformação dos parâmetros de pensamento, a modificação dos valores recebidos e todo o trabalho que se faz para pensar de outra maneira, para fazer outra coisa, para tornar-se diferente do que se é.

Michel Foucault, 1980: *Ditos e Escritos II*, 2005.

A produção intelectual do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), combinada com suas experiências e modos de vida pessoais, tem contribuído significativamente para os estudos em relação a gênero e sexualidades divergentes da normatividade vigente, especialmente nas teorizações queer<sup>2</sup>. Em vista disso, este ensaio se propõe a traçar uma revisão das aparentes afinidades entre os pensamentos foucaultiano e queer, sem desprezar as tensões entre esses. Nessa perspectiva, investiga-se a respeito de como essa aproximação de ideias ocorre, e em quais pontos convergem. Então, por meio de uma abordagem comparativa, retomam-se aqui alguns escritos que trataram acerca de contribuições de Foucault para a teoria queer, e, de outra parte, ampara-se em escritos e depoimentos do intelectual, nos quais é possível observar correspondências com as propostas e atitudes que viriam a ser nomeadas como queer.

Deste modo, se mostra pertinente versar sobre parte das teorizações elaboradas por Foucault, bem como emprestar alguns de seus termos. O conceito

.....

2. A exemplo do uso do termo “queer” por Guacira Lopes Louro, opta-se em não destacá-lo em itálico, pois (apesar de ser de língua estrangeira), este foi absorvido no Brasil sem alterações na sua grafia ou significado, tanto no uso informal quanto erudito. Algo semelhante ao que acontece com o termo “gay”.

de “resistência” é uma palavra-chave para pensar as relações de poder no entendimento dele. Esta foi empregada no primeiro volume (publicado em 1976) de sua inacabada *História da Sexualidade*, no qual afirma: “onde há poder há resistência” (Michel FOUCAULT, 1988, p. 91). Outro conceito crucial para o filósofo é “sujeito”, com seu caráter ambivalente para se referir aos indivíduos: (1) “submisso ao outro pelo controle e pela dependência”; (2) “ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si”. Nos dois casos, segundo Foucault (2014, p. 123), “essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete”. Além desses, destaca-se a noção de “contraconduta”, conforme proposto pelo filósofo no curso de 1977-1978, *Segurança, território, população* (FOUCAULT, 2008). Este termo está atrelado à conceituação de resistência de sujeitos frente aos mecanismos de controle comportamental socialmente estabelecidos, contudo, pressupõe uma postura ativa, diferente das concepções de revolta e dissidência. Tais noções são bastante apropriadas para se ponderar a respeito do pensamento queer por acionarem os jogos entre saber e poder presentes nos debates sobre comportamento e sexualidade.

Logo no momento inicial das teorizações queer, nos anos 1990, David Halperin associaria o movimento às ideias de Foucault quanto ao ato de tornar-se homossexual, no sentido de que lésbicas e gays deveriam se construir (ou afirmar) enquanto sujeitos, valorizando suas próprias subjetividades. Segundo a argumentação de Halperin (2010, p. 140), “*Indeed, in the stress he lays on becoming instead of being, Foucault would seem to have anticipated the recent displacement of gay politics by the antiessentialist, anti-assimilationist, anti-identitarian brand of contemporary sexual identity politics that goes by the name of queer*”<sup>3</sup>. Essas considerações de David Halperin (1995) são parte do seu estudo publicado no livro, *Saint Foucault: Towards a Gay Hagiography* (Santo Foucault: Rumo a uma Hagiografia Gay).

Essa produção se mostra relevante nas análises de Tamsin Spargo, pois ela demonstra concordar com Halperin ao pontuar que “a vida e a obra de Foucault, bem como suas conquistas e a demonização, fizeram dele um modelo poderoso para gays, lésbicas e intelectuais, e sua análise das inter-relações entre saber, poder e sexualidade foi o catalizador intelectual mais importante da teoria queer” (Tamsin SPARGO, 2017, p. 12). Essas colocações

.....

3. Tradução: De fato, com a ênfase depositada em tornar-se em vez de ser, Foucault parece ter antecipado o recente deslocamento da política gay para as pautas não essencialista, não assimilacionista e não identitária da política de identidade sexual contemporânea conhecida como queer.

estão alinhadas às concepções de Jonathan Kemp (2009, p. 11), que – também amparado em Halperin – vai além ao considerar que “sem Foucault, em particular, o queer poderia nunca ter acontecido, embora seja uma palavra que ele mesmo nunca usou”. Por seu turno, Guacira Lopes Louro (2018, p. 39) acrescentou que “a construção discursiva das sexualidades, exposta por Foucault, vai se mostrar primordial para a teoria queer”. Porém, essa autora expressou sua discordância quanto ao argumento de que o filósofo estaria “na origem do que veio a se chamar teoria ou estudos queer”, e advertiu: Foucault “nunca pretendeu fundar qualquer teoria nem inaugurar nada”. Apesar dessa ressalva, em alinhamento ao pensamento dos autores supracitados, para Louro, “o queer está enredado com o pensamento de Michel Foucault. As ideias do filósofo se constituem em uma das condições de possibilidade para a construção de um modo queer de ser e pensar” (2018, p. 84).

Somado a isso, se faz apropriado agregar abordagens de Judith Butler, a qual retomou criticamente partes dos debates de Foucault para construir seus escritos sobre sexualidade, identidade, gênero e performatividade. Em seu estudo publicado no livro *Problemas de Gênero* em 1990, ela argumenta que “a crítica foucaultiana da categoria de sexo provê uma visão das práticas reguladoras de algumas ficções médicas contemporâneas, concebidas para designar um sexo unívoco” (BUTLER, 2015, p. 12). Com isso, Butler situa a forma como ela se amparou nos estudos de Foucault, para, a partir desses, construir algumas de suas argumentações. Segundo Butler,

o sexo, já não mais visto como uma ‘verdade’ interior das predisposições e da identidade, é uma significação performativamente ordenada [...], uma significação que, liberta da interioridade e da superfície naturalizadas, pode ocasionar a proliferação parodística e o jogo subversivo dos significados do gênero. (BUTLER, 2015, p. 70)

Nessa colocação da autora percebem-se os debates de Foucault, bem como as questões essenciais do pensamento queer, no qual há grande ênfase nos discursos afirmativos e nas ações subversivas.

As diferentes construções de subjetividades emergentes não cabem nos parâmetros convencionais, e, portanto, é urgente ampliar os estudos a respeito das recentes alternativas de entender-se como indivíduos e de conduzir-se em sociedade. Ademais, nas profundas transformações em curso na atualidade, como sugerem as recentes considerações de Paul Beatriz Preciado (2020), o complexo pensamento foucaultiano se

apresenta como um ancoradouro fundamental para tratar sobre os mecanismos de controle dos corpos. Então, como exposto aqui, o interesse acadêmico acerca das sexualidades não normativas desponta desde a década de 1990, sobretudo aqueles abalizados na teoria queer, a qual se mostra em expansão.

### **Queer: a palavra de um movimento teorizado**

Usar “queer” é uma maneira de lembrarmos como somos percebidas pelo resto do mundo.

É uma maneira de dizermos que não precisamos ser pessoas empolgadas e charmosas, que levam suas vidas discretamente e à margem do mundo hétero.

Usamos queer como homens gays que amam lésbicas e lésbicas que amam ser queer.

Queer, ao contrário de gay, não significa macho.

Manifesto Queer Nation - 1990 <sup>4</sup>

O uso do termo “queer”<sup>5</sup> surgiu como uma forma de ressignificação tanto da palavra quanto da maneira de se posicionar diante das ideias preconceituosas e nocivas contra os indivíduos homossexuais que não se encaixavam no “armário” da heterossexualidade ou no “armário” dos “gays” ou “lésbicas” submetidos ao “padrão hétero” de se comportar, isto é: a heteronormatividade. Essa incômoda imposição culturalmente enraizada em nossas sociedades, segundo descrição de Louro, supõe e reitera a existência de um alinhamento “normal” com a “a manutenção da continuidade e da coerência entre sexo-gênero-sexualidade” (2018, p. 98). Dito de outra maneira, trata-se de uma concepção restritiva de continuidade e consequência entre o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual de uma pessoa, atreladas a regimes de poder sexistas, num sistema de heterossexualidade compulsória – aspectos que, no pensar de Butler (2015) são parte das diversas “normas” reguladoras da sociedade.

.....

4. Panfleto “anonimamente publicado por queers” que “originalmente circulou entre as pessoas que protestavam num ação da *ACT UP*, durante a Parada Gay de Nova York de 1990”. (MANIFESTO QUEER NATION, 2016).
5. O termo “queer” em inglês pode ser traduzido como “estranho” ou “esquisito”. Uma “gíria usada principalmente nos discursos homofóbicos [algo similar a “transviado” e “sapatão”] mas também por alguns homossexuais que queriam usar o termo em vez de ‘gay’ ou ‘lésbica’” (SPARGO, 2017, p. 13; 31).

Em oposição direta às tais *normas*, o pensamento subversivo implicado no uso da palavra queer seria assimilado politicamente pelo *Queer Nation*<sup>6</sup>, um “grupo formado em Nova York em 1990 [que] indicou, no nome e na retórica, a reapropriação de um termo que, até então, estava predominantemente vinculado à homofobia e ao preconceito” (SPARGO, 2017, p. 30). A argumentação ativista por meio da reversão do termo estava evidenciada no manifesto do grupo e parece consonante com o pensamento foucaultiano de que a articulação entre poder e saber vem justamente por meio do discurso (FOUCAULT, 1988, p. 95). Em alinhamento com esta ideia, Butler (*In: PRINS; MEIJER, 2002, p. 163*) declara que os discursos habitam os corpos, os quais efetivamente “carregam discursos como parte de seu próprio sangue”.

Contudo, a associação de homossexuais no *Queer Nation*, assim como no *ACT UP (Aids Coalition to Unleash Power)*<sup>7</sup>, surgiu com a necessidade de luta por sobrevivência no contexto de agravamento da epidemia da aids, a qual – vinculada ao crescente número de mortes, e também por causa deste – desencadeou um pânico em relação às práticas sexuais gays. A situação era ainda pior nos Estados Unidos, onde o governo relutava em reconhecer a emergência epidêmica, e não se mobilizava no combate à propagação devastadora do HIV. De acordo com Spargo, a doença provocava retrocessos nas conquistas dos movimentos gay e lésbico, dado que,

com o surgimento da aids, essa coletividade já cindida se viu diante de um novo conjunto de pressões. Os discursos populares que deturpavam a aids como doença típica dos gays contribuiriam para uma renovação da homofobia e tornaram necessária uma revisão das estratégias assimilacionistas<sup>8</sup>. A aceitação muito rapidamente se revelou como tolerância, que não demorou a se tornar intolerância. (SPARGO, 2017, p. 29)

Colocadas nesses termos, a autora evidencia o quanto eram frágeis, se não falsas, essas conquistas, e o quanto as manifestações anti-aids

.....

6. Tradução: Nação Esquisita. Mais informações disponíveis em <https://queernationny.org/>. Acesso em 31/03/2020.
7. Em inglês a sigla soa como uma convocação para agir, desobedecer. Tradução: Coalizão da Aids para Libertar o Poder (GRAN FURY, 2021). Mais informações disponíveis em <https://actupny.org/>. Acesso em 31/03/2020.
8. A política assimilacionista pretende integrar todos na sociedade, porém sem mexer em sua matriz. Isto é: essa proposta procura “assimilar os grupos marginalizados e discriminados aos valores, mentalidades, conhecimentos socialmente valorizados pela cultura hegemônica” (Vera Maria CANDAU, 2008, p. 50).

demandaram outros mecanismos de ação dos grupos ativistas que surgiam a partir de então, fazendo-se necessária outra maneira de se conduzir. Ou seja, a chamada “doença gay” funcionou como um “catalizador biopolítico”, segundo Spargo, visto que gerou estratégias ativistas de resistência mais astutas e radicais “para atacar o poder”, e pareciam materializadas nos referidos grupos (SPARGO, 2017, p. 23-24).

Não obstante, pode-se observar que a urgência provocada pela crise da aids teve papel detonador de um sentimento incômodo anterior, traduzido no ímpeto afoito de alguns militantes mais entusiasmados. Em concordância com Louro,

é possível dizer que tudo começou com alguns ativistas e intelectuais ligados às chamadas sexualidades “diferentes” que se mostravam descontentes com o disciplinamento e a normatização que pareciam vir de todos os lados. Eles e elas se anunciavam queer e resolviam proclamar sua indisciplina, sua disposição antinormatizadora. Diziam (ou pareciam dizer): “Pouco nos importa se nos qualifiquem como estranhos, se nos chamam de ‘viados’ ‘bichas’, ‘sapatões’. É isto mesmo que queremos ser; é assim mesmo que queremos nos mostrar. Não se preocupem em nos integrar. Abaixo sua tolerância paternalista e benevolente! Nós a dispensamos. Não precisamos de sua indulgência” (LOURO, 2018, p. 95-96).

Com o descaramento dessa postura afirmativa nos discursos e atitudes, os sujeitos (assujeitados e subjetivadores) socialmente desprezados, por não se adequarem aos padrões hegemônicos de aparência ou comportamento, assumiam papel ativo na relação com seus discriminadores, revertiam a situação ao desavergonharem-se dos rótulos que lhes eram impostos. Diferentemente dos gays e lésbicas – que, ou não “davam pinta”, ou não agiam como “caminhoneiras”, para, assim, serem socialmente aceitos – os que se assumiam queers abririam para outro tipo de atuação: se impunham nas sociedades como as pessoas “esquisitas”. Isso parece ser ressonante às ideias que Foucault defendia em 1982:

Sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é descobrir, mas recusar o que somos. Devemos imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos dessa espécie de “dupla obrigação” política que são a individualização e totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. Precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que se nos impôs durante vários séculos. [...] O que define uma relação de poder é um modo de

ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes (FOUCAULT, 2014, p. 118; 132).

Neste trecho podem-se destacar alguns pontos análogos às propostas do movimento queer, o qual recusa o tipo binário de individualidade historicamente imposta com a promoção de novas formas de subjetividade, por meio da subversão das ações depreciativas do poder normativo. Sobretudo com ações discursivas pela apropriação do xingamento, causando uma reversão de significado pelo estranhamento do mesmo – a queerização. Na visão de Louro (2018, p. 98), esse seria um estranhamento produtivo, provocado por tudo aquilo que o pensamento queer abarca, pois, “mais do que uma identidade, queer sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver”. Quanto ao campo teórico, Louro pondera que “o pensamento segue direção semelhante ao movimento social”. Esse aspecto estaria vinculado ao próprio caráter contestatório desse movimento, avesso às ideias conclusivas e, conseqüentemente, enclausurantes. Ao tratar a esse respeito, Spargo esclarece:

A teoria queer não é um arcabouço conceitual ou metodológico único ou sistemático, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Se a teoria queer é uma escola de pensamento, ela tem uma visão profundamente não ortodoxa de disciplina. O termo descreve uma gama diversificada de práticas e prioridades críticas: interpretações da representação do desejo entre pessoas do mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análises das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero; estudos sobre identificação transexual e transgênero, sobre sadomasoquismo e sobre desejos transgressivos. (SPARGO, 2017, p. 13)

À vista disto, considera-se coerente que as abordagens sobre o pensamento queer aliem-se à ousadia, ao alternativo, às propostas experimentais, que possam testar limites, que arrisquem e favoreçam a autoexposição. Nesse sentido, a teorização desse movimento demonstra buscar certa queerização também na escrita e na forma, notada inclusive na carga de humor e ironia comumente presente nas produções textuais queer. Vale observar que muitas das pessoas que se propõem a esta tarefa deixam a entender que também são queer, em alguma medida. Isto é, aparentemente a construção da teoria queer, assim como o movimento, demanda uma espécie de engajamento por parte do autor ou autora, aspecto em que Foucault mostrou-se inserido, pois

ele se declarou avesso às limitações das categorizações identitárias, se aproximou de grupos homossexuais e esclareceu sobre sua própria sexualidade em entrevistas. Além disso, o filósofo expressava uma dose de ironia que pode ser associada à cultura gay (e queer).

Esse tipo de humor sarcástico, no limite do deboche, parece estar no cerne dos propósitos queer, como observado no próprio jogo estabelecido na apropriação reversiva da gíria pejorativa associada ao termo “queer”. Tal aspecto foi ponderado por Butler, para quem,

os termos *queens*, *butches*, *femme*, *girls*, e até a reapropriação parodística de *dyke*, *queer* e *fag*<sup>9</sup>, redesdobram e desestabilizam as categorias sexuais e as categorias originalmente derogatórias da identidade homossexual. Todos eles podem ser entendidos como sintomáticos da “mentalidade hetero”, como formas de identificação com a versão do opressor para a identidade do oprimido. (BUTLER, 2015, p. 212)

Essa não sujeição aos padrões heteronormativos representada por meio de nomenclaturas controversas se mostra corporificada na figura bem-humorada da *drag queen*. Essa personagem (usualmente composta por um sujeito/ artista gay transformado/ travestido com recursos artificiais que recriam estéticas atribuídas ao feminino) não pretende necessariamente se passar por mulher. Seu ato “pode ser compreendido como uma paródia de gênero: ela imita e exagera, se aproxima, legitima e, ao mesmo tempo, subverte o sujeito que copia”, como bem observado por Louro (2018, p. 78-79), seria justamente por conta disso que “ela leva a perceber sua não-naturalidade. Sua figura estranha e insólita ajuda a lembrar que as formas como nos apresentamos enquanto sujeitos de gênero e sexualidade são, sempre, formas inventadas e sancionadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos”. Essa interpretação da *drag* parece diretamente relacionada com a análise de Butler (2015, p. 212): “as categorias parodísticas servem ao propósito de desnaturalizar o sexo. [...] Tratar-se-ia de uma ‘apropriação’ colonizadora do feminino? Creio que não. Tal acusação supõe que o feminino pertença às mulheres, uma suposição certamente suspeita”.

A percepção dessas autoras se mostra em concordância com uma das irônicas “palavras de ordem” da *drag queen* estadunidense RuPaul (2015), “*We’re all*

.....

9. As gírias citadas tem equivalências apenas aproximadas no Brasil: *queens* (*bicha*), *butches* (lésbica masculinizada - *caminhoneira*), *femme* (lésbica feminina - *lady*), *girls* (*bicha* - *garota*), *dyke* (*sapatão*), *fag* (*bicha* - *viado*).

*born naked / And the rest is drag*<sup>10</sup>. Esse tipo de “humor gay” se entrelaça com o *camp* – em termos estéticos/estilísticos, visuais ou em forma de textos/narrativas (Susan SONTAG, 1987). Pela perspectiva do pensamento queer, conforme Spargo, o *camp* é destituído da negatividade atribuída ao estilo performativo “afetado” de homossexuais “exuberantes” ou “enrustidos”.

Embora a interpretação equivocada de performatividade – ou seja, a de que podemos escolher de que gênero somos – esteja completamente em desacordo com as compreensões foucaultianas e queer de subjetividade, a ideia de que alguns estilos hiperbólicos de performance de gênero podem ser subversivos tem sido acertadamente relacionada ao *camp*. [...] A performance *camp* transforma esse sujeito em ser, ao mesmo tempo que funciona como crítica cultural. Isso parece ter relação direta com o modelo de performatividade de gênero de Butler e com seu potencial subversivo por meio da distorção ou da queerização. (SPARGO 2017, p. 45)

As observações de Spargo elucidam o quanto – apesar de poder ser vista como uma “brincadeira” que transpassa os clichês de masculino e feminino – a política queer pode mostrar sua vertente mais aguda na *drag* ou no estilo *camp*, pois essas seriam as expressões mais escancaradamente opostas às propostas identitárias ou assimilacionistas. Conforme colocado pela autora, “em termos foucaultianos, podemos interpretar isso como a corporificação da resistência”. Ademais, Spargo (2017, p. 47-48) complementa: “Esse tipo de resistência não está limitado aos aspectos mais dramáticos da performance. A teoria e a cultura queer podem enfatizar as associações entre teatralidade e política em vez de enxergá-las como mutuamente excludentes”. Um exemplo disso, são as *The Sisters of Perpetual Indulgence* uma “congregação” de gays em *drag*-freiras formado em 1979 para “pregar” em defesa das causas das irmãs e irmãos da sua comunidade. As “*Sisters*” ganharam as ruas<sup>11</sup>, e marcam presença nas Paradas LGBTI+<sup>12</sup> nos Estados Unidos e na Europa, e, assim como os grupos *ACT UP* e *Queer Nation*, se engajaram na luta contra a aids.

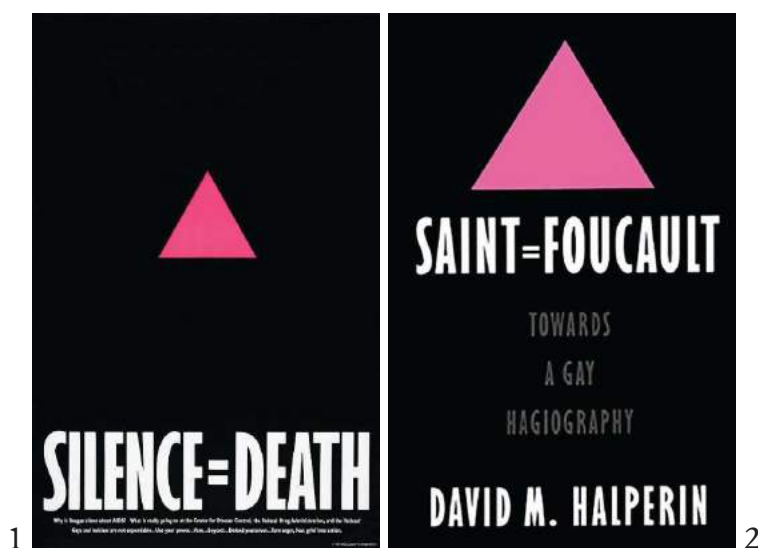
.....

10. Tradução: Todos nascemos pelados / E o resto é *drag*.

11. Mais informações disponíveis em <https://www.thesisters.org/>. Acesso em 31/03/2020.

12. A sigla LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e mais) é adotada conforme indicado pela Aliança Nacional LGBTI. O símbolo “+” é uma forma de deixar a sigla aberta para contemplar “outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero”. Dentre estas está o Queer (ou “questionamento de gêneros”), o qual é representado pelo “Q” em algumas versões da sigla. (Toni REIS, 2018, p. 7; 63).

A forma irônica de ativismo, misturada a menções ao cristianismo e à militância pela conscientização sobre a crise da aids, pode ser definida emprestando as palavras de Louro (2018, p. 87): “a ironia e o humor carregam potencial subversivo e, muitas vezes, podem se mostrar como uma forma privilegiada de dizer o que, de outro modo, não pode ser dito”. Esse caráter crítico se mostra graficamente no cartaz do *Silence = Death Project* (assimilado pelo ACT UP), bem como no mencionado livro de David Halperin, *Saint Foucault*.



**Figura 1 e 2:** Comparativo entre o cartaz da campanha de combate à aids do *SILENCE=DEATH Project* (1987) e a capa do livro *Saint Foucault* de David Halperin (1995). Fontes: (1) Brooklyn Museum; (2) Halperin, 1995.

*#PraTodoMundoVer* A imagem do cartaz é composta por um triângulo rosa centralizado sobre fundo retangular preto, com texto branco na parte inferior. De forma semelhante, a capa do livro tem um triângulo rosa na metade superior e texto branco centralizado sobre fundo retangular preto.

O cartaz com caráter panfletário (Figura 1) tem composição impactante com elementos mínimos: um triângulo rosa centralizado e as palavras em letras garrafais “SILENCE = DEATH” (SILÊNCIO = MORTE) sobre fundo preto. Contudo, a potência sintética da imagem – que põe em evidência direta a “mensagem” com intenções mobilizadoras – ganha forte carga dramática pelas referências às quais remete. O triângulo rosa remete ao símbolo que foi usado pelo regime nazista para marcar os homossexuais masculinos levados à morte em campos de concentração nos anos 1930 e 1940 (uma apropriação reversiva semelhante à realizada com

os termos pejorativos pela comunidade de gays e lésbicas). E as palavras de ordem colocavam em xeque o silêncio de Ronald Reagan (então presidente dos Estados Unidos) a respeito da aids, numa época em que a doença era sinônimo de morte, e atingia principalmente a população gay. O texto em letras miúdas<sup>13</sup> coloca isso de forma explícita e inclui no questionamento a postura do Vaticano sobre a enfermidade (visto que o Papa João Paulo II havia se pronunciado contra o uso de preservativos), além de convocar a comunidade a exercer seu poder: “*Turn anger, fear, pain into action*”. Nas palavras dos ativistas do ACT UP e Gran Fury (2021, p. 295), Tom Kalin, Michael Nesline e John Lindeli: “De muitas formas, o cartaz se tornou um marco para pessoas que sentiam muita raiva ou um sentimento de desespero pela crise da Aids”.

De outra parte, em explícita referência ao mencionado cartaz, a capa do livro *Saint Foucault* (Figura 2), é uma espécie de apropriação da apropriação. Dado que a composição utiliza os mesmos elementos centralizados (rearranjados e com diferentes dimensões) da peça de campanha ativista *Silence = Death Project*: um triângulo rosa e palavras brancas em caixa alta contrastantes sobre fundo preto. Essa escolha de aproximação provavelmente traduziria a percepção do autor do livro, Halperin (1995, p. 122), que via o grupo ACT UP como a “materialização política mais original, inteligente e criativa da reconceituação estratégica de Foucault das ideias de sexo, saber e poder”. Outrossim, a capa situa de forma clara e imediata o propósito da publicação ao sugerir uma estreita relação do filósofo francês com o movimento homossexual e a crise da aids. O título, por seu turno, segue a mesma diagramação do cartaz, incluindo o acréscimo do símbolo “=” entre “Saint” e o nome do filósofo, e sarcasticamente alude a uma espécie de beatificação do Foucault como gay e santo em vias de ter sua trajetória narrada em uma hagiografia. Essa provocação um tanto debochada indica o “tom” do discurso do livro, numa forma queer de agir e verbalizar.

.....

13. “*Why is Reagan silent about AIDS? What is really going on the Center for Disease Control, the Federal Drug Administration, and the Vatican? Gays and lesbians are not expendable... Use your power...Vote...Boycott... Defend yourselves...Turn anger, fear, pain into action*” (BROOKLYN MUSEUM). Tradução: Por que Reagan está silencioso sobre a AIDS? O que realmente está acontecendo no Centro de Controle de Doenças, na Administração Federal de Medicamentos e no Vaticano? Gays e lésbicas não são dispensáveis ... Use seu poder ... Vote ... Boicote ... Defenda-se ... Transforme raiva, medo, dor em ação.

Para além disso, desde aquele momento inicial nas décadas de 1980-90 até o tempo presente houve relevantes desdobramentos do pensamento queer(izante). Contudo, à medida em que esse movimento se torna mais conhecido e estudado, é preciso reavivar as estratégias de ressignificação para evitar que este se converta em mais um termo usado para “categorizar” pessoas. Ou, ainda, mais um “armário” no qual nos refugiamos enquanto “os estranhos”, e, justamente por isso, pode acabar se tornando outro gueto/prisão. É preciso atentar para a advertência de Spargo (2017, p. 46): “As críticas queer à normatividade não podem negligenciar a capacidade de os discursos e saberes dominantes se apropriarem da subversão e de contê-la”. Ou, é preciso retomar novamente o pensamento foucaultiano, e as propostas de resistência inclusas nele.

### **Foucault: sexualidade, conduta e contraconduta**

Não me preocupo de maneira nenhuma com o status universitário do que faço, porque meu problema é minha própria transformação. [...] Essa transformação de si pelo seu próprio saber é, penso, algo bastante próximo da experiência estética. Por que um pintor trabalha, se ele não é transformado por sua pintura?

Michel Foucault, 1983 (Ditos e Escritos IX, 2014).

Nascido na cidade de Poitiers (interior da França), em 1926, Michel Foucault atuou como intelectual em Paris, após a Segunda Grande Guerra, em meio à chamada “Revolução Sexual”, na qual “boa parte das sociedades ocidentais vivenciou uma inflexão histórica na compreensão da sexualidade, do desejo e das possibilidades relacionais”, como lembrado por Richard Miskolci (*In*: SPARGO, 2017, p. 86). Nessa época (1960-80) “movimentos feministas se organizaram em torno da demanda do direito à contracepção. [...] Homossexuais, por sua vez, lutaram pela despatologização da homossexualidade e sua descriminalização” (MISKOLCI, *Ibidem*). Tal comportamento estava alinhado à contracultura e às tendências *unissex* representadas por artistas que despontavam com visual andrógino, sintetizado nas figuras de David Bowie, na Inglaterra, e de Ney Matogrosso, no Brasil. Esses personagens emblemáticos, assim como outros, abriram caminho e serviram de inspiração para novas manifestações, como as performáticas *drag queens*, que se popularizaram

nas décadas 1980-90 e, como visto, curto-circuitaram as representações binárias de masculino e feminino.

De sua parte, Foucault percebia e participava dessas transformações, as quais afetariam sua vida e, de alguma forma, se converteriam em seus objetos de estudo. Em uma observação retrospectiva sobre si mesmo, ele disse que sua produção intelectual o teria levado a analisar as relações entre os indivíduos, seus “jogos de verdade” e os problemas do “saber-poder”<sup>14</sup>. Com efeito, sua inquietação o conduziu a uma trajetória de pesquisas teóricas em diálogo com o seu momento histórico e ao desafio de transitar por áreas diversas de conhecimento, sobretudo ligadas à filosofia e à história. No entanto, Michel Foucault manifestava desconforto com a posição de historiador ou filósofo, assim como com outras categorizações. Seu último projeto, sobre como as condutas sexuais seriam problematizadas no passado, foi interrompido por sua morte em 1984, após complicações em decorrência da aids.

Influenciado por Friedrich Nietzsche, conforme declarara, Michel Foucault elaborou sua maneira *genealógica* de “escavar” o passado a partir das questões observadas no seu presente (2017, p. 253). Dessa forma, em seu primeiro volume da *História da Sexualidade*, ele observou como as relações entre saberes e poderes passaram pelo século XIX e chegaram até o início do XX. Foucault, então, debateu acerca da *hipótese repressiva*, segundo a qual bastaria destituir o poder dominante para restituir a liberdade dos sujeitos – teoria que o filósofo evidenciou não ser suficiente para se entender o caráter político no esforço em controlar os corpos e as sexualidades das pessoas. De acordo com Foucault (1988, p. 147), os controles das condutas acontecem de maneira capilar no tecido social e são mecanismos que ele relacionou com o dispositivo da sexualidade, contra o qual, “o ponto de apoio não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres”. Ainda nesse livro, Foucault propõe a noção de *biopoder* e *biopolítica*, a partir da observação dos processos históricos do controle e regulação dos corpos.

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. [...] Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de

.....

14. Para Foucault, “jogo” corresponderia a “um conjunto de regras de produção da verdade” inerentes às tramas entre o saber e o poder, por meio de “procedimentos que conduzem a um certo resultado” (FOUCAULT, 2017, p. 268; 276).

afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser. (FOUCAULT, 1988, p. 135)

Essas conceituações seriam determinantes para novos estudos referentes a sexualidade e gênero, como os produzidos por Butler, assim como os realizados por Louro (2018, p. 85), segundo a qual, Foucault elaborou novas questões e “revirou verdades” sobre da sexualidade, “duvidou do suposto silêncio e repressão que a teriam cercado e afirmou que, em vez disso, essa era uma questão sobre a qual muito se falava e há muito tempo. Assumindo sua ótica, passamos a afirmar que a sexualidade era e é construída discursivamente”.

Mais tarde, Foucault (1984) redirecionou sua ambiciosa pesquisa, acerca da problematização das práticas sexuais, e retornou à Antiguidade, para buscar entender de que maneira os costumes do período clássico grego e greco-romano teriam continuidades, reelaboraões e modificações no início do cristianismo. Em concordância com Miskolci,

a interpretação foucaultiana abarca um período em que o domínio dos saberes naturalizantes e normalizadores sobre o sexo era maior e menos contestado do que passou a ser na década de 1970. De forma sintética, a contribuição de Foucault em sua obra devotada à análise histórico-social da sexualidade exige ponderar seu poder analítico para compreender o terço final do século XX, marcado por transformações políticas e culturais. (SPARGO, 2017, p. 92)

Além dessas ponderações, ao entender a homossexualidade como uma construção do século XIX, o filósofo desencadeou reflexões sobre a própria categorização dos indivíduos como tal, e alertou a respeito do quanto isso restringe sem dar conta da complexidade das individualidades. Tais colocações evidenciaram o problema das políticas identitárias dos anos 1970-80, e as tentativas de afirmação dos movimentos homossexuais pela via assimilacionista. Como lembrado por Spargo (2017, p. 27), os exemplos de experiências homossexuais “divulgados em campanhas políticas” nos anos 1980 “foram criticados por privilegiar os valores da classe média branca, [e] as tensões entre gêneros e entre os imperativos de gênero e sexualidade também provocaram discussões acaloradas e revelaram a fragilidade do modelo comunitário da política gay e lésbica”. Diferente disso, os estudos de Michel Foucault traziam ponderações sobre a multiplicidade de formas de sexo e prazer. Entre os outros autores que traziam debates nesse sentido

– e também contribuiriam para o pensamento queer – destaca-se Gilles Deleuze, com quem Foucault teve uma relação de amizade conturbada; e também Jacques Derrida, conforme observado por Louro:

a operação de desconstrução, proposta por Jacques Derrida, parecerá, para muitos teóricos e teóricas, o procedimento metodológico mais produtivo. [...] Os estudos queer assumem o caráter discursivo da sexualidade e, seguindo Foucault (mas também Derrida), questionam binarismos de toda ordem. Assumem a dispersão e a multiplicidade; aclamam a “proliferação de prazeres” e a “multiplicação de sexualidades disparatadas”; acolhem sujeitos e práticas que negam ou contrariam as normas regulatórias das sociedades. Provavelmente são muitos os elementos dos escritos foucaultianos que se poderiam perceber enredados no movimento queer. Particularmente, me chama a atenção suas formulações e comentários sobre a resistência. (LOURO, 2018, p. 39; 86)

A noção de “resistência” foi amplamente debatida por Foucault na *História da Sexualidade 1*, e é, de fato, bastante apropriada para se amparar em análises a respeito de ações/atitudes rebeldes como as do movimento queer. Visto que, para o filósofo, os focos de resistência podem surgir de maneira difusa, “disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento” (FOUCAULT, 1988, p. 92). De forma complementar, Foucault retomou essa conceituação em outros momentos, dos quais o seu depoimento de 1982, originalmente destinado à revista canadense *Body Politic*, talvez seja o momento que Foucault trata disso de forma mais enfática:

Veja, se não houvesse resistência, não haveria relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. No instante em que o indivíduo está em situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem, então, em primeiro lugar, e ela fica superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, as relações de poder a mudar. Eu considero, então, que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra-chave dessa dinâmica. (FOUCAULT, 2014, p. 257)

Antes disso, ele trataria a respeito de resistência no seu curso *Segurança, território, população* (no Collège de France em 1977-1978), no qual pensou historicamente sobre ações e comportamentos de contrários ao “poder pastoral”, instituído sob a lógica cristã que coloca as pessoas como ovelhas

a serem conduzidas e resgatadas quando desgarradas (FOUCAULT, 2008). A partir da observação de atitudes contrárias ao tal regime de controle de uns sobre os outros, que se alteram ao longo do tempo, Foucault chegou a um termo que se mostra adequado para elaborar abordagens em relação ao movimento queer: a *contraconduta*.

palavra que só tem a vantagem de possibilitar referirmos ao sentido ativo da palavra “conduta”. *Contraconduta* no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros, o que faz que eu prefira essa palavra a “inconduta”, que só se refere ao sentido passivo da palavra, do comportamento: não se conduzir como se deve. (FOUCAULT, 2008, p. 266)

Essa forma ativa para o termo, traçada por Foucault, o situa em posição bastante alinhada às resistências dos gays e lésbicas em relação à normatividade estabelecida, sobretudo os que foram infectados pelo fatídico HIV. Esses sujeitos se viam em situações fragilizantes por causa do risco de morte eminente, somado ao sentimento de culpa pelo fato da doença ser transmitida sexualmente. A crise da aids reativaria os julgamentos moralistas e homofóbicos sob o peso incutido na ideia do pecado, legado nocivo do cristianismo culturalmente reproduzido em nossas sociedades. Isso os sujeitava à posição passiva de seguir recomendações, de serem cuidados: precisavam se deixar conduzir pelas instituições e pelos familiares.

À vista disso, declarar-se com HIV nesse período costumava ganhar dimensões catastróficas e pode ser considerado como um ato extremo de *contraconduta*. Ainda assim, alguns optavam por (ou eram levados a) expor a soropositividade, e também a aparência desfigurada. Segundo descrito por Marcelo Bessa (2002, p. 160), esses casos ficaram conhecidos como “confissões públicas da aids”, e ganhavam repercussão por serem pessoas popularmente conhecidas expostas em situações sensacionalistas. Sobretudo porque, ao manifestarem sua sorologia, “revelavam” também suas sexualidades, e, apesar dos problemas atrelados a essas “confissões” (que por vezes ganhavam tom de fofoca), a autoexposição serviria como forma de chamar atenção para a gravidade da epidemia. Nesse sentido, foi relevante o engajamento de vários artistas como Cazusa e Keith Haring, por exemplo.

No entanto, o uso dessa terminologia deixa implícita a carga negativa da palavra “confissão”, associada às práticas cristãs, um costume que, segundo Foucault, teria sido transferido para vários âmbitos de poder – do confessionário para a residência, a escola, o tribunal, a clínica e o gabinete de psicanálise.

Confessar-se pressupõe assumir um erro, “ter pecado” (se comportar de maneira “incorreta”, ser “anormal”), portanto, condenável. De acordo com Bessa (2002, p. 158), a comoção para saber quem tinha se contaminado era tamanha que “se Foucault estivesse vivo durante a segunda metade da década de 80 e a primeira de 90, certamente ficaria horrorizado, tal foi a nova inquisição iniciada pela aids”. Pois, esse tipo de “confissão” parece derivado dos regimes de poder, bem como as propostas identitárias criticadas pelo filósofo, que buscou esclarecer acerca do uso do termo: “por confissão entendo todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito” (FOUCAULT, 2018, p. 390). Isto é, na perspectiva foucaultiana, essa vontade de saber estaria vinculada à vontade de controlar, considerando que o discurso dominante, assim como o da própria pessoa “em confissão”, constrói sua identidade. Esse tipo de crítica apareceria de forma similar nas políticas queer. Logo, manifestar-se publicamente quanto à sexualidade não normativa – ato popularmente conhecido como “sair do armário”, ou fazer seu *outing* – só tem sentido se for realizado como um ato político de resistência, seja individual ou coletivamente.

Como observado por Halperin (1995), Michel Foucault pouco falou a respeito da homossexualidade em seus escritos, talvez por questões pessoais, ou também por questionar o sentido em que a palavra era empregada. Pois, na visão do filósofo, seria “uma categoria inadequada, [...] por um lado, não se pode classificar os comportamentos e, por outro, o termo não dá conta do tipo de experiência que se trata” (FOUCAULT, 2014, p. 162). Foucault discorreria mais sobre isso em entrevistas, nas quais se colocava em outros termos, contudo, sem deixar de falar em “filosofês”, conforme esclarecera numa fala (temperada com sua característica ironia), para explicar que só responderia a partir daquilo que havia estudado (FOUCAULT, 2017, p. 251). Essas declarações informam quanto à sua postura, e aparente busca por uma coerência entre os discursos e ações – a sua *estetização da existência* ou *prática de si*<sup>15</sup>, um tipo de conduta moral aproximado aos costumes que ele remontara da Antiguidade, na qual não há a necessidade de um intermediário – como seria colocado no pastorado cristão (FOUCAULT, 1984).

.....

15. “Tratava-se de saber como governar sua própria vida para lhe dar a forma mais bela possível (aos olhos dos outros, de si mesmo e das gerações futuras, para as quais se poderá servir de exemplo). Eis o que tentei reconstituir: a formação e o desenvolvimento de uma prática de si que tem como objetivo constituir a si mesmo como o artesão da beleza de sua própria vida”. (FOUCAULT, 2017, p. 238).

Nota-se, ainda nessas entrevistas, um pouco da relação de Foucault com os movimentos e práticas gays em Paris e em São Francisco (nos Estados Unidos), onde suas experiências em saunas com sadomasoquismo renderam ponderações sobre as diferentes maneiras de se relacionar e se conduzir coletivamente, o que foi aventado por ele como possíveis novos modos de vida (FOUCAULT, 2014). Ciente de ser uma figura pública, ele demonstrou se preocupar com o conteúdo dessas falas, que provavelmente repercutiriam em alguma medida. Observa-se que seria pelo caráter autoexpositivo desse material transcrito que Halperin e Spargo se apoiariam nesses depoimentos para colocar a própria conduta pessoal do filósofo também como um influenciador do pensamento queer. A partir disso, pode-se dizer que, assim como os artistas que Foucault abordou e demonstrou admirar<sup>16</sup>, ele próprio extrapolou os limites entre sua vida e obra, e permitiu que uma se embaralhasse à outra. Ademais, sua forma de conduta pessoal influenciaria a maneira como ele percebia as questões da comunidade gay, e as relações entre esses indivíduos com a mesma orientação sexual que ele. Observa-se isso na sua resposta de 1982 acerca da liberação sexual:

o movimento homossexual precisa mais, hoje, de uma arte de viver do que de uma ciência ou um conhecimento científico (ou pseudocientífico) do que é a sexualidade. A sexualidade faz parte de nossas condutas. Ela faz parte da liberdade de que gozamos neste mundo. A sexualidade é algo que nós criamos nós mesmos – ela é nossa própria criação, muito mais do que a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Devemos compreender que, com nossos desejos, através deles, se instauram novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de chegar a uma vida criativa (FOUCAULT, 2014, p. 251).

Com essa ponderação, Foucault diz que liberdade não se resume a “descobrir-se” ou “revelar-se” sexualmente. Mais do que falar sobre o que se é, ele sugere criar uma outra forma de atuar e se conduzir – viver como um exercício de liberdade. Em um depoimento anterior (de 1978), Michel Foucault (2015, p. 2) esclareceu em relação a sua primeira parte da *História da Sexualidade* naquela que seria a edição inaugural da revista gay francesa *Gai Pied*, a qual, apesar do apoio do filósofo, não circulou por haver

.....

16. Lembra-se aqui o fato de Michel Foucault incluir em sua produção escrita, abordagens sobre: Van Gogh (*História da loucura*, 1961); Velásquez; (*As palavras e as coisas*, 1966); Magritte (*Isso não é um cachimbo*, 1973).

proibições do governo local a periódicos homossexuais. Nessa entrevista ele também manifestou sua discordância com as categorizações pela via identitária, incluindo a noção de homossexual, pois para ele esse termo teria sido usado pelo saber médico e jurídico como uma forma de aprisionar os indivíduos: “Foi o que ocorreu com Gide, com Oscar Wilde, com Magnus Hirschfeld” (FOUCAULT, 2015, p. 4).

Por fim, é possível observar que nas suas respostas voltadas à comunidade, além de tentar elucidar sobre suas ideias no livro, Foucault demonstrava certa intenção mobilizadora, e parecia deixar sugerida aos leitores a necessidade de empregar novas estratégias para o movimento homossexual naquele final da década de 1970 na França.

Agora, mais do que a homossexualidade, penso que atualmente a própria noção de sexualidade deve ser verdadeiramente reavaliada, ou melhor, deve-se fazer dela uma nova avaliação. Caso contrário, é uma simples luta setorial que se consome a si própria, com suas próprias palavras. [...] Creio, por exemplo, que é muito difícil lutar nos termos da sexualidade sem que, em dado momento, se seja apanhado na armadilha por noções tais como doença da sexualidade, patologia da sexualidade, normalidade da sexualidade. Daí a necessidade de colocar o problema de outra forma. [...] De todo modo, não havia qualquer crítica aos movimentos precedentes, mas, sobretudo, a constatação de uma situação histórica, a constatação de que um combate não pode se perpetuar sempre nos mesmos termos, caso contrário ele se esteriliza, se imobiliza, sucumbe a armadilhas. Logo, uma mudança de frente de batalha. E, conseqüentemente, uma mudança de vocabulário. A mudança de objetivos é também absolutamente indispensável. (FOUCAULT, 2015, p. 4-6)

Ora, também nessa passagem as ideias de Foucault se aproximam sobremaneira das estratégias posteriormente adotadas pelo movimento queer. Nesse trecho, o filósofo justificava o encadeamento do seu debate a respeito da sexualidade, bem como em relação a sua mudança de enfoque para outros termos (como tratar sobre prazer ao invés de desejo). Além disso, ele parecia indicar a necessidade de se elaborar outras maneiras de se conduzir, evitando as armadilhas das concepções institucionalizadas quanto ao sexo e seus mecanismos de controle dos indivíduos. Para isso, segundo ele, seria especialmente imprescindível uma alteração de vocabulário e de objetivos. Assim, percebe-se que ao encaminhar seus estudos acerca de sexualidade, o filósofo percebeu a necessidade de buscar outros pontos de vista, outras estratégias de ação. E,

como visto, esses estudos o impulsionaram a um redirecionamento e um recuo à Antiguidade, onde Foucault se deparou com outra forma de moral, outras regras de conduta, que influenciaram a percepção sobre seu próprio contexto. Em suma, com os pontos abordados a respeito dos pensamentos de Foucault é possível perceber que, antes de serem condensadas em um termo, as demandas por novas concepções de sexualidade já estavam sendo problematizadas. Nesse sentido, pode-se dizer que efetivamente havia notável consonância entre o pensamento foucaultiano e os outros pensares, que viriam a afluir no movimento queer conforme se conhece e teoriza na atualidade.

### **Considerações finais: armários sem portas**

As transformações na percepção ocidental sobre as sexualidades ao longo do século XX envolveram embates com os regimes de poder e o sistema patriarcal, promovidos sobretudo pelos movimentos feministas e homossexuais, e possibilitariam o surgimento do pensamento queer nos anos 1990, ao passo que as contribuições de Michel Foucault tiveram determinante participação nas articulações intelectuais e ativistas no que se refere às diferentes formas de conduta sexual. Desde então, os debates e redefinições das relações entre sexo, gênero e sexualidade ganharam uma dimensão sem precedentes históricos.

Nesse processo, podem-se observar significativas mudanças das posturas e das construções de saberes e de poderes associados à reelaboração de termos para se reportar às sexualidades das pessoas, com o intuito de respeitar as diferentes subjetividades manifestadas de múltiplas formas. Nesse sentido, **queer** ao mesmo tempo sintetiza e evoca o pensamento construído por aqueles que não aceitavam ser definidos por nenhum tipo de binarismo e/ou heteronormatividade. Com efeito, o termo passou a representar uma forma de pensar e agir em sociedades, mas também se converteu em uma categoria de identificação para sujeitos com sexualidades dissidentes, configurada pela letra “Q” em versões da sigla LGBTI+ (LGBTQ+ ou LGBTQIA+). Em concordância com Foucault, as categorizações são questionáveis por não serem suficientes para definir as sexualidades, pois as colocam de uma forma compartimentada. Porém, esse formato de especificar as identidades e orientações ainda parece necessário para avançar com políticas de conscientização quanto às diferentes maneiras de se lidar com sexo e gênero. Além disso, como “categoria”, o queer se mostra escorregadio e indisciplinado demais

para ser restrito a um compartimento, e, portanto, o “armário queer” não tem portas. Ou seja, isso que o termo evoca talvez possa ser entendido como uma “categoria de contraconduta” foucaultiana, um campo do pensar e atuar sem a necessidade de intermediários, aberto ao (auto)questionamento no que tange gênero e sexualidades.

Esta questão é perceptível nas readequações pelas quais a política e teoria queer têm passado desde sua eclosão. Tal característica é essencial para sua continuidade enquanto movimento ativo, que pode, inclusive, retomar posturas iniciais de militância mais radical, em meio ao período crítico na crise da aids. Isto especialmente no século XXI, em que precisamos resistir a uma nova ameaça viral, numa crise sanitária agravada por uma onda de retrocesso e avanço de regimes conservadores. Desta forma, ficam em aberto, ainda, reflexões acerca de como as estratégias do ativismo queer diante do enfrentamento com a epidemia letal de HIV no passado recente podem inspirar ações de resignificação e estruturação de novos modos de vida perante as adversidades no tempo presente.

Longe de estar esgotado ou ser dispensável, queer se mostra como um conceito em construção, implicado na complexidade das questões inerentes ao termo. O sujeito queer (assim como a teoria) é aquele que mostra suas próprias “esquisitices”, as quais, de certa forma, são comuns a todos. Isto é, sua própria constituição se traduz em resistência, se manifesta em seu espírito livre. Dito de outra forma, a potência do pensamento queer está na atitude das pessoas que se identificam com o movimento e expõem suas próprias fragilidades, suas “bizarrices”, se tornam a “ovelha negra da família” (ou da sociedade) se mostram como seres imperfeitos, causam incômodo pelo fato de exteriorizarem o lado humano estrategicamente renegado – e fazem disso sua força. Esse aspecto se aproxima notavelmente dos objetos de estudo de Michel Foucault, que atualmente poderia ser considerado tanto um teórico queer quanto uma pessoa queer *avant la lettre*.

## Referências

- BESSA, Marcelo Secron. *Os perigosos: autobiografias e AIDS*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- BROOKLYN MUSEUM. *SILENCE=DEATH Project*, 1987. Disponível em <https://www.brooklynmuseum.org/opencollection/objects/159258/>. Acesso em 31 mar. 2020.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2015.

CANDAU, Vera Maria. “Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferenças”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-57, jan./abr. 2008.

FOUCAULT, Michel. “O saber gay”. Entrevista concedida a Jean Le Bitoux. Jul. 1978. *Revista Ecológica*, São Paulo, n. 11, p. 2-27, jan./abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, vol. II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Florence Universitária, [1994], 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, vol. V. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1994], 2017.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos, vol. IX: Genealogia da ética subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1994], 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1; A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, [1976] 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2; O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, [1979] 2018.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, [2004] 2008.

HALPERIN, David. “Becoming Homosexual: Michel Foucault on the Future of Gay Culture”. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 136-154, set./dez. [1994] 2010.

HALPERIN, David. *Saint Foucault: Towards a Gay Hagiography*. New York: Oxford University Press, 1995.

KEMP, Jonathan. “Queer Past, Queer Present, Queer Future”. *Graduate Journal of Social Science*, London / Amsterdam, v. 6, Special Issue 1, p. 3-23, abr. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, [2004] 2018.

MANIFESTO QUEER NATION. Fórum de Antropologia e Cinema, *Caderno de Leituras n.53*. Belo Horizonte: Chão da Feira, [1990] 2016.

MANIFESTO Queer Nation. Fórum de Antropologia e Cinema, *Caderno de Leituras n.53*. Belo Horizonte: Chão da Feira, [1990] 2016. Disponível em <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-53-manifesto-queer-nation/>. Acesso em 16/08/2021.

GRAN FURY (Tom Kalin, Michael Nesline e John Lindeli). “Uma apresentação”. Tradução: FLORESTA, Cecília. In: MESQUITA, André; ESCHE, Charles; BRADLEY, Will (orgs.). *Arte e ativismo*. São Paulo: MASP / Afterall, [1992] 2021.

PRECIADO, Paul. “Aprendiendo del vírus”. *El País*, Madrid, 28 mar. 2020. Opinión. Disponível em [https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952\\_026489.html](https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html). Acesso em 01 abr. 2020.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155- 167, [1996] 2002.

REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino / Universidade Federal do Paraná, 2018.

RUPAUL. Born Naked (Stadium Remix), video oficial, 2015. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=G4yCjhoAE\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=G4yCjhoAE_U). Acesso em 30 mar. 2020.

SONTAG, Susan. “Notas sobre o camp”. In: *Contra a interpretação*. Porto Alegre: L&PM, [1964] 1987. p. 318 a 337.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Posfácio Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica, [1999] 2017.

*Recebido em 20 de agosto de 2021.  
Aprovado em 17 de setembro de 2021.*

# INTIMIDADES: SIGNOS DA MORTE COMO EXPRESSÃO DO EROTISMO E DA TRANSGRESSÃO EM CONTOS DE AUTORIA FEMININA

INTIMACIES: DEATH SIGNS AS AN EXPRESSION OF EROTICISM  
AND TRANSGRESSION IN FEMALE-AUTHORED TALES

INTIMIDADES: SIGNOS DE MUERTE COMO UNA EXPRESIÓN DEL EROTISMO  
Y DE LA TRANSGENERACIÓN EN CUENTOS DE AUTORÍA FEMININA

Kézia Viana da Silva<sup>1</sup>  
Luciana Borges<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo analisa contos da antologia *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas* (2005), organizada por Luisa Coelho. A coletânea de contos, composta apenas por textos de autoria feminina, apresenta ficção relacionada a temáticas sexuais em consonância com questões de investidura de gênero (*gender*), resultando em um projeto literário com objetivo de visibilizar o erotismo escrito por mulheres. Ao adentrar no universo das produções eróticas, que esteve em boa parte da história sob o domínio do universo masculino (Ria LEMAIRE, 1994), as mulheres operam o deslocamento da posição de objeto para a de sujeito da enunciação do erotismo e permitem-se a abordagem de aspectos transgressores ao controle da sexualidade feminina. Como especificidade de pesquisa, o foco deste estudo é analisar situações em que o erótico se constrói em situações fronteiriças com a morte, causando movimentos de transgressão, quebra de interditos, conflitos existenciais e amorosos em articulação com a díade descontinuidade e continuidade (Georges BATAILLE, 2017). Desse modo, considera-se que os contos constituem estratégias narrativas na representação do erotismo e sua experiência transformadora, apresentam ressonâncias com a unidade de vida (*Eros*) e a força da morte (*Thanatos*), bem como estabelecem rupturas nas performatividades de gênero (Judith BUTLER, 2003).

**Palavras-chave:** Antologia. Autoria feminina. Erotismo. Morte.

.....

1. Graduanda em Letras-Português pela Unidade Acadêmica de Letras e Linguística - UALL / UFCAT. E-mail: [keziaviana231@gmail.com](mailto:keziaviana231@gmail.com).
2. Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professora de Literatura na Universidade Federal de Catalão - UFCAT, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - PPGEL - UFCAT. E-mail: [borgeslucianab@ufcat.edu.com](mailto:borgeslucianab@ufcat.edu.com).

## Abstract

This article analyses tales from the anthology: “*Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas*” (2005), organized by Luisa Coelho. This collecting tales, composed only by female-authorship texts, presents fiction related to sexual themes in line with gender endowment issues (*gender*), resulting in a literary project that aims to show the eroticism written by women. When get into the universe of erotic productions, which were in a long time just on male’s command (Ria LEMAIRE, 1994), women changes the enunciation of eroticism position from object to subject and allow themselves to approach to transgressive aspects on their own control. The aim of this article is to analyze situations in which the erotic is built in situations bordering on death, consequently causing transgression actions, breaking interdicts, existential and loving conflicts relating with the discontinuity and continuity dyad (Georges BATAILLE, 2017). Thereby, it is considered that these tales constitute narrative strategies in representation of eroticism and its transforming experience, shows resonance with the unity of life (*Eros*) and the death’s force (*Thanatos*), as well as establish ruptures in gender performativities (BUTLER, 2003).

**Key words:** Anthology. Female authorship. Eroticism. Death.

## Resumen

El presente artículo analiza cuentos de la antología *Intimidad: diez cuentos eróticos escritos por brasileñas y portuguesas* (2005), organizada por Luisa Coelho. La colección de cuentos, compuesta solamente por textos autorales femeninos, presenta ficción relacionada a temáticas sexuales en consonancia con cuestiones de investidura de género (*gender*), como consecuencia un resultado literario con objetivo de visibilizar el erotismo escrito por mujeres. Sumergiendo en el universo de las producciones eróticas, que estaba en una buena parte de la historia sobre el dominio del universo masculino (Ria LEMAIRE, 1994), las mujeres actúan el desplazamiento de la posición de objetos para la de un sujeto que llama al erotismo y permite un abordaje de aspectos transgéneros al control de la sexualidad femenina. Como especificación de busca, el foco de este estudio es analizar situaciones fronterizas con la muerte, despertando movimientos de transgresión, quebrando el preconceito, conflictos existenciales y amorosos en articulación con la discontinuidad y continuidad (Georges BATAILLE, 2017). De esa manera, considerando que los cuentos constituyen estrategias narrativas en la representación del erotismo y su experiencia transformadora, presentando resonancias con la unidad de vida (*Eros*) e las fuerzas de la muerte (*Thanatos*), bien como establecen rupturas en las performatividades de género (BUTLER, 2003).

**Palabras llave :** Antología. Autoría femenina. Erotismo. Muerte.

*Depois que um corpo  
Comporta  
Outro corpo*

*Nenhum coração  
Suporta  
O pouco.  
(Alice Ruiz)*

### **Preliminares: cânone literário, autoria feminina e erotismo**

Censura. Desqualificação de autores e autoras. Rejeição acadêmica. Interdições várias. Sanções sociais e jurídicas. O campo do erotismo na literatura apresenta complexidades que envolvem questões de produção autoral, circulação e valoração, as quais afetam os modos como textos eróticos são recebidos e avaliados, tanto pelo público quanto pela crítica. Poderíamos afirmar que, dentre os diversos temas aos quais a literatura pode eleger, os temas sexuais podem se constituir como dos mais arriscados para um escritor ou escritora. Desse modo, para o desenvolvimento da abordagem que nos propomos nesse artigo, partimos de alguns pressupostos teóricos e contextuais sobre a literatura, sobre a literatura escrita por mulheres e sobre a escrita do erótico na literatura, uma vez que compreendemos tais aspectos como fundamentais para o escrutínio da ficção erótica de autoria feminina.

No ambiente ocidental, fortemente marcado pela filosofia cartesiana e pela cultura cristã, é frequente a aplicação de critérios afetados pela racionalidade, pela moral religiosa, pelo pudor e pelas restrições à sexualidade que permeiam a sociedade na leitura e análise de material erótico, seja este literário ou não. Ainda que o fluxo histórico e as modificações nos comportamentos possam afetar os modos como a literatura circula, alternando épocas de maior ou menor aceitabilidade, os textos eróticos encontram-se entre os mais atingidos pelas restrições que partem do ambiente extraliterário<sup>3</sup> e pelos julgamentos que não se baseiam em aspectos formais ou estéticos, mas em determinadas moralidades restritivas à prática ou a veiculação do discurso de tema sexual. Tal ocorrência advém de um dos aspectos

.....

3. Por ambiente extraliterário indicamos todos os elementos que usualmente não fazem parte da composição do texto, sendo, portanto, externos a ele: recepção do público leitor e da crítica, por exemplo, que podem partir de julgamentos morais e não apenas de avaliação formal do texto literário.

geralmente mencionados sobre a constituição da literatura, e tradicionalmente reconhecido: o elo intrínseco entre as expressões literárias, como todas as expressões artísticas, e seus desdobramentos em representar um dado momento sócio-histórico e cultural que reflita as ações do ser humano no mundo. Assim, acredita-se que a experiência literária prefigura o poder mimético de, em seu bojo, representar as relações humanas, como já diria Aristóteles em suas clássicas formulações na *Poética* (2008), podendo, portanto, causar estranhamento ou encantamento quando coloca essas relações frente a seus leitores. Erotismo, pornografia e seus correlatos, como parte do modo como as relações humanas são expressas na ficção e na poesia, não prescindirão de construir mundos imaginários na linguagem materializada em textos, relacionando-se tanto com a realidade factual quanto com os critérios de valoração da literatura.

É nesse cenário que o texto em estudo problematiza a representatividade da mulher na tradição literária, em específico, dentro da literatura erótica e questiona a forma como as mulheres são percebidas dentro e fora desse universo predominantemente masculino. Dessa forma, o presente trabalho analisa a antologia de contos intitulada *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas*, composta por narrativas de autoria exclusivamente feminina e organizada por Luisa Coelho (2005), com o intuito de averiguar como o erotismo é expresso nos contos em análise. Considera-se que, como amostra de contos escritos por mulheres, a coletânea contribui para o tensionamento do campo literário em termos de autoria do erotismo e sistemas de leitura e escrita da literatura.

O chamado “cânone literário”, conjunto abstrato de obras consideradas como referência de qualidade estética nos diversos contextos culturais é um bom exemplo de como as relações de poder se expressam na literatura. Reconhecido historicamente, por meio de uma seleção valorizada e, conseqüentemente, elitista de textos (geralmente ancorados em temas nacionalistas, universalistas, moralistas) tal conjunto propicia, a partir do olhar hegemônico e predominantemente masculino, vislumbrar as representações das relações humanas como um todo, excluindo, nesse processo, diferentes narrativas/meios de representação que escapam desse sistema padronizado. Para Ria Lemaire (1994, p. 58) a “sucessão cronológica de guerreiros heróicos” e a “sucessão de escritores brilhantes” tem guiado a composição da história literária no ocidente, de modo que os códigos simbólicos externos a esses itens ficam à margem do “cânone” e dos livros teóricos de referência.

Levando-se em consideração tais reflexões, observa-se que a tradição literária ocidental, apoiada, no seu interior, nas estruturas falocêntricas e assimétricas de gênero, sustentada pela sua artificial universalidade, relegou a experiência das mulheres, no campo de atuação, ao papel de objeto de inspiração e/ou satisfação no universo literário.

Conforme argumenta Virgínia Woolf (2014), no ensaio intitulado *Um teto todo seu*, as mulheres são, surpreendentemente, o foco principal das pesquisas masculinas. A elas são destinadas volumes de pesquisas que se dispõem a analisá-las, descrevê-las e representá-las. Em face a tais percepções, a autora indaga: “Vocês têm noção de quantos livros sobre mulheres são escritos [por homens] por ano? [...] Têm ciência de que vocês são talvez o animal mais debatido no universo?” (WOOLF, 2014, p. 43).

Com efeito, os discursos e produções literárias vigentes sobre o feminino são colocados em questão a partir das reivindicações feministas. As mulheres começam a questionar o *status quo* de suas representações literárias, como também as relações assimétricas de gênero em diferentes campos sociais.

Como projeto político e literário, a proposta da referida coletânea visa a circulação e, por conseguinte, a divulgação das publicações de narrativas de temática sexual de autoria feminina, pois, encontra-se neste âmbito, um frequente desconhecimento das narrativas eróticas, bem como da obra das suas respectivas autoras. Na medida em que a leitura avança, percebe-se que o conjunto de contos apresenta, como fio condutor de várias narrativas, a aproximação entre o erotismo e situações limítrofes de morte. Dessa forma, serão corriqueiros os acontecimentos que remontam situações envolvendo o interdito e transgressão, polos estes que são próprios do erotismo.

### **Sobre mulheres, erotismo e construções de gênero**

Partindo dos pressupostos de Bataille (2017), o erotismo é entendido como uma experiência interior que, no domínio das atividades subjetivas, busca “atingir o ser no mais íntimo, no ponto em que o coração desfalece” (2017, p. 41). Assim, para além dos relatos de encontros sexuais, os contos são marcados, por meio da linguagem erótica, por conflitos existenciais e amorosos, desvios, momentos de criação e transformação, nos quais configuram-se a relação entre a díade da descontinuidade e continuidade, formuladas pelo autor supracitado, e sua aproximação com a morte.

Como se trata de uma coletânea que reúne dez contos contemporâneos, de dez autoras diferentes, optou-se por selecionar e analisar três contos da antologia, uma vez que, por questões de estrutura e dimensão, a análise completa da antologia tornar-se-ia inviável para o proposto trabalho. Portanto, serão tomados como *corpus* de análise os contos “Mônica”, “O revólver da paixão” e “Só sexo”, das respectivas autoras Maria Teresa Horta, Nélida Piñon e Inês Pedrosa.

Esses contos, para além de ativar retratos de relações heterossexuais, por isso só signatárias das relações de gênero, expressam também os modos como o sexo circula na autoria feminina. Conforme Jean Franco (2007) na dialética entre o público e o privado, a sexualidade feminina se constitui pelo confinamento, ao contrário da masculina constituída pela exposição. As restrições sobre a sexualidade apresentam como resultado a redução da existência das mulheres à função maternal, associada à moralidade e à pertença ao *pater familias*, para garantir a linhagem familiar. Tal feminino, apropriado pela patriarcalidade, dificilmente será concebido como capaz de expressão erótica que não seja confundida com a perda da boa moral exigida para uma futura boa esposa e boa mãe, estas, em última instância assexuadas, como deve ser nessa construção restritiva.

Em nossa sociedade, as representações de traços do que poderia ser associado a uma feminilidade normativa se sustentam nas bases de um imaginário de base masculina, que projeta expectativas sobre o corpo e sobre as estruturas mentais que tornariam o sujeito mulher inteligível nesse contexto. Como um traço naturalizado, uma característica *a priori* das relações culturais e sociais, as mulheres são vistas, geralmente, como seres docilizados, cujos princípios abrigariam uma dedicação exclusiva ao lar, à família e aos cuidados dos filhos. Conforme Flávia Biroli (2014), na obra intitulada *O público e o privado*, destinadas a esfera privada, as mulheres são posicionadas em um espaço desvantajoso, uma vez que as possibilidades de ampliar o horizonte em suas trajetórias pessoais e profissionais são minimizadas diante dos estereótipos que permeiam as bases da esfera privada.

As bases que sustentam a subordinação das mulheres e seu confinamento à esfera doméstica são objeto de análise de algumas pesquisadoras feministas, as quais buscam entender como esse processo se desenvolveu e como se cristalizou na estrutura social a ideia de inferioridade feminina. Sherry B. Ortner (1979), em um texto fundador dos estudos feministas, ressalta que a posição inferior das mulheres é produto de sua colocação como intermediária entre

a natureza e a cultura. Considerando o conceito de cultura como a indicação de uma forma de controle sobre a natureza, Ortner ressalta processos que seriam responsáveis pela condição feminina. Um desses processos seria a constituição do corpo das mulheres e sua função reprodutiva, o qual aproximará as mulheres da natureza, pela fisiologia da gestação, parto e cuidado da prole, ao mesmo tempo em que esse cuidado é também responsável por confinar as mulheres no ambiente doméstico e reduzir sua mobilidade no espaço público. As consequências dessa socialização baseada nos ciclos reprodutivos serão percebidas também na constituição psíquica feminina, no entanto, não é uma determinação exclusivamente biológica e inata, mas parte de toda uma construção de ideias em torno do que significa ser mulher, aliada a condições hormonais próprias de sua fisiologia. Estabelecer o lugar das mulheres como mais próximas da natureza em uma sociedade em que a capacidade de transformar a natureza é vista como uma capacidade superior, faz com que as mulheres estejam, portanto, nesse lugar subalterno. No entanto, Ortner (1979, p. 114) aponta acertadamente que “a separação do binômio cultura/natureza é em si um produto da cultura”, o que nos levaria a pensar que se trata, portanto, das consequências mais diretas de um modo masculino de organização social.

As consequências da redução simbólica e, não raras vezes, material, das mulheres à função reprodutiva terão repercussão tanto no exercício da sexualidade quanto nas expressões do gênero das quais são investidas, de modo que se estabelece uma intrincada rede de relações entre a redução à reprodução, as limitações quanto ao prazer feminino (uma vez que o sexo se limita à produção de descendentes) e a compreensão do que efetivamente constituiria ser mulher nesse contexto.

Significativamente, as discussões de Judith Butler (2019) apontadas na obra *Problemas de gênero: feminismo, subversão da identidade* vão ao encontro de toda a problemática que fundamenta o binarismo de gênero e a representação das mulheres no campo da identidade. Para a autora, a categoria gênero, considerada como uma construção discursiva, social e cultural, atua como linha de força para a manutenção hierárquica entre sexo e gênero e entre masculino e feminino. O ponto crucial defendido por Butler (2019) é a necessidade de se pensar a identidade no plural, como algo representativo e performático, e não como uma categoria essencial, pronta, cuja base apoia-se em modelos biológicos, sociais e culturais. Assim, para a autora:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (Judith BUTLER, 2019, p. 69).

É exatamente a questão da repetitividade que atesta a eficácia da identidade de gênero, melhor dizendo, é a partir da possibilidade de sua repetição que se produz uma identidade, tornando-a assim, um ato performativo. Nessa repetição, a linguagem tem papel fundamental, uma vez que seus efeitos discursivos são a base das investidas de gênero que sustentam todo um sistema de crenças sobre o que significa ser homem ou ser mulher. É sobre a materialidade do corpo que as repetições de linguagem incidirão no sentido de uma aliança entre os modos como a sociedade estabelece suas expectativas de gênero e o modo como os sujeitos a internalizam.

Com efeito, sobre a mulher, desde a infância, é dedicado todo um processo de investimento sobre seu corpo e seus atos. A ela é ensinado agradecer, ser compreensiva, passiva; são delimitados os campos de circulação em que ela pode atuar, os discursos que ela pode proferir. Sua autonomia lhe é negada. Compreende-se, portanto, que, como parte da socialização feminina, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Simone de BEAUVOIR, 2016, p. 11). Dessa forma, para que haja uma libertação da mulher, das amarras que aprisionam seu modo de existir em consonância e subordinação à anatomia do seu sexo, é preciso ampliar os modos de percepção do que entende-se por ser mulher, e colocar em questão suas representações e as repetições de seus atos.

Ao refletir sobre as proposições supracitadas, os estudos de Susana B. Funck (2016) em sua obra intitulada *Crítica literária feminista: uma trajetória*, tornam-se pertinentes, uma vez que, ao problematizar a representatividade da mulher na tradição literária, a autora analisa – a partir de uma seleta produção de obras de escritoras romancistas e poetas – a forma como as mulheres são percebidas dentro e fora do universo literário. De acordo com a autora, se outrora tinha-se uma tradição literária marcada fortemente pela presença de textos misóginos, transbordando estereótipos femininos, em que as mulheres eram alocadas como anjos ou monstros, musas ou prostitutas, a crítica literária feminista surge a fim de estabelecer um território paralelo entre essas produções. Segundo a mesma autora, foi por meio de textos fundadores como *A política sexual*, de Kate Millet (1974), *The Female*

*Imagination*, de Patricia Meyer (1975) entre outras produções precursoras, que se pode analisar e (re)avaliar o lugar das mulheres, dentro e fora do campo textual e, assim, percebê-las como sujeitos que têm autonomia para falar sobre suas próprias representações, enquanto categoria material e discursiva de suas próprias histórias.

Embora a atmosfera dessas últimas décadas tenha propiciado uma maior abertura e, conseqüentemente, uma maior proliferação de obras de autoria feminina, ainda existe uma sobreposição de temas considerados lícitos ou ilícitos sobre os quais as mulheres, estariam ou não autorizadas a falar. Em sua maioria, as narrativas que retratam temáticas sexuais, nas quais são expressas momentos de intimidade, prazer, excitação, enfim, sentimentos voltados à vida sexual, ainda são considerados objetos de tabus, de interdição em relação às produções de autoria feminina.

Nos estudos sobre os desdobramentos da sexualidade no Ocidente, Michel Foucault (2019), aponta as ambigüidades que norteiam as produções discursivas desse campo, e como a sexualidade tornou-se alvo de disputas públicas entre o Estado e o indivíduo. Segundo o autor, sob uma linguagem científica, o discurso da sexualidade constituiu-se no domínio dos interditos, não se podendo mencioná-la diretamente, mas somente através de discursos reguladores de caráter “útil e público”, a fim de promover uma manutenção nas práticas discursivas (discursos religiosos, moralistas, científicos) que envolvem a sexualidade.

Constitui-se, assim, um dispositivo da sexualidade. Nesse viés, a sexualidade é invocada na medida em que, sendo reduzida a linguagem, torna-se possível classificá-la, atribuir valores positivos ou negativos, regular suas instâncias de produção e funcionamento, isto é, qual discurso pode ou não ser proferido e qual sujeito tem o direito de dizê-lo. Em regra geral, a sexualidade, o sexo são compreendidos, essencialmente, sob uma forma de segredo que, num movimento inverso, é alvo de análise, de multiplicação por diferentes discursos e campos de saberes e poderes. Assim, conforme observa Michel Foucault (2019, p. 30) “não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos”. Considera-se, dessa forma, que se trata de uma divisão sistemática (e binária) do discurso sobre o sexo, isto é, da forma como são distribuídos os sujeitos que têm autorização a falar do sexo, e conseqüentemente, a terem seus os discursos aceitos e validados socialmente.

Na esteira dessa discussão, Luciana Borges (2013, p. 109) discorre que “culturalmente as mulheres não estão autorizadas, pela lógica patriarcal e falocêntrica, a falar sobre o sexo; elas *são o sexo* e, portanto, não falam, elas são faladas” (grifo da autora). Constata-se, dessa forma, que não há uma total emancipação discursiva sobre o sexo no que tange as produções de autoria feminina: as escritoras que “ousam” direcionar suas produções literárias para a temática da sexualidade, geralmente têm suas obras alocadas ao campo da marginalização, do valor menor, em comparação às produções masculinas.

Tal problemática estende-se e intensifica quando consideramos que a literatura de autoria feminina não é homogênea, assim, escritoras negras, transexuais, lésbicas entre outras, ainda permanecem no campo da invisibilidade das produções literárias em relação às produções das escritoras brancas, heterossexuais e de classe média. Tem-se, portanto, uma complexa rede assimétrica de produções literárias que envolvem questões de gênero, raça e classe social a serem (re)visitadas e problematizadas. Além disso, a própria natureza multiforme da literatura de temática sexual, seus modos de realização e níveis de explicitude ajudam a tensionar mais ainda o campo.

### **Erotismo e pornografia: códigos estéticos, códigos políticos**

Ao se debruçar sobre as inúmeras possibilidades de representação da literatura pornográfica, Dominique Maingueneau (2010), em sua obra *O discurso pornográfico*, concebe definições relevantes a respeito do campo semiótico pornográfico e suas restrições. Sem a pretensão de conceituar o que se entende por erótico e pornográfico, dado que tais concepções são apreendidas de formas diferentes ao longo dos tempos, sendo ressignificadas através do contexto social, Maingueneau (2010) apresenta as tensões constitutivas do discurso pornográfico e suas restrições em relação a receptividade da sociedade e leitores. O autor analisa o vocabulário, a estrutura narrativa, as zonas de proibição, enfim, todo o corpo do discurso pornográfico e seu funcionamento no campo literário. Para além das comparações valorativas entre o discurso pornográfico e o erótico, – e respectivamente sua alusão entre alta e baixa literatura – Maingueneau (2010) nos orienta a compreender seus respectivos processos de articulação e considerar que cada termo configura-se em uma ordem de funcionamento que lhes são próprios.

Dessa forma, a natureza do discurso pornográfico mante-se em um campo de significação radicalmente oposto de outros gêneros textuais por evidenciar as práticas sexuais sem o véu pudico da linguagem, isto é, descreve o sexo de modo preciso e objetivo, renunciando ao esteticismo da linguagem e seus “artifícios”. Para o autor, a pornografia e o erotismo partilham do mesmo objeto de apreensão, a prática sexual, porém eles se diferem pelos modos de articulação, suas relações com o destinatário, seus códigos verbais (vocabulário); enfim, o modo como as personagens são alocadas e percebidas no texto em relação ao sexo. Nesse contexto, a composição de cenas, por meio de descrições que são “afetivas” é fundamental para o erotismo, se tomamos afeto como esse modo de afetar o outro, no caso, leitores e leitoras, que são envoltos na ação que se desdobra.

A título de exemplificação, no discurso pornográfico, usualmente, o nome da personagem é uma informação suficiente para a narrativa, não sendo necessário aprofundar sobre seus aspectos subjetivos; mas, sim, na descrição do ato sexual. Em contraponto, o erotismo é apreendido, comumente, no campo da imaginação, da subjetividade; cujo código verbal possibilita transformar ou ampliar o sentido da palavra. Como delimitado por Luisa Coelho (2005) na apresentação da antologia *Intimidades*:

No discurso erótico, a sexualidade é linguagem, não apenas de palavras próprias que a dizem e que a fazem, mas também de palavras que atravessam as palavras comuns, de utilização diária, para voltar a determiná-las eroticamente. Isto quer dizer que no texto erótico a sexualidade se fixa, se experimenta e se atinge na descrição verbal da relação do eu com ele próprio e com o outro – mesmo se for um outro ausente –, no reencontro, na espera, na sedução, no consentimento ou na recusa (COELHO, 2005, p. 13).

Com efeito, o texto erótico, diferentemente do discurso pornográfico, suspende o compromisso com a descrição do ato sexual no seu interior; no erotismo, a alteridade, a relação com o outro é indispensável para a construção da narrativa. A escrita erótica também funciona, por outro lado, fundamentalmente, por meio de artifícios de contraposição como prazer e dor, amor e morte, sedução e recusa e outros, entre o eu e o outro.

Segundo Bataille (2017), o erotismo é uma experiência interior, de caráter subjetivo e, manifestado no plano psicológico, nesse aspecto, apenas os seres

humanos o realizam de forma plena, isto é, sabe-se que a atividade sexual é comum a todos os animais, porém, os seres humanos são a única espécie que a realiza sem fins reprodutivos. Ao mapear o conjunto de atividades que determinaram a passagem da suposta condição de simples animal à condição de homem civilizado, Bataille (2017) considera que o trabalho, a consciência da morte e os interditos sexuais são os movimentos decisivos para tal transformação. Com efeito, o trabalho possibilitou ao homem (neandertal) organizar e administrar o mundo na medida em que suprimia a violência; conjuntamente, o homem teve a consciência de sua morte (somos a única espécie que, desde tempos remotos, sepulta seus os mortos); e passamos da sexualidade livre para a sexualidade contida, da qual configurou-se o erotismo.

Ao formular tais proposições, o autor considera a transgressão e o interdito polos essenciais do erotismo na atividade humana, dado que, “a transgressão do humano – do interdito, da lógica do trabalho (que também é linguagem) – é o ápice do humano” (BATAILLE, 2017, p. 17). A colocação do interdito e da transgressão como atividades inerentes ao erotismo coloca em jogo outros fatores: a díade da descontinuidade e continuidade. Para o teórico, somos seres descontínuos uma vez que temos nossas experiências isoladas, isto é, mesmo inseridos em sociedade, vivendo no coletivo, nossas experiências se realizam de maneira individual: nascemos sozinhos, amamos, sofremos, e morremos em momentos diferentes de outros indivíduos. Paralelamente, somos seres contínuos, seres que almejam uma existência, *a posteriori* do mundo empírico, temos o desejo de dar continuidade a nossas experiências descontínuas:

Somos seres descontínuos, indivíduos que morrem isoladamente numa aventura ininteligível, mas temos a nostalgia da continuidade perdida. Suportamos mal a situação que nos prende à individualidade fortuita, à individualidade precívica que somos (BATAILLE, 2017, p. 39).

Dessa forma, o erotismo é compreendido como uma experiência interior, que estabelece a ligação entre o ser descontínuo, em seu momento erótico de extrema intensidade, com o outro, vislumbrando, assim, uma continuidade (momentânea ou não) para além do universo empírico.

Consideram-se, portanto, estes pressupostos apresentados até o momento, quais sejam: a natureza complexa da literatura de temática sexual, sob os diversos modos de sua realização entre erotismo e pornografia, por exemplo, as questões de gênero e as concepções filosóficas do erotismo

como experiência interior de busca de continuidade com o outro, como fundamentais para a leitura do erotismo. Conforme foi mencionado na introdução do presente artigo, tomaremos, como *modus operandi* da análise, o erotismo e sua aproximação com a morte, como elemento basilar para a leitura dos contos da antologia em estudo, a partir desses pressupostos.

### **“Porque há desejo em mim, é tudo cintilância”<sup>4</sup>: as interfaces do erotismo sob o signo da morte**

A antologia de contos *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas*, apresenta, a partir de seu título, o propósito que configura seu projeto de criação. Adentrando na intimidade das personagens, vemos de perto suas angústias, seus desejos, os conflitos que permeiam suas relações amorosas, em paralelo com as relações existenciais, isto é, ao caráter subjetivo do seu “ser” que, por sua vez, é fragmentado, multifacetado, heterogêneo, e que almeja organizar o que é naturalmente caos, muitas vezes sem sucesso. São contos que nascem do desejo de personagens em confrontar os interditos e as transgressões, para assim, vivenciar de modo pleno o erotismo.

Como a proposta do livro é possibilitar uma maior visibilidade e ampliação de narrativas de lavra feminina, torna-se necessário apresentar, mesmo que seus contos não tenham sido selecionados para análise, os nomes de todas as autoras, e seus respectivos contos, presentes na antologia. Assim, temos de nacionalidade brasileira as autoras: Ana Miranda (Animal), Branca Maria de Paula (Cobertor engomado), Guiomar de Grammont (Sudário); Lygia Fagundes Telles (Apenas um saxofone) e Nélida Piñon (O revólver da paixão). Os contos de escritoras portuguesas compreendem: Inês Pedrosa (Só sexo), Lídia Jorge (O conto do nadador), Maria Tereza Horta (Mónica); Rita Ferro (O segredo de chiffon) e Teolinda Gersão (Noctário). O processo de seleção das autoras e textos é demarcado pela organizadora do conjunto, Luisa Coelho, na extensa apresentação em que, não apenas anuncia o propósito da coletânea, mas apresenta aspectos teóricos do campo do erotismo:

.....

4. Verso retirado da obra *Do desejo* (1992) da escritora Hilda Hilst: “Porque há desejo em mim, é tudo cintilância. Antes, o cotidiano era um pensar alturas/ Buscando Aquele Outro decantado/Surdo à minha humana ladradora. /Visgo e suor, pois nunca se faziam. /Hoje, de carne e osso, laborioso, lascivo/ Tomas-me o corpo. / E que descanso me dás /Depois das lidas. Sonhei penhascos/ Quando havia o jardim aqui ao lado. / Pensei subidas onde não havia rastros. / Extasiada, fodo contigo/ Ao invés de ganir diante do Nada.” (Hilda HILST, 2017, p. 480).

O tema sugerido como fio condutor para agrupar esses contos, alguns inéditos, outros não, foi o erotismo. Este tema foi escolhido por se achar que ele se encontra no centro de toda a problemática da arte – de todas as formas de arte – e se apresenta como um campo de reflexão que permite tecer muitas considerações, quer de natureza estética, quer social e política, que possibilitam apontar semelhanças e dessemelhanças dos textos entre si e entre o que os aproxima ou afasta enquanto produtos de diferentes culturas (COELHO, 2005, p. 8).

Recuos, gozos, interditos, volúpias, transgressões, prazeres, desejo de aniquilamento, enfim; a vida e morte são elementos essenciais que movimentam o erotismo nos contos selecionados como índices da condição humana. Estando no centro da problemática da arte, as questões do erotismo, estão, portanto, no centro da vida humana, o que envolve também as relações de gênero, posto que vivemos em uma sociedade *genderificada*, ou seja, cuja organização e estrutura é atribuída de gênero. Para a organizadora, a reunião de um conjunto de textos em que as mulheres se expressam como autoras, move-se em termos de que

A mulher viveu durante anos aprisionada na castidade matrimonial, e só há poucos anos começou a usufruir da liberdade de criar e tornar públicas estórias para entender a vida, para pôr ordem na desordem da vida e poder, através de um discurso ficcional mais livre sobre a sexualidade, desenhar o seu desejo, questioná-lo e compartilhá-lo (COELHO, 2005, p. 15).

Isto posto, os contos escolhidos realizam um entrecruzamento entre as questões do desejo e da perda de referência que a entrada no erotismo pode estabelecer, ao mesmo tempo em que expressam esse movimento de expressão das mulheres via autoria de ficção. No primeiro conto em análise, “Mónica”, de Maria Tereza Horta, a narrativa é construída em uma sobreposição de acontecimentos que envolvem Mónica e Pedro, e a sua paixão pela música. Imersa em um desejo impaciente, pulsante, febril, quase sufocante, Mónica requisita o corpo de Pedro desde o primeiro momento em que o conhece. Em um jogo de equilíbrio periclitante, no qual Mónica é o excesso, o corpo desejante que reivindica seu prazer, Pedro apresenta-se no lado oposto, é o corpo desejado, comedido, de ações moderadas. É essa polaridade que nos possibilita direcionar um olhar enviesado para representações de gênero presentes no texto.

Um dos acontecimentos que nos reconduz para as questões de gênero dá-se na seguinte passagem: “Fora Mónica que conquistara Pedro, que o levara

para a cama; que o desejara logo” (Maria Teresa HORTA, 2005, p. 115). Como observa-se no trecho acima, ao ser alocada como sujeito de seus desejos, que seduz, que conquista, que toma para si suas vontades e, na medida do possível as realiza, a personagem rompe com os valores estabelecidos pela sociedade ocidental (homem/ conquistador, mulher/ conquistada). Tornando-se, sobretudo, transgressiva ao quebrar tais barreiras culturais, reconcilia suas ações de acordo com seus desejos. Dessa forma, ao mesmo tempo em que goza de uma plena autonomia de suas vontades, a personagem conduz seu parceiro a experienciar a atividade sexual de modo pleno, levando-o ao gozo absoluto, e não o contrário. A música torna-se, também, um objeto de constatar prazer para a personagem, há um êxtase contínuo entre o desejo de desnudar seu amado, em consonância ao movimento de suspensão que a música provoca em seu corpo e em seu espírito. Assim, ao escutar Mahler, Mónica se antegoza prazeres sexuais:

Mahler. Mónica tentava isolar-se, quando ouvia Mahler: o rosto escondido pelos punhos cerrados, a testa apoiada nas palmas das mãos. Quase gemia, mas ainda calava a suspeita daquilo que o coração se açoitava. Mahler.

Os arcanjos sobrevoavam, perto: escutava-lhes o ruído impreciso das asas, a misturar-se, breve, leve, cumprido destinos. O de Mahler e o seu próprio, ligados apenas por instantes. (HORTA, 2005, p. 117)

Como *modus operandi*, a música e Pedro atuam como paroxismo do prazer, impulsionando o erotismo ao seu ápice, conduzindo Mónica ao deslizamento da sua própria descontinuidade, ao seu aniquilamento total. Dessa forma, indo ao encontro com as postulações de Bataille (2017, p. 42), em que afirma “o que está em jogo no erotismo é sempre uma dissolução das formas constituídas”, Mónica oscila, desfalece, abandona-se: “Não parou de se mover em cima dele, quase voando no orgasmo veloz que se construía solto, no centro do gozo, rasgando resistência, iludindo medos, recusas de fusionamentos destruidores. Aniquilamento último. Depois tombou exausta, como se desmaiasse, cega e sem ouvir” (HORTA, 2005, p. 124). Ela alcança, num momento de lucidez, uma continuidade momentânea, um estado de devir, que reenvia seu “ser” para além da existência descontínua. Nesse momento, ela se viu no espelho com um par de asas, como a indicar essa suspensão do tempo presente, possibilitada por uma fusão tão intensa como o amante que se aproxima da morte, pelos sentidos da exaustão extrema que lhe acomete no pós-orgasmo.

Considerando a construção do conto e os elementos de sua narrativa, observa-se que os acontecimentos do conto são narrados via narração onisciente, sabe-se de todas as ações ocorridas no conto. Além disso, o conto é estruturado em uma linha temporal cuja organização é indefinível, isto é, não há uma ordem cronológica dos fatos. A sobreposição de acontecimentos (ora fala-se de músicas, arte etc.; ora fala-se da relação entre Mónica e Pedro) atua como um intensificador dessa não-linearidade. O narrador ou narradora (por saber de tudo o que se passa entre os personagens, inclusive seus pensamentos e desejos) torna-se uma peça fundamental da narrativa, uma vez que elementos como o espaço e o tempo são organizados a partir de sua perspectiva, que se constrói colada à personagem feminina, sendo responsável pela intensa intimidade entre Pedro e Mónica em sua jornada erótica conflituosa e extrema.

O segundo conto, *O revólver da paixão*, de Nélida Piñon, apresenta pontos de contato com o conto *Mónica*, no que tange o objeto de desejo, isto é, ambos os contos apresentam personagens femininas como ponto de perspectiva, que lutam, exigem, reivindicam do seu amado, o amor que lhes creem por direito. Entretanto, em *O revólver da paixão*, o núcleo dramático orbita em torno de uma relação que poderia ser considerada doentia, que consiste nas ações impulsivas e, até mesmo agressivas, da personagem em relação aos ciúmes que nutre pelo seu ex-companheiro.

Constituído em forma de um monólogo, as situações narradas no conto são ambientadas a partir da memória da personagem. Ao endereçar uma carta ao seu ex-companheiro, expressando nela sua frustração, raiva, desespero, enfim, sentimentos tempestuosos voltados aos términos da relação, adentramos na psique da personagem e, por estar tão íntimo dela, observamos de perto o desfêcho de uma relação possessiva, de constante ameaça, na qual há uma fúria revolvida de paixão.

A violência, ou melhor, seu desejo violento torna-se um chamamento para a morte. O erotismo, no conto, é revelado na forma de uma paixão nociva. Na esteira dessa discussão, Bataille (2017, p. 43) salienta que “[...] a paixão pode ter um sentido mais violento do que o desejo dos corpos. Jamais devemos esquecer que, a despeito das promessas de felicidade que a acompanham, ela introduz, antes de mais nada, a perturbação e a desordem”. Com efeito, trata-se de uma perturbação, uma desordem incitada pela vontade angustiante que a personagem alimenta em poder, mais uma vez, gozar dessa paixão, dos prazeres que o corpo do amado suscita no seu.

Para a personagem, sua felicidade só é realizável, só pode ser completa, ao lado de seu amado, mesmo advindo de uma relação sombria e desequilibrada. A personagem, ao sentir-se acuada diante da perda preeminente, revela:

E então não medirei palavras, não controlarei a violência do meu corpo quando ameaçado. A verdade é que a tua perda é uma sentença de morte. Morte que não suporto, não permito. Teu dever é amar-me, é continuar na minha cama, na minha vida, na minha memória (Nélida PIÑON, 2005, p. 132).

Esse desejo que a personagem possui de uma continuidade sublime, maravilhosa, e que só pode ser alcançada ao lado do ser amado remonta às noções de Bataille (2017) ao refletir que a paixão, a fúria da paixão exerce, sobretudo, uma angústia, um sofrimento, uma sensação de impotência no amante ao perceber que seu amado é inalcançável, ilusório, inacessível. E assim, a morte, o desejo de morte se faz necessário para suprimir o sentimento de perda, a angústia da descontinuidade solitária.

Dessa forma, o autor ainda reflete, a respeito das perdas, que “se o amante não pode possuir o ser amado, pensa às vezes em matá-lo: muitas vezes preferiria matá-lo a perdê-lo. Deseja em outros casos a própria morte” (BATAILLE, 2017, p. 43). Nessa perspectiva, para a personagem, a ideia de uma existência individual, descontínua e solitária, só é possível mediante a intervenção da morte, da morte dela, dele, ou de ambos, mas, sempre tendo a expectativa de que em outro plano poderá vivenciar essa paixão que lhe causa sofrimento com a promessa de felicidade.

A personagem torna-se transgressiva na medida em que extrapola os interditos estabelecidos socialmente no que diz respeito ao comportamento feminino dentro de uma relação amorosa. Ao apoderar-se da linguagem, como instrumento de poder, que outrora era de uso exclusivo do universo masculino, a personagem a usa como arma para reivindicar, exigir o amor que lhe considera seu por direito.

E assim, (re)atualizando-a a seu favor, a personagem contesta o imaginário preestabelecido que seu amado – e alguns segmentos da sociedade – têm sobre as representações feministas, como pode-se perceber na seguinte constatação: “Não venhas cobrar-me teorias feministas. Tenho-as prontas para a vida, recém-começo a dominar um vocabulário que antes era só de tua lavra” (PIÑON, 2005, p. 132). Com efeito, a personagem não apenas começa a dominar um vocabulário que outrora lhe fora alheio, como também,

através de seus atos, desejos e excessos, evidencia que, independentemente do gênero, qualquer indivíduo pode manifestar, em suas vivências, sentimentos de natureza diversas que, naturalmente, correspondam às ações/relações humanas não sendo uma característica específica do âmbito masculino. Culturalmente, a violência motivada por rompimento amoroso é um traço masculino nos relacionamentos afetivos, o que reflete, por exemplo, nas altas taxas de feminicídio no Brasil e no mundo como um todo. Ao inverter as ações no conto, a autora desconforma o modo usual de representação, ainda que a inversão não possa indicar autonomia, mas reprodução de padrões afeto masculinos na relação.

Sob o cenário da Revolução Política (1974), o último conto analisado, *Só sexo*, de Inês Pedrosa, apresenta em sua narrativa uma constante entre a díade continuidade e descontinuidade. A personagem, por meio de lembranças do passado que se misturam com os devaneios do presente, rememora seus tempos de militância e de volúpia ao lado de seu antigo parceiro. A linguagem lírica do conto apresenta uma personagem auto-diegética, isto é, trata-se de uma personagem que é também narradora de suas próprias situações. Além disso, os acontecimentos da narrativa ocorrem, majoritariamente, a partir da memória da personagem, portanto, há mistura entre os tempos das ações narradas. O passado e presente atuam no mesmo espaço em que ocorrem as ações do conto, além disso, um possível futuro também se faz vigente, pois a personagem suscita-o na medida em que cria expectativas de um possível reencontro com seu amado.

Assim, tendo a memória e a imaginação como mediadoras do desejo pelo corpo do companheiro e os prazeres que lhe acompanham, a personagem projeta em si as carícias, os toques, que eventualmente seriam consumados pelas mãos, pele e corpo desse parceiro, conforme o exemplo:

Todas as noites me acaricio com seu dedo [...] Todas as noites rebolamos da cama para o chão e do chão para cima da cômoda [...] Todas as noites tu entras em mim por todas as portas [...] Todas as noites volto a subir a esse monte dos vendavais só nosso. *Só sexo*, seja. (PEDROSA, 2005, p. 60).

Aqui, a autora utiliza-se da repetição e progressão textual para intensificar os momentos de devaneios da personagem, dessa forma, significativamente, tal repetição revela o desejo de uma continuidade que a personagem possui

em relação aos momentos de volúpia de outrora, e que é acentuado quando ela se apercebe diante de uma doença fatal.

Considerando os sentidos que envolvem o título e a figura da personagem, a autora utiliza-se de estratégias sintáticas em que a temática do conto exerce uma função fundamental na construção da personagem como também colabora na construção estilística do texto. Dessa forma, valendo-se dos recursos que a linguagem oferece, a autora, ao estender o sentido da expressão “só sexo” amplia seu significado e lhe atribui uma duplicidade de sentido que perpassa desde o título narrativa até o seu desfecho final. Ao ampliar seu significado faz com que o sentido soe ao contrário do que a literalidade indica.

Dessa forma, ao pensar nessa duplicidade que o termo invoca, pode-se conceber dois modos de interpretação para o conto. Em sentido lato, o relacionamento da personagem é considerado como sendo apenas sexual, na medida em que ela narra os pormenores de sua atividade sexual, afirmando (de forma irônica) no final de cada relato, ser apenas só sexo. A partir de tais constatações, pode-se inferir que a transgressão presente no conto se vale da libertação feminina em termos de uma exaltação sexual (que, por natureza, é interdita) uma vez que a personagem expressa seu desejo sexual a outrem, independentemente de uma relação matrimonial, e porventura do amor.

Em sentido estrito, não é apenas “só sexo”, pois sua presença manifesta-se particularmente no desejo de uma complementaridade: “Queria ser a mesma nesse encontro. A mesma, com a luz das rugas que me faltavam no tempo em que nos metíamos por dentro um do corpo do outro como se sozinhos fôssemos apenas pedaços de um corpo mutilado” (PEDROSA, 2005, p. 58). Mistura de passado e presente na tentativa de recuperar a “mesma” em uma outra, a mulher mais velha que busca a vida na eminência da morte. A personagem imerge em uma existência onde cada ação sua só tem significado diante do objeto de seu desejo, seu companheiro, conforme o seguinte trecho: “E tive-te, atrás do espelho, todas as manhãs da minha vida. Porque foi sempre pra ti que me quis bonita, mesmos nos dias escuros” (PEDROSA, 2005, p. 60). Assim, pode-se constatar, diante dessa ambiguidade, que duas coisas são certas: é só sexo, mas é também amor.

As considerações acima apresentadas remetem não apenas a situação em que se encontra a personagem, mas vai diretamente em direção à díade descontinuidade e continuidade batailliana: em específico, no momento final da narrativa, quando a personagem, ciente da chegada da morte, declara

que “talvez para morrer eu precise do amor e da família. Mas para acabar de viver, só preciso de ti, desta febre azul a que os outros chamam só sexo” (PEDROSA, 2005, p. 66). Parafraseando Bataille (2017), ao discorrer que somos seres descontínuos, e que vivemos nossas experiências isoladas de outros indivíduos, mas temos o desejo de uma continuidade que possa nos religar ao ser, a personagem, de modo lírico, expressa seu desejo de uma continuidade final, no instante em que busca incessantemente, em seu interior, a possibilidade de poder compartilhar seus últimos suspiros ao lado do seu companheiro, e assim, (re)viver seus momentos de prazer, êxtase, e quiçá um amor, que, comumente, entende-se, no conto, com sendo “apenas” sexo.

### **Considerações finais**

A partir das discussões mobilizadas pelos estudos de Georges Bataille (2017), no campo do erotismo, em consonância com os estudos de gênero, sobretudo, os estudos de Judith Butler (2005), sobre identidade e gênero, pôde-se observar que o movimento em direção à escrita do erotismo obedece a uma demanda por expressão e representação do erotismo em uma perspectiva que contemple a vivência das mulheres. A vivência afetiva do erotismo e a vivência da escrita do erotismo se percebem no projeto literário da antologia ao apresentar contos que tanto pretendem o enfrentamento dos interditos sociais quanto materializam a transgressão (COELHO, 2005). Nesse sentido as rupturas com as expectativas de gênero se dão tanto no campo da autoria quanto na construção de personagens femininas que não correspondem diretamente ao imaginário feminino patriarcal.

Quanto aos três contos analisados, mantêm em sua fabulação uma relação intrínseca entre os polos da vida e da morte, no qual a presença de Eros e Thanatos se faz amplamente marcada na produção e no desenvolvimento dos contos. Eros, compreendido como potência de vida e propulsor do sentido das ligações eróticas entre os sujeitos, aparece como imagem simbólica intimamente ligada ao seu duplo oposto, Thanatos, o impulso de morte, de modo que os polos, por vezes, parecem reversíveis e indistintos. Outra ocorrência relevante é que as narrativas trazem a lume personagens femininas que subvertem as práticas hegemônicas de gênero ao potencializar suas representações no campo da sexualidade. Tem-se, portanto, personagens femininas que expressam seus desejos,

prazeres, angústias e receios, na mediada em que derrubam as barreiras dos interditos e das transgressões, não apenas por “gostarem de sexo”, mas por expressarem seu desejo de modo diverso às expectativas de gênero em relação à sexualidade feminina. Ao recusar o confinamento à esfera reprodutiva, as personagens subvertem certa subalternidade sexual atribuída às mulheres em seu conjunto. As personagens vivenciam, dessa forma, o erotismo de forma intensa e, por vezes, extrema, na divisa com a possibilidade de aniquilação total e até mesmo flerte com morte dos amantes.

Ainda não se pode afirmar que existe uma emancipação total, em termos de autoria e circulação de textos eróticos escritos por mulheres, e assim, uma visibilidade maior de tais produções. Ao contrário, há todo um processo de resgate e disseminação das narrativas de autoria feminina que ainda se faz muito necessário. No entanto, as discussões mobilizadas pela crítica literária feminista demonstraram que é possível resistir e se reinventar diante da tradição literária ao apresentar escritoras que, enquanto sujeitos de si, participam ativamente de suas produções ao reestruturar, no campo literário e fora dele, suas narrativas, suas histórias, e seus discursos.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Tradução Fernando Scheibe. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*, vol. 2. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.
- BORGES, Luciana. *O erotismo como ruptura na ficção brasileira de autoria feminina: um estudo sobre Clarice Lispector, Hilda Hilst e Fernanda Young*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.
- BRANDÃO, Izabel et al. (Org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.
- COELHO, Luisa. (Org.). *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRANCO, Jean. *Marcar diferenças, cruzar fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

FUNK, Susana Bórneo. *Crítica literária feminista: uma trajetória*. Florianópolis: Ed. Insular, 2016.

HILST, Hilda. Do desejo. In: HILST, Hilda. *Da prosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 477-484.

HORTA, Maria Teresa. Mónica. In: COELHO, Luisa. (Org.). *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 11-125.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Tradução Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

PEDROSA, Inês. Só sexo. In: COELHO, Luisa (Org.). *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 55-66.

1 PENSAMENTO LÍQUIDO. Eros e Thanatos: “Instintos” de vida e morte de Freud

Disponível em: <https://pensamentoliquido.com.br/eros-e-thanatos-instintos-de-vida-e-morte-de-freud/>. Acesso em 20 set. 2020.

PIÑON, Néida. O revólver da paixão. In: COELHO, Luisa. (Org.). *Intimidades: dez contos eróticos de escritoras brasileiras e portuguesas*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p.127-139.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

*Recebido em 20 de agosto de 2021.*

*Aprovado em 24 de setembro de 2021.*

# CLIO SAI DO ARMÁRIO E APESAR DAS LUTAS, JÁ TEM MUITO O QUE FESTEJAR

CLIO COMES OUT OF THE CLOSET AND DESPITE THE  
STRUGGLES, SHE ALREADY HAS A LOT TO CELEBRATE  
CLIO SALE DEL ARMARIO Y A PESAR DE LAS LUCHAS,  
YA TIENE MUCHO QUE CELEBRAR

Jackeline Albuquerque da Rocha<sup>1</sup>

## RESENHA

SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira; RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço; (Orgs). *Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2021.

“Perdoem-nos a falta de modéstia, mas esse livro é um marco”, assim é apresentado o livro *Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+*, a resposta à essa apresentação não poderia ser outra a não ser: não há necessidade de modéstia. Esse trabalho coletivo é sim um marco e deixa marca em seus leitores, com reflexões diversas em cada um dos textos já que a cada capítulo o livro nos mostra que há diversas temáticas LGBTQIA+ sendo discutidas e muitas outras ainda esperando para serem apresentadas à historiografia.

O “acontecimento inaugural”, como as próprias organizadoras falam, foi em julho de 2019 em Recife, durante o 30º Simpósio Nacional de História promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), o simpósio temático “Clio ‘sai do armário’: Historiografia LGBTQIA+” foi dedicado ao tema das sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade, organizado

.....

1. Mulher, branca, cisgênero e bissexual. Graduada em História pela UFG e membra do LaGED - UFCAT. Desenvolveu pesquisa de monografia com o título “Entre atos e afetos de Virginia Woolf”. Atuou na rede pública e privada de educação de 2015 a 2018. De 2018 a 2020 realizou intercâmbio na Irlanda. Atualmente é professora de História e Inglês e aluna especial no Mestrado profissional em História pela UFCAT.

por Rita de Cassia Colaço Rodrigues, Elias Ferreira Veras, com a colaboração de Benito Schmidt. Esse grupo composto por 26 historiadores, que por uma semana foi um “animado gueto” têm a ambição de que os debates acontecidos naquele espaço possam tensionar e dialogar com o *mainstream* historiográfico.

O livro então fruto desse encontro reúne 14 textos com pesquisas diversas sobre pessoas LGBTQI+ onde todas ao fugirem da cisheteronormatividade enfrentaram estigmas sociais e aqui, nas mãos das autoras e autores, esses estigmas foram resignificados como marcas de orgulho e resistência, apresentando de forma magnífica esse recente despertar dentro da historiografia brasileira, se tornando assim um marco historiográfico e político!

Durante a elaboração desse livro, o Brasil vivia um dos momentos mais críticos da nossa história, afundado em retrocessos políticos, sociais e morais; e no momento de escrita dessa resenha, agosto de 2021, infelizmente continuamos no mesmo momento e com o desesperador adicional da pandemia de Covid-19 que se espalhou pelo mundo em 2020 e até agora ceifou mais de 4 milhões de vidas pelo mundo, dentre estes 576 mil pessoas eram brasileiras e brasileiros. Neste momento o Brasil se encontra no 3º lugar no ranking mundial de casos de Covid-19 ficando atrás apenas dos EUA e Índia. Essa posição mundial se deu dentre vários motivos, pelo descaso do governo atual com a saúde e segurança da população, descaso com a vida. Esse descaso já era visto desde o primeiro ano de governo, 2019, com a supressão de dados referentes à violência contra a população LGBTQI+, em 2021 esse descaso continuou se alastrando para todas e todos. Como bem explana Joana Maria Pedro, que escreve o prefácio, este livro então

é o resultado do entrecruzamento de dois movimentos: de um lado, o crescimento e a legitimação deste campo de conhecimento [...] promovido pelo esforço de pesquisadoras e pelo aporte de recursos; de outro lado, o movimento de desqualificação e criminalização das pessoas que estudam e ensinam questões ligadas a estas temáticas. Esta oposição à temática vem acompanhada de toda uma simbologia ligada à masculinidade heterossexual e cis. (PEDRO, P. 17)

*Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+* assume a falta de intelectuais trans entre as autoras dos textos apresentados e entende que é uma lacuna que deve (urgentemente) ser preenchida, o que não anula a verdade máxima: este livro é resultado de lutas, é também um marco na historiografia brasileira, não se limitando à apenas uma região do país, e nem a um só tipo

de fonte, do Piauí à Alagoas, Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, de laudos médicos à jornais, de processos-crime à literatura esse trabalho coletivo é de suma importância na (re)existência da população LGBTQIA+.

É notório o cuidado na organização e sequencia de cada um deles, o texto de abertura é de um dos organizadores, em *História LGBTQI+ no Brasil: Atravessamentos entre militância e produção acadêmica*, Benito Bisso Schmidt apresenta um breve panorama tanto dentro quanto fora da academia, sobre a produção de histórias LGBTQI+ no Brasil, mostrando como os discursos e as práticas de resistência estavam interligados; Com um trabalho historiográfico amplo, ele mostra quem foram as pessoas e quais trabalhos foram desenvolvendo os caminhos para chegar até aqui, na produção de um livro integral com textos sobre a população LGBTQI+. Assim, de forma breve ele identifica os contextos das produções anteriores e situa essa livro/coletânea numa trajetória anterior de debates e reflexões. Sendo um dos organizadores, eles mesmo já aponta, o que poderia ser uma das únicas críticas à esse trabalho coletivo, a ausência de produção sobre homens trans, sobre pessoas bissexuais ou intersexuais, apontando para uma hierarquia política e acadêmica. Ao destacar a diversificação espacial, de fontes, e de períodos diferentes, Schmidt nos mostra que “o argumento da falta de documentos não é plausível para justificar a “timidez” da história LGBTQI+ e que muitas searas arquivísticas ainda podem ser desbravadas.” (P.30).

O texto seguinte, de Paula Silveira Barbosa, intitulado *Os desafios de historiar a Imprensa Lésbica Brasileira*, apresenta as dificuldades de lidar com fontes, seja por estarem em domínios privados ou até mesmo a destruição destes. Assim a autora busca identificar iniciativas de memórias, nem sempre formais, mas que ajudaram a traçar um caminho até aqui. Destaca por exemplo iniciativas de Rita de Cássia Colaço Rodrigues, uma das organizadoras deste livro, que foi a primeira lésbica a publicar um livro sobre homossexualidade no Brasil. Na busca por manter viva a memória sobre lésbicas e seus saberes coletivos, Barbosa acredita que assim impedirá a “trajetória de apagamento e distorção que marca a construção de narrativas históricas sobre esse segmento.” (P. 43)

Partindo para a literatura, Daniel Vital Silva Duarte em *Sobre andrômanos e efêbos: notas sobre corpos rebeldes em Abel Botelho e Alfredo Gallis (1891 -1906)*, fala sobre a produção literária envolvendo Portugal e Brasil, e como nesse período esta produção era influenciada pelo naturalismo. As obras usam constantemente metáforas e apresentam argumentos do caráter médico psiquiátrico da época. O autor nos apresenta duas obras literárias e discute,

dentre outros pontos, como os enredos constroem a ideia de sexualidade perversa partindo da dinâmica de “passividade” e “atividade”. Conclui que à época ao entenderem que havia uma barreira frágil de gênero, o fazer-morrer era necessário para a manutenção da mesma.

No mesmo período, mas agora no Rio de Janeiro, a pesquisa de João Gomes Junior, *“Ser puto não tem idade”: controle e repressão da homossexualidade entre meninos e rapazes no contexto de estabelecimento da ordem burguesa no Rio de Janeiro (1890-1930)*, utilizando de fontes literárias, instrumentos legislativos e teses médicas, apresenta a personagem Bembem, que ao ter seus desejos sexuais descobertos pela família é expulso de casa e precisa se prostituir para sobreviver nas ruas. Utilizando desta história, o autor mostra como as ordens institucionais tentaram controlar o homoerotismo e a prostituição entre menores de idade visando manter uma imagem do Rio de Janeiro como uma sociedade burguesa e moderna. Citando médicos da época o autor mostra como essas práticas vistas como “vadiagem” eram punidas, sejam em hospitais sejam em prisões. Por fim o autor mostra de forma excepcional, como o papel das famílias entra nessa busca pela ordem burguesa. Com a construção da ideia de que as crianças são o futuro da nação, a infância passa por uma reformulação visando aspectos morais e sociais para a ordem do trabalho. Assim as ideias de preservação da honra, da moral e da sexualidade “normal” e comportamentos “saudáveis”, são construídas e levadas “a cabo por médicos, juristas e pedagogos dedicados a regularizar os afetos, o cotidiano, as condutas e a vida privada das pessoas.” (P. 74)

Ainda na década de 30, o texto *“Frescos” e “Valentes”: as homossexualidades masculinas entre subalternos no Rio Grande do Sul (Década de 1930)*, de Rodrigo de Azevedo Weimer, utiliza de dois processos-crime e analisa as concepções relacionadas às noções de “atividade” e “passividade”. Com uma escrita envolvente Weimer nos apresenta o primeiro processo-crime que envolve uma briga entre dois homens dentro do cárcere. Durante o inquérito descobrem que eles mantinham uma relação conjugal, e pelos arquivos é possível perceber uma relação de dominação e poder. Ao adentrar mais na história de Antônio e Pedro, o autor descobre que Antônio foi preso por matar um homem que possivelmente teria se recusado a assumir o “papel de mulher”. Assim Weimer percebe como a preocupação com “ativo” e “passivo” aparecem nos inquéritos mas não nos processos, a todo momento percebendo essa sociedade falocêntrica. Partindo dessa perspectiva Pedro seria fresco, passivo, já para Antônio

essas questões nunca aparecem visto que o último pratica atos de “pederastia ativa”. Weimer encerra trazendo outras possíveis análises destes casos, o crime que levou Antônio à prisão, aconteceu na zona rural, apontando para uma nova área a ser explorada já que não é muito comum fontes sobre crimes nesses espaços e o fato de Antônio ser negro, podendo render discussões interseccionais entre classe, raça e sexualidade.

Julia Aleksandra Martucci Kumpera em *Entre a clínica e o quartel: o “lesbianismo” em documentos da ditadura militar brasileira*, analisa os discursos durante a ditadura civil-militar no Brasil, que buscavam categorizar o lesbianismo e as lésbicas como patologia e crime. Para o desenvolvimento da pesquisa Kumpera analisou relatórios do aparato repressivo e buscou entender qual lugar as mulheres militantes ocupavam e quais discursos estavam sendo produzidos sobre estas mulheres. A autora percebe a herança das teorias médicas do século XIX, e como essas concepções moldaram as lentes com as quais os militares olhavam para essas mulheres, militantes de esquerda que rompiam com os padrões de feminilidade. A autora apresenta a noção de Nação Heterossexual, de Ochy Curiel e compreende que esta é uma categoria útil para analisar a ditadura civil-militar no Brasil que numa mistura de anticomunismo, defesa da moral e dos bons costumes e religião criaram uma ideologia de ódio e combate às existências lésbicas pós golpe de 64, o que perdura até os dias atuais mesmo com o retorno à democracia já que ainda não deixamos de viver numa nação heterossexual.

O capítulo 7 é um deleite ao leitor, Kyara Maria de Almeida Vieira tem uma escrita atraente e objetiva, fazendo com que ao final o leitor fique querendo mais. Em *“Dêmonio das letras, papisa do homossexualismo, rainha das lésbicas? Cassandra Rios e as muitas inscrições de si, entre erotismo e a pornografia*, a partir de jornais, revistas e autobiografias publicadas entre 1970 e 2000, fala das representações construídas pela e para Cassandra Rios no que tange a pornografia, erotismo e sexualidade e como a autora estabelece fronteiras para defender sua obra, comumente acusada de pornografia. Cassandra defende sua obra tendo amor como código existencial assim sua escrita responde a necessidade de escrever em defesa dos sentimentos. Cassandra precisa criar mecanismos que defendam sua obra e que garanta a sua publicação e ao conseguir criar e estabelecer essas fronteiras ela se torna uma das únicas mulheres que conseguiram sobreviver de seus direitos autorais. Kyara nos mostra como a autora se defendeu de tais acusações e como ela “brincava” com pseudônimos masculinos para burlar as regras do “campo inimigo”,

assim Cassandra deixava evidente que não eram suas obras que estavam sendo perseguidas, mas sim ela própria. Não há melhor forma de encerrar do que citar diretamente Kyara que sobre a escrita de Cassandra Rios diz

Sua escrita desliza sobre corpos que se permitem uma experiência de embriaguez dionisíaca mas sem perder a lucidez apolínea, rindo da tragédia que é viver e brincando com a dor e o sofrimento enquanto forças destrutivas e também criativas, que os impelem em direção ao porvir. (VIEIRA, P. 128)

Kleber José Fonseca Simões em *Bonecas: faxina depois do desfile. A atuação da delegacia de jogos e costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1968 a 1978)*, utiliza de notas publicadas nas páginas policiais dos jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*, para analisar uma biopolítica da cisheteronormatividade, que dá visibilidade ou invisibilidade à corpos e na busca por regular estes corpos, determinam os que são vivíveis ou morríveis. O autor também faz um levantamento de espetáculos censurados e todos tinham corpos que não eram possíveis de serem encenados já que estavam relacionados a sexualidades dissidentes da heteronormatividade. Percebe-se assim noções de higienismo social a partir de como os jornais noticiavam prisões de travestis no período, porém mesmo com a passagem para a democracia (reflexão similar ao texto de Kumpera) essa biopolítica ainda permanece, estabelecendo os estereótipos ainda vigentes de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros estando sempre relacionados à prostituição e criminalidade. O autor encerra defendendo que apenas com a coletividade poderemos garantir uma sociedade verdadeiramente democrática onde todos os corpos e vidas sejam respeitados e tenham seus direitos assegurados.

Rita de Cassia Colaço Rodrigues, em *Cesinha, o serventuário do Balacobaco: Astúcias de gênero e discriminação numa corte de justiça*, nos apresenta de forma instigante a história de César Augustus de Souza, que foi alvo de vários processos administrativos por conta da sua apresentação de gênero. Ela começa nos apresentando partes dos processos e as incoerências de quem acusa e pede a remoção de César uma vez que o mesmo já havia formalmente elogiado o serventuário, a princípio a acusação era de insubordinação mas, ao não conseguirem manter este argumento, o real motivo vem à tona, Cesinha vai ao trabalho travestido, pinta a unhas e usa roupas de mulher. Daí se desenvolve toda uma disputa judicial e de capital simbólico, uma vez que

perceptivelmente o poder do adversário era desproporcionalmente maior. Cesinha de forma astuta e inteligente, ativou vários mecanismos para sua defesa como aparições em revista, baixa-assinado com mais de 200 assinaturas dentre outros. Mas sua existência e sua “ousadia” em vestir-se de mulher à luz do dia foi motivo “suficiente” para sua punição.

Em *Gay é liberdade: homossexualidades em Maceió na abertura*, Elias Ferreira Veras a partir de publicações em jornais, reflete sobre a *União dos Viados de Alagoas* (UVA) e quais os significados e legados de seu aparecimento público na década de 80, mostrando as contradições desse período de abertura política que foi marcado por emergência e repressão, controle e resistência, vulnerabilidade e luta. Ao mesmo tempo que recupera parte da história LGBTQI+ em Maceió e lhe dá devida importância na historiografia.

O texto seguinte de Hélio Secretário dos Santos, *Luiz, o “bom moço”: assassinato, homossexualidade e prostituição em Teresina na década de 1980*, retrata como a imprensa piauiense publicou discursos homofóbicos na cobertura do assassinato de Luiz. Em escaladas rápidas, os jornais que começaram noticiando o assassinato de um jovem, funcionário da Caixa Econômica Federal, passaram a falar de orgias e drogas até chegaram aos discursos homofóbicos, que se deu principalmente a partir das investigações apontarem que Luiz se envolvia com várias outras pessoas. Esses discursos mostram a permanência da homofobia ao mesmo tempo que mostram as lutas das dissidências de gênero e sexualidade. Hélio no entanto não se limita ao caso de Luiz e apresenta outros casos chegando até os dias atuais, reforçando como essa discussão ainda é extremamente importante, já que vivemos num momento onde as políticas públicas voltadas ao público LGBTQI+ estão sendo constantemente ameaçadas. Essa luta por direitos continua como tema nos três últimos textos.

Rafael França Gonçalves dos Santos em *Histórias não contadas: (Re) existências travestis em Campos dos Goycatazes (RJ) na década de 1990*, partindo da própria vivência como organizador na Semana da Diversidade LGBT em 2013, passou a refletir sobre quais grupos antecederam estes movimentos na cidade percebendo uma hierarquia dentro das mobilizações uma vez que ouvia entre seus pares que a mobilização teria começado em 2006 com a Parada GLBT, Santos percebe então um apagamento da população trans, seja na imprensa, seja nas narrativas das participantes da Semana da Diversidade, já que na década de 1990 com a emergência da AIDS, foi a população trans

que teve papel central nessa pandemia, garantindo a sobrevivência daquelas e daqueles que necessitaram de ajuda. O autor encerra o texto reforçando a necessidade de não esquecermos o passado, identificar os sujeitos que as constituíram e dar-lhes a devida importância.

No penúltimo texto, Augusta da Silveira de Oliveira, intitulado *Em busca da “Igualdade”: A luta pela cidadania da população trans em Porto Alegre (RS) na década de 1990*, utilizando-se de relatos orais, apresenta o pioneirismo do Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), no Rio Grande do Sul. Para além do propósito central do grupo, havia um grupo de travestis e transexuais que organizavam oficinas de formação e cidadania para que essas pessoas se reconhecessem como cidadãs, essas oficinas refletiram na tomada de consciência do eu e dos direitos que cada uma dessas pessoas deveriam ter. Dessas oficinas nasce a ONG Igualdade, que para além das funções que a GAPA já oferecia, passou a ofertar diversos cursos e se fortaleceu como ponte para o diálogo com as instituições do Estado, sendo vista como referência para a população trans em Porto Alegre.

O texto de encerramento do livro, *Os quadros de Márcia Mendonça, Orham Pamuk e outros enquadramentos: ensaios de uma corpografia trans*, de José Wellington de Oliveira Machado, traz uma escrita apaixonada e apaixonante, ao apresentar as artistas Márcia Mendonça e Orham Pamuk, dentre outras e outros, o autor faz uma bela análise sobre como para artistas trans, suas batalhas também se dão no corpo e por meio do corpo. O autor discute a diferença entre carne e corpo, e como este último se forma a partir do contato com a cultura, enquadramentos que formam o corpo já idealizado antes mesmo do parto e como após a morte a memória se encarrega da produção de corporalidades. Defende que “o problema não são os quadros; é a maneira como acontecem as delimitações” (P. 244) e como essas “molduras” são instrumentos de controle e exclusão. Utilizando de forma perspicaz o termo “enquadrar” que é utilizado tanto na arte quanto no meio policial, o autor encerra seu texto de forma poética e instigadora, deixando o leitor com uma série de reflexões sobre corporalidades e enquadramentos. O que essas molduras permitem mostrar e o que elas deixam de fora?

Percebe-se então com os 14 textos do livro/coletânea que várias lacunas sobre a história da população LGBTQI+ começam a ser preenchidas ao mesmo tempo que é instigante e animador perceber que ainda há muito para ser explorado e trago à luz da historiografia. O caminho está sendo

construído e este livro para além o marco que é, é a consolidação de um espaço amplo e cheio de oportunidades. Clio, apesar das lutas, já tem mas ainda terá muito o que festejar!

### **Referência Bibliográfica:**

SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira; RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço; (Orgs). *Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2021.

*Recebido em 27 de setembro de 2021.*

*Aprovado em 5 de novembro de 2021.*

# GÊNERO SOB PERSPECTIVA: JOANA MARIA PEDRO

*GENDER UNDER PERSPECTIVE: JOANA MARIA PEDRO*

*GÉNERO BAJO PERSPECTIVA: JOANA MARIA PEDRO*

Sarah Pinho da Silva<sup>1</sup>

A professora Joana Maria Pedro é formada, em História, pela Universidade Vale do Itajaí-SC, tem mestrado, em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina, e doutorado pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero -IEG e do Laboratório em Pesquisa de Gênero e História- LEGH, na Universidade Federal de Santa Catarina. A professora pesquisa, entre tantos temas: femininos e democracias, história social das mulheres, memória, história oral, história comparada e relações de gênero. A entrevista foi realizada, em agosto, e buscou abordar temas sobre feminismos, democracias, mudanças no campo historiográfico, avanço do conservadorismo e processos relevantes na produção da pesquisadora.

## **Os primeiros contatos: uma história social das mulheres.**

**Entrevistadora:** Primeiro, boa tarde. Gostaria de agradecer, em nome da Revista Anômalas, a concessão da entrevista. A primeira pergunta para a senhora é como aconteceu a escolha sobre a pesquisa em história das mulheres?

**Joana Pedro:** Esse processo aconteceu por questões da vida da gente, questões da minha própria vida. Eu me separei, em 1977, separei fisicamente, fiz aquilo que a gente chama de separação de corpos do meu ex-marido e passei a viver problemas de violência muito sérios, de ameaças, de ataques, já vivia antes. Ficou pior depois de eu conseguir essa separação de corpos. Isso, em 1977. Em 1979, eu defendi o mestrado. Eu tinha começado a fazer, já em

.....

1. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sarah.silva@aluno.uece.br

1976, o mestrado de História Econômica, que era o que tínhamos aqui em Santa Catarina. Eu sou de Itajaí, eu dava aula, na Univali<sup>2</sup>, em Itajaí. Então, em 1977, eu me separei fisicamente, comecei o processo, na época não tinha divórcio, era desquite. Eu concluí o meu mestrado, em 1979, continuei dando aula, na Univali, na época, chamava-se FEPEVI<sup>3</sup>, dava aula de história econômica, de história do pensamento econômico. E, quando chegou em 1982, fiz concurso para a Universidade Federal de Santa Catarina, como eu tirei o segundo lugar, eu fui chamada, em 1983, e vim para Florianópolis, eu trouxe o meu filho e trouxe, também, a minha mãe e o meu irmão junto. A minha mãe, também, estava passando por alguns problemas e eu trouxe os dois juntos, formamos uma família. Ficava a minha mãe, meu filho, meu irmão e eu. Então, mesmo antes de eu ter me mudado, para Florianópolis, quando eu me separei, eu passei a ter alguns problemas com o fato de ser separada, uma mulher separada, a ideia de uma mulher falada, o que era uma mulher honesta e o que era uma mulher falada. Quando eu cheguei aqui, na Federal (Universidade Federal de Santa Catarina), eu enfrentei de novo esse tipo de problema. Eu era uma mulher com trinta e poucos anos, trinta e três anos, no caso. E, assim, o que é comum para as mulheres, eu me lembro de assédio, no ônibus, na rua, na própria Universidade, e, também, fofoca, coisas que diziam que eu fazia e eu não fazia. Ou seja, eu me dei conta da fragilidade de ser uma mulher separada, mas uma coisa que eu fiz aqui, na Federal de Santa Catarina, foi me envolver em grupos de estudos. Eu fui dar aula na economia, eu dava aula de história do pensamento econômico, na economia, daqui da Federal de Santa Catarina e passei a fazer parte de grupos de estudos que estudavam Karl Marx, estudavam E. P. Thompson, estudavam Gramsci, a gente ficava estudando mesmo, fazendo leitura em equipe, em grupo. Passei a fazer parte disso. E, quando em 1988, começou toda uma campanha pelos 100 anos da abolição da escravidão e a professora Sandra Pesavento me perguntou o que eu achava - eu já conhecia ela - o que eu achava de fazer uma pesquisa sobre escravidão, em Santa Catarina.

Então, eu reuni o meu grupo de estudos e a gente fez uma proposta de pesquisa e conseguimos dinheiro, inclusive. E essa pesquisa que era sobre preconceito e escravidão me colocou em contato com textos de jornais que falavam de mulheres, então, foi uma pesquisa que puxou a outra. Enquanto

.....

2. Universidade do Vale do Itajaí.

3. Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí.

a gente procurava coisas do que se dizia dos ex-escravizados, logo após a abolição, como é que tinha sido esse processo, o que se dizia, o preconceito que estava nos jornais contra as pessoas negras, por junto com esse material, a gente encontrava muita coisa sobre mulheres, quadrinhas, pensamentos, expressões de misoginia direta, piadas, coisas horrorosas, nós encontramos e eu pensei que aquilo dava uma boa pesquisa. Sabe, eu me enxerguei naquelas coisas que diziam. Eu me lembro. Eu estava representando o meu Centro, o CFH<sup>4</sup>, na reunião de Comissão de Pesquisa e Extensão da Reitoria, e eu me lembro que a secretária da Pró-reitoria fez um comentário, comigo, sobre uma professora da Filosofia, dizendo que ela era uma mulher que não prestava. Aí eu perguntei para ela, por que ela não presta? Ela disse: ela vive namorando, ela era separada, ela vive namorando, ela não usou esse termo, inclusive, vive aí dando vergonha, essa mulher não presta, e eu conhecia o ex-marido dela, eu perguntei, ela não presta, por que? Ela não paga as contas, ela não é uma boa professora, essa minha pergunta, eu fiquei indignada por ela, eu me identifiquei. Daí eu pensei, isso dá uma pesquisa e, ainda, com aqueles dados que os estudantes estavam coletando, nos jornais, junto comigo. A gente tinha um grupo de pesquisa, nós tínhamos iniciação científica, tínhamos tudo, e eu fiz uma proposta de pesquisa, que se chamava: Mulher, dominação e resistência, que pretendia olhar todos os jornais de Santa Catarina, para ver como eles falavam das mulheres, no fim não ficou assim, claro. Era uma proposta de tese imensa. Eu conhecia a professora Zilda Iokoi, que era da USP<sup>5</sup>, e que tinha vindo aqui, em Florianópolis, para participar da Anpuh<sup>6</sup> Santa Catarina, porque, em 1986, nós reativamos a Anpuh Santa Catarina e eu fui a primeira diretora regional da Anpuh Santa Catarina e ela veio para atividades, para palestras e coisas assim. Em uma dessas conversas com ela, eu disse que estava querendo fazer uma pesquisa e falei do assunto que eu queria trabalhar, que era sobre mulheres. E ela falou assim: Joana, tem uma professora que trabalha com isso, a Maria Odila e como você é professora, você vai ter mais facilidade.

Na época, eu entrei, na Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado e as federais, através da Capes, elas tinham um projeto de dar bolsas, para quem era professor na Universidade, e a Universidade tinha interesse que esse professor fizesse doutorado, ganhasse mais titulação. Foi um grande investimento que

.....

4. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
5. Universidade de São Paulo.
6. Associação Nacional de História.

fizeram na época. Ela disse: você pode conseguir uma bolsa assim e eu conhecia essas bolsas, já sabia da existência dela. E foi assim que ela me apresentou para a Maria Odila e fui à São Paulo. Maria Odila conversou comigo, na época. Quem decidia quem iria entrar ou não, orientar ou não era a orientadora. Eu vim de São Paulo já com uma carta de aceite, naquela época, eram cartas de aceite. Cheguei em Santa Catarina, e comecei organizar a documentação, para sair em março de 1988, para fazer doutorado em São Paulo, na USP.

Então, como é que eu atribuo essa mudança de História do Pensamento Econômico ou História Econômica para a História Social das Mulheres, porque era essa a ideia do que eu estaria fazendo: foi a minha vida, mas foi, também, a pesquisa. Então, essa coisa de ter dados, ter fontes e pensar sobre isso e ter vivido isso, me identificar com isso. Eu me lembro que eu li um trabalho do Florestan Fernandes, que ele falava sobre ser negro. Eu me identifiquei com aquela descrição que ele fez sobre o preconceito, embora eu não fosse negra, mas eu sabia do que ele estava falando em relação às mulheres, no caso, eu me senti assim. Eu me identifiquei com aquelas coisas que ele dizia. Não é à toa que o movimento de mulheres, o movimento negro, o movimento LGBT têm muitos pontos em comum, porque a forma do preconceito é muito semelhante. Então, foi assim que eu passei para a História Social das Mulheres. E foi com o estudo com a Maria Odila, que eu tive contato com o gênero. Foi em São Paulo que eu tive contato com as discussões sobre gênero. Ela, não só, trouxe textos para a gente ler sobre gênero, que estavam recém saindo, como também, a Elisabeth Souza Lobo andou fazendo uns seminários, em São Paulo, nós fomos assistir. Então, foi em São Paulo, fazendo doutorado e em contato com a Maria Odila, nós tínhamos um grupo de estudos. Eu sempre tive grupos de estudos. Quando eu digo nós, é porque não era só eu, mas um grupo de professoras. Alugamos um apartamento, na rua Dr. Homem de Melo, perto da PUC, para ficar em São Paulo, e a gente se reunia, se não me engano, uma vez por mês, para discutir textos. Maria Odila ia para essas reuniões, várias vezes, trazia textos, muitos deles em inglês. A gente traduzia, líamos e discutíamos. Eu comecei a discutir gênero, também, embora na tese de doutorado eu não tenha feito nenhuma discussão sobre gênero, era mais história social das mulheres.

**Entrevistadora:** Por que mulheres na ditadura militar e qual o impacto dessa pesquisa na sua produção?

**Joana Pedro:** Depois que eu terminei o doutorado, eu fui discutir, muito mais, o aborto, infanticídio, pílulas anticoncepcionais, políticas populacionais. Depois, entrei para a discussão do feminismo e como o feminismo, no Brasil, aconteceu nesse momento da ditadura, a gente pensou em fazer um projeto nessa direção. Eu estou falando a gente, por que? Tem um acontecimento, eu vinha fazendo uma pesquisa sobre feminismo. A minha questão era sobre a identificação com o feminismo, tanto que eu publiquei coisas sobre isso. Eu fiz entrevista com pessoas, perguntando quando elas se descobriram feministas. Então, eu estava desenvolvendo essa pesquisa, e saiu um edital da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres junto com o CNPq, um edital de recursos para pesquisa. Eu me lembro que a Cristina (Cristina Scheibe Wolff), a Roselane (Roselane Neckel), o Marcos Montysuma, nós nos reunimos, na minha casa, para pensar um projeto. Primeiro, a gente pensou a América Latina, porque América Latina toda passou por ditaduras. Mas, pensamos: isso a gente não vai dar conta. Aliás, a ideia foi da Cristina, ela falou: vamos pegar só o Cone Sul e aí nós fomos pegar as coisas do Cone Sul e, realmente, elas coincidem, as épocas de ditaduras e a época de saída das ditaduras. E, é claro, tivemos que incorporar a discussão de História Comparada e fizemos esse projeto para o CNPq e Secretaria das Mulheres, que era um edital conjunto e ganhamos o recurso e não era pouco, era um dinheiro legal. E, ainda, eu peguei esse meu projeto e mandei para a FAPESC<sup>7</sup>, que é a nossa Fundação e eles, também, nos deram dinheiro e aí nós saímos pelos países do Cone Sul e a gente nunca ia sozinha, sempre ia algum estudante de iniciação científica, de mestrado ou doutorado. Nós fomos para Chile, Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, catando material, periódicos feministas e entrevistas. Fontes e entrevistas e compramos muitos, muitos livros e trouxemos e foi aí que a gente foi montando aquele repositório, que hoje tem as entrevistas, os jornais, que a gente foi fotografando e foi trazendo. Então, a gente foi acumulando um acervo de material e com esse acervo de material, muita gente fez suas teses, suas dissertações e a gente foi indo assim. E fizemos os livros, que saíram dois, no caso, e artigos e capítulos e foi assim que a gente foi fazendo e fazendo aquelas viagens, foi uma coisa muito boa. Primeiro, porque esses países tinham saído da ditadura e as pessoas estavam com coragem de falar. Eu tenho a impressão de que, se fosse hoje

.....

7. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina.

em dia, se a gente fosse perguntar, já seria diferente. Eu me lembro que, recentemente, nós estivemos no Paraguai e uma das pessoas disse que não ia dar entrevista, porque tinha medo. Então, as coisas se tornaram complicadas depois. Mas, naquela ocasião, que era bem o início ali do século XXI, 2006, 2007, estava todo mundo numa grande euforia. Aquilo que a gente chama de Maré Rosa. Os preços das *commodities* estavam altos. A maioria dos países estavam com políticos de esquerda. Eu me lembro da gente ter ido no Chile, no primeiro governo de Bachelet<sup>8</sup>, por exemplo. Então, não era uma coisa difícil de fazer. Era um ambiente bom para isso e de comprar muitos livros nos sebos, quantos livros nós compramos, muitos estão, no LEGH<sup>9</sup>, e fazem parte do acervo agora. Se eu me tornei uma referência? Eu acho que não. Eu acho que, talvez, a gente e quando eu digo a gente, eu estou me referindo, principalmente, à Cristina, porque a Roselane, depois, saiu e foi ser diretora de Centro, foi fazer política. O Marcos, também saiu, foi se dedicar a História Oral. A Cristina ficou, depois veio a Janine (Janine Gomes da Silva), trabalhando com memória e com acervo. Então, eu penso que a Cristina ganhou uma força muito grande, nesse percurso, também, e outras pesquisadoras, que depois cresceram e hoje são notoriedades. Muita gente trabalha com isso hoje. Eu fico feliz que muita gente esteja trabalhando sobre esse tema. Foi assim que nós caímos, no Cone Sul, e continuamos. Eu estou com um projeto, não mais sobre a ditadura, mas sim o período de democratização. Estou concluindo, devo entregar relatório, agora em março, e, se tudo der certo, pretendo continuar trabalhando, nesse período. Trabalhando as mulheres na política.

### **Sobre feminismos e democracia.**

**Entrevistadora:** Dá para falar em democracia sem a representatividade e participação efetiva de diversos grupos na política institucional? (Legislativo, executivo e judiciário).

**Joana Pedro:** Então, há um grande debate, nesse campo, mas, se eu quisesse ser bem simplista, porque as coisas não são tão simples assim. Mas, para ser didática e ser simplista, eu diria que há dois grandes debates. Não importa

.....

8. Michelle Bachelet.

9. Laboratório de Estudos em Gênero e História.

quem esteja, mas sim, se você se considera de esquerda ou de direita. O debate é de ideias. Então, a representatividade não importa, porque você encontra mulheres de direita, homens de esquerda, homens de direita, mulheres de esquerda, e eu não sou essencialista, aliás, eu faço uma crítica muito grande ao essencialismo. Eu não acho que basta ser mulher, assim como eu não acho que basta ser homem, mas cada vez mais, olhando a maneira como os símbolos, os argumentos, os discursos são constituídos, eu fico pensando, cada vez mais, como o corpo está presente. A noção de que o feminino é sempre a fragilidade, a emoção e o masculino é sempre a força, a política. Então, essas coisas estão muito presentes, nessa nossa cultura, e elas são corporificadas. E para tornar as coisas um pouquinho mais complicadas, eu acho que dá para a gente dizer que: concordo que não basta representatividade, mas também, não basta achar que é, somente, um debate de ideias. É que o debate de ideias é corporificado, também, ele tem corpo. Então, cada vez mais, eu tenho caminhado nessa direção, mesmo reconhecendo que o paraíso não vai chegar, só porque nós teremos 50% de mulheres. Quando nós tivermos 50% de mulheres, aí a gente pode falar em debate de ideias. Algumas mulheres vão ficar na direita, outras vão ficar na esquerda, mas precisamos dessa representatividade e não é só de mulheres. Eu estou pensando na representatividade daquilo que o povo é. O povo brasileiro é negro, é indígena, tem uma porcentagem muito maior de mulheres do que de homens, é LGBT, é trans, tem deficiência, ele é Norte, Sul, Leste e Oeste, ele é muita coisa. Então, a representatividade é importante. Eu diria que a disputa de ideias precisa ter uma estrutura baseada em representatividade, então, continuo achando que precisamos de representatividade, embora saiba que não basta. E entender que o debate de ideias é importante sim, já houve uma época em que se escalonou uma coisa assim, primeiro nós vamos ter o socialismo, primeiro nós vamos ter a democracia para depois ter isso ou aquilo. Não, calma, vamos fazer o contrário, primeiro queremos representatividade e aí vamos inventar uma democracia melhor quem sabe.

### **Feminismos, Gênero e a Historiografia**

**Entrevistadora:** Como observa as mudanças no campo historiográfico em relação aos estudos de gênero, mulheres, sexualidade, raça...?

**Joana Pedro:** Vamos falar de dois espaços: um que é o externo e outro que é o interno ao campo. Externamente ao campo, nós temos sido muito atacadas

e não é só a discussão de gênero. A própria História, enquanto disciplina, tem sido atacada. A disputa pela memória é uma disputa política importantíssima. A memória, a boa memória, a narrativa boa é um capital político muito importante e é disputado, aliás, as empresas têm isso, também, elas não querem aparecer como aquelas poluidoras do ambiente ou discriminadoras ou qualquer coisa assim, não é só as Nações que fazem isso. Então, externamente, a disciplina História, porque usa a memória como sua principal base, tem sido muito atacada e alvo de disputa, e a discussão de gênero, do feminismo, também, está sob ataque. Nós sabemos como a discussão de gênero tem sido caluniada e o feminismo, também, tem sido alvo de uma narrativa horrorosa, que desqualifica as mulheres e homens que se autoidentificam com o feminismo ou com as discussões de gênero e a questão LGBT, sexualidade no caso. Internamente ao campo da história, eu diria que os ataques ao gênero nos favoreceram.

Em 1992, quando eu voltei com uma tese de História das Mulheres, eu não fui muito bem recebida. Eu me lembro das pessoas dizerem que eu fazia parte da polícia feminina. Achavam que eu ia fiscalizar a vida sexual de alguém. Eu não sei o que é que se passava, eu só sei que a coisa não foi fácil. E mais de uma pessoa narra isso, a desqualificação da disciplina. Dizer que não era história o que a gente fazia, não foi uma coisa simples e mesmo depois. Uma das acusações era a de identitarismo, de que é uma política identitária, que isso não leva a nada, até de nazismo a gente já foi acusada. Eu me lembro de um colega nosso dizer isso: que identitarismo por identitarismo o nazismo também era. Então, não é à toa que se fala em feminazi. Mas, com esse ataque que nós temos sofrido ultimamente, mas um ataque externo, eu senti que há um certo encolhimento das críticas que antes eram feitas à gente. É como se a gente estivesse na frente da luta. Sabe aquelas pessoas que são colocadas na frente de uma manifestação, que recebem as primeiras pedradas e os primeiros jatos de gás de pimenta? Nesse momento, as discussões de gênero, feminismos e sexualidade estão nessa frente ali, e as outras pessoas estão atrás. O que acontecer conosco, vai acontecer com elas. Elas sabem que nós somos os principais alvos, nesse momento, eu diria que estão um pouco nos empoderando. Não vou dizer para você que é muita coisa, mas é um mínimo de reconhecimento. Não fazem mais um evento sem ter alguma mulher, sem ter uma discussão sobre feminismo, sobre gênero, sobre sexualidade. O reconhecimento de que esses temas são importantes, e por que são importantes? Porque, estão sendo atacados, se estão sendo atacados é porque são importantes. Então, eu diria que, dentro do campo da historiografia, nós

estamos tendo um pouco mais de espaço e estamos sendo mais ouvidas. Se você me perguntar assim, Joana e a hora que passar, esse governo não estiver mais aí, como vai ser? Os nossos colegas vão voltar as cargas? Não tenho dúvidas, quanto a isso, eles meio que recuaram, porque sabem que estamos na frente da briga, nós somos a comissão de frente. Na hora que não tiver mais essas ameaças, com certeza, vão haver um rearranjo e uma disputa no campo. Mas, como essa felicidade, todos, todas nós queremos, que felicidade? Essa de não ser mais atacadas, quando chegar esse momento, a gente pensa no que fazer. Acho que, nesse momento, estar fora desse ataque vai ser muito importante. Tem gente morrendo por isso, as pessoas não conseguem emprego, as pessoas não conseguem concursos, nunca mais nós tivemos editais, as ciências humanas, em geral, estão sendo atacadas. Então, na hora que isso passar, a gente vai ficar tão feliz, que a gente pensa depois como é que a gente vai conseguir sobreviver, lutando contra os nossos próprios amiguinhos.

**Entrevistadora:** Que estratégias podemos pensar, diante do conservadorismo atual, para continuar avançando nos estudos/pesquisas de gênero, sexualidade e outros diante desses ataques externos ao campo?

**Joana Pedro:** Esses ataques externos nos colocaram em evidência, e mais, às vezes, eu fico pensando que esse povo está dando cada tiro no pé. Sabe por quê? Você já viu como os jovens adoram ir contra? Quanto mais proibido melhor. Eu fico pensando: nunca tivemos tantos estudantes querendo discutir isso, estudar isso. Então, eu acho que eles conseguiram foi despertar muita curiosidade. Claro que isso tem consequências. Eu estava dando uma disciplina, nós terminamos agora, eles (estudantes) estão fazendo o trabalho final, uma disciplina, no doutorado interdisciplinar, que discutia os feminismos, e eu fiquei impressionada com uma convidada que nós tivemos, que ela trabalha com os feminismos rurais, com as mulheres rurais, agricultoras. Tem um grupo, um movimento muito forte que se autodenomina feminista, mulheres feministas elas se dizem, mas, ao mesmo tempo, elas não querem ser chamadas de feministas e, também, não querem falar de gênero. Ela nos contou, no dia da palestra, que eles fizeram uma reunião com as mulheres e, geralmente, é na igreja, na paróquia, que fizeram essa reunião com as mulheres da agricultura. As igrejas é que têm espaço, na área rural, e conversaram sobre as questões, sobre a terra, sobre as dificuldades. Quando foram falar de gênero, ficou uma meia dúzia de pessoas na sala, o restante saiu, porque gênero é considerado uma

coisa do demônio. Então, depende do lugar também, para se avaliar que efeitos tem. Mas, eu tenho a esperança de que como tem muita *fake news*, como tem muita mentira, uma avaliação equivocadíssima de tudo aquilo que a gente diz ou pelo menos de uma grande parte do que a gente diz, as próprias pessoas, algumas delas, vão se dar conta disso, mas para muitas continua valendo. O que é que a gente pode fazer? Aquilo que continuamos fazendo, nós continuamos dando aula, como acadêmicas, com a pandemia e com a melhoria dos suportes *online*, nós temos atingido um público bastante significativo.

Não quer dizer que eles não tenham, também, tanto que têm vários canais do *Youtube* falando de ideologia de gênero e contra o feminismo, contra tudo isso, mas nós também, a gente custou um pouco a aprender, mas a gente aprendeu também. Eu estou lembrando aqui do trabalho da Larissa Freitas, que fez uma discussão sobre as blogueiras negras, mulheres negras que se autodenominam feministas e que têm um público imenso nos *blogs*, no *Instagram*, enfim, eu quero dizer com isso que a gente aprendeu e tem aprendido. Tem muita gente trabalhando esse tema e que está crescendo, ou seja, se antes a disputa era desigual, eu acho que agora está ficando mais próxima e é isso que nós precisamos fazer, continuar fazendo pesquisa, continuar publicando e, principalmente, traduzindo as coisas que nós sabemos para uma linguagem acessível e dentro das normas das redes sociais. Por exemplo: só pode ser aquele tanto de caracteres, é só aquele tanto de caracteres, é o *Tik Tok* que cabe só alguns minutos, tudo bem. Nós temos que nos adequar a esse tipo de possibilidade, por que vamos ficar paradas no tempo? Ah, não, eu só publico em revistas A1, tudo bem, mas faz também um vídeo falando aquilo que você colocou na revista para uma linguagem que as pessoas entendam, as pessoas não são obrigadas a ter o nosso linguajar acadêmico, isso aqui é para conversar com nossos pares, para dizer de que lugar nós falamos, que base teórica é que nós estamos utilizando, para chegar àquela conclusão, mas vai ficar todo um público, que vai ficar vendo o Brasil Paralelo, que vai ficar vendo esses pastores dizendo essas coisas, essa gente antifeminista dizendo essas coisas. Nós vamos ficar caladas? Não vamos usar as mesmas metodologias? Claro que sim. Eu estava pensando aqui, fazendo uma analogia com o surgimento do livro, é a mesma coisa que depois de criada a imprensa, alguém achar que não vai ler livros que não sejam *in volumen*, aqueles rolos em pergaminhos, vamos ter que ler sim papel impresso, e agora vamos ter sim, que nos comunicar melhor, isso, eu acho que é o nosso caminho.

**Entrevistadora:** Isso representa um dos desafios para o feminismo acadêmico?

**Joana Pedro:** Sim, concordo. Eu acho que o feminismo acadêmico não pode ficar falando só para si. Primeiro, tem que ter contato com o movimento social e tem que falar a língua que as pessoas entendem. Aliás, o Fazendo Gênero já tem feito isso, cada vez mais, uma proximidade com os movimentos sociais, trazer os movimentos sociais para conversar, aprender com elas e transmitir, também, fazer uma troca, uma via de mão dupla e não uma via de uma mão só.

**Entrevistadora:** Quais os impactos das teorias decoloniais, pós-coloniais para os feminismos, na sua perspectiva?

**Joana Pedro:** Então, para começar, o feminismo decolonial precisa ser traduzido. É muito confortável fazer discussões teóricas, dentro da academia, com pessoas que entendem o que você está dizendo, agora, traduz isso que eu quero ver, a gente precisa fazer isso. Esse é um movimento, aliás, isso é uma coisa que se diz há tanto tempo. Eu me lembro de uma época que se discutia: por que não se escrevia, sobre a história, também, em quadrinhos? Porque a história não era narrada também, de forma acessível? Aquelas pesquisas que saem, em mestrado, doutorado, precisavam ser transformadas, em textos acessíveis, para que as pessoas, também, incorporem esse conhecimento. Eu sei que não é uma coisa tão rápida, então, você vai me dizer, que além de ler todos esses autores, discutir a Lugones (María Lugones), o Mignolo (Walter D. Mignolo), os pós coloniais, os decoloniais, eu, ainda, vou ter que aprender a fazer *Tik Tok* e postar no *Instagram*, no *Twitter*? Sim, vai sim, assim como tiveram que aprender a transformar clássicos da literatura em biblioteca azul. Isso é o que o Chartier nos conta. Essa é uma disputa discursiva e, se nós não estivermos preparadas para enfrentar essa disputa, nós vamos perder e quem vai ganhar são eles: os da terra plana, os da dita ideologia de gênero. É essa gente que vai ganhar, que vai ganhar o discurso, que vai conseguir convencer mais. Nós precisamos, sim, fazer isso e aprender a usar, é um conhecimento a mais? É uma coisa difícil? É, mas temos que aprender, sim, a como fazer isso e fazer. [...] Comunicação científica é o nome disso, como fazer comunicação científica?!

*Recebido em 15 de setembro de 2021.  
Aprovado em 30 de setembro de 2021.*

